

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 044

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE ABRIL DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 013/2001

Curitiba, 17 de abril de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a revogação da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela de nº 12.954, de 28 de setembro do mesmo ano.

A lei cuja revogação é proposta, contém autorização ao Poder Executivo, para ceder, pelo prazo de 15 anos à Organização Mundial da Família, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Avenida Manoel Ribas, nº 7.115, no bairro de Santa Felicidade, nesta Capital.

A presente proposição, justifica-se plenamente, tendo em vista que a Secretaria de Estado da Educação pretende utilizar o referido imóvel na ampliação das instalações do Colégio Estadual Professor Francisco Zardo, localizado em área limítrofe, o que virá ensejar condições no sentido de que tal estabelecimento de ensino atenda aos clamores da comunidade local. É oportuno e necessário esclarecer que a autorização concedida pela Lei nº 12.941/2000, não foi utilizada e que a entidade nela referida foi devidamente comunicada desta medida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela de nº 12.954, de 28 de setembro do mesmo ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº SEDU/036/2001, do senhor Lubomir Ficinski Dunin - secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando Relatório de Gestão do Serviço Social Paranaense, relativo ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/133/01, do senhor governador do Estado, solicitando a restituição da Mensagem nº 010, de 03 de abril de 2001, acompanhada do anteprojeto de lei, ao Poder Executivo. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente

Pelo presente comunico a vossa excelência que o ilustre deputado Marcos Isfer é o indicado para compor a CPI da Telefonia nesta Casa.

Informo ainda, que ficarei como suplente na CPI da Telefonía.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI
Líder do PPS

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e como líder do PSL - Partido Social Liberal, e atendendo solicitação desta presidência, indica através do presente, os nomes dos deputados Edno Guimarães como membro e Luiz Carlos Martins, como suplente, representando nosso partido para participar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonía.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS
Líder do PSL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos pelo intermédio do presente, conforme acordo estabelecido entre as Bancadas do PDT, PL, PSD, PST, PPS, para indicar os deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, para compor a Comissão Especial sobre a América Latina Logística, como titular e suplente respectivamente.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de levada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(aa) RICARDO MAIA - Líder do PSB
DIVANIR BRAZ PALMA - Líder do PST
CEZAR SILVESTRI - Líder do PPS
SERAFINA CARRILHO - Líder do PL
LUIZ CARLOS ZUK - Líder do PDT

INDICAÇÃO

Ofício nº 019/2001/GL-PMDB

Curitiba, 19 de abril de 2001.

Senhor presidente.

Vimos pelo intermédio do presente, conforme solicitação de vossa excelência, fazer a indicação dos membros da Bancada do PMDB, que irão compor as CPI's que serão instaladas nesta Casa, conforme segue:

01 - CPI Poluição do Rio Iguaçu por derramamento de óleo - Titulares: Orlando Pessuti e Caíto Quintana. Suplentes - Edson Strapasson e Nereu Moura;

02 - CPI da Telefonía Fixa - Titulares: Nereu Moura e Edson Strapasson. Suplentes: Orlando Pessuti e Caíto Quintana.

03 - CPI da construção do Fórum de Curitiba - Titulares: Eli Ghellere e Caíto Quintana. Suplentes: Ademir Bier e Edson Strapasson.

04 - CPI estradas de ferro Concessionária América Latina Logística - Titulares: Ademir Bier e Edson Strapasson. Suplentes: Nereu Moura e Caíto Quintana.

05 - CPI dos desvios de recursos por parte dos integrantes do MST - Titulares: Nereu Moura e Orlando Pessuti. Suplentes: Eli Ghellere e Ademir Bier.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) NEREU MOURA
Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 137/2001, de minha autoria, que dispõe sobre regulamentação de dispositivos do artigo 75, inciso I e V da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para a votação do Substitutivo Geral de Plenário apresentado do Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do nobre deputado Nereu Moura, item 01, da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 144/99, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do tribunal de Justiça, que tem por objetivo efetivar ajustes necessários no Quadro de Servidores daquele Poder.

Outrossim, informamos ao Plenário, que a apresentação do presente requerimento, fundamenta-se no pedido formulado através do Ofício nº 206/91, do excelentíssimo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Vicente Troiano Neto, para que a proposição em tela retome sua normal tramitação.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 151/2000, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procopio.

Foi requerida, por este deputado, o arquivamento do presente projeto de lei, tendo em vista a informação de que a entidade já tinha sido declarada de Utilidade Pública, pela Lei nº 7.419, de 10 de dezembro de 1980. Verificou-se, posteriormente, que a lei se refere à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor - Casa da Criança e não a entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio do Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer que tem por objetivo alterar o artigo 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998. (Substituição da frota oficial do Estado) à Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o uso do Plenarinho da Assembléia, no dia 28 de maio de 2001, das 8h00 às 18h00, para fins de realização do I Seminário do Estado do Paraná em Benefícios Sócio-Ambientais.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O referido Seminário tratará de assuntos de interesse para a população e os empresários do Paraná, já que possibilitará a arrecadação de recursos, para aqueles que forem detentores de projetos de reflorestamento e de controle de emissão de poluentes, promovendo uma melhor qualidade de vida com isso trazendo benefícios à população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, autorização desta Mesa Executiva para representar a Assembléia Legislativa em reunião da Diretoria Executiva do ITEC.LEGIS - Instituto de Tecnologia Aplicada ao Legislativo a ser realizada em Brasília, no auditório da Unale, no próximo dia 26.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO nº 1056

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com base no inciso VII, do art. 28 do Regimento Interno, a expedição de convite ao coronel Luiz Antonio Borges Vieira, chefe da Casa Militar do governo, ao cabo Luiz Antonio Jordão e ao soldado Afrânio de Sá, para que os mesmos compareçam perante a comissão, no próximo dia 2 de maio às 17 horas, para que os mesmos prestem depoimentos sobre o caso da escuta telefônica em órgãos públicos e em comitês de campanha política.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da senhora Madalena Manfredini Bataglini, falecida no último dia 17 de abril, município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1043

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor José Frabi, falecido no último dia 18 de abril, no município de Araruna.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família do senhor Deni Schwartz, pelo falecimento de Indira Vivace Schwartz, no dia 21, sábado.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, votos de pesar pelo falecimento do senhor André Antonio Maggi, ocorrido ontem, dia 23 de abril de 2001, na cidade de São Miguel do Iguçu, Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

André Antônio Maggi, gaúcho nascido na cidade Torre - RS dia 03.01.1927 casado com a senhora Lúcia Borges Maggi, pai de 05 filhos, Bláiro Borges Maggi, Marli Maggi Pissolo, Rosângela Maggi Schmidt, Vera Maggi Locks, Fátima Maggi Ribeiro. Na década de 50 imigrou para São Miguel do Iguçu, no Estado do Paraná, onde começou como funcionário de uma serralheria local, alguns anos depois com suas economias adquiriu sua própria serralheria, a qual na década de 70 vendeu para começar seus investimentos na agricultura; na produção de sementes, em 1979 foi quando comprou seu primeiro imóvel rural na cidade de Itiquira - MT, por ficar a 300 km de recursos urbanos em 1980 ele fundou nestas terras a cidade de Sapezal - MT onde doou as pessoas terrenos e comércios para o progresso da cidade.

- Sementes Maggi Ltda. sede: Rondonópolis - MT, Campo Novo do Parecis - MT, Campos de Julio - MT, Sapezal - MT, Cerejeiras - RO

- Hermasa Navegação da Amazônia S/A sede: Porto Velho - RO

- Agropecuária Maggi Ltda. sede: Rondonópolis - MT, Itiquira - MT, Sapezal - MT

- Cidezal Agrícola - MT sede: Sapezal - MT

- Amaggi Construções Ltda. sede: Curitiba - PR

- Fasa Fornecedora de Autopeças: Curitiba - PR, Administração BR-116 Curitiba e Filiais: Marechal, Pinheirinho, São José dos Pinhais, Campo Largo, Ponta Grossa, Rondonópolis - MT, Cuiabá - MT, Tangará da Serra - MT, Primaveira do Leste - MT e Várzea Grande - MT.

REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da médica Indira Viviane Schwartz, ocorrido dia 21 próximo passado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente rodoviário, faleceu dia 21 do corrente, a médica Indira Viviane Schwartz, filha de Deni Lineu Schwartz e Dona Elair Santos Schwartz.

O passamento da doutora Indira Viviane veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este parlamentar.

Tão jovem, com apenas 30 anos de idade partiu a médica Indira Viviane deixando inconsoláveis seus entes queridos privando-os do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva.

Sua lembrança permanecerá para sempre entre nós.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Schwartz endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Guido Dalécio, e que seja levado ao conhecimento de seus familiares a presente proposição.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente a cidade de Ubatã acordou triste nesta manhã com a notícia do falecimento do doutor Guido Dalécio, um dos seus filhos mais queridos, advogado, de família tradicional e uma das primeiras a se instalar no município, teve um papel importante na formação do município participando de administração municipal oportunidade em que ocupou cargo de secretário, e também fez parte do quadro de funcionários desta Casa como assessor parlamentar.

A presente proposição é uma última homenagem a esse ilustre cidadão que deixa seu nome e contribuição registrados na história de Ubatã, por cuja cidade sempre lutou, contribuindo com seu trabalho e dedicação para a formação de uma sociedade melhor e mais próspera.

REQUERIMENTO Nº 1059

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Maggi, pelo falecimento do senhor André Antonio Maggi, ocorrido no dia 22 de abril do corrente ano.

Registre-se que o senhor André Antonio Maggi, nasceu em Torres - Rio Grande do Sul, vindo jovem para o Estado do Paraná, e se instalou na cidade de São Miguel do Iguçu. Dedicou-se muito nas atividades agropecuárias, principalmente na produção de soja, sendo um grande produtor, tendo expandido suas ativida-

des para o Mato Grosso, sendo considerado “Rei da Soja no Brasil”.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Lúcia Borges Maggi, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 2952, Parolin, Curitiba - Paraná, CEP 80.220-000.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1063

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Alfredo Gottardi (Caju), um dos maiores ídolos do Clube Atlético Paranaense de todos os tempos, ocorrido ontem dia 23 de abril, nesta capital.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à diretoria do Clube Atlético Paranaense, Rua Petit Carneiro, nº 57 - CEP 80240-050 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1067

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família enlutada do senhor Alfredo Gottardi - o Caju, ex-goleiro do Clube Atlético Paranaense, falecido nesta capital.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa capital, em data de ontem, o senhor Alfredo Gottardi. Mais conhecido como Caju, faleceu aos 85 anos de um mal súbito que o acometeu no dia de ontem.

Caju foi o maior mito da história do Clube Atlético Paranaense - foi goleiro, estreando como titular daquele time em 1933, defendendo o gol rubro-negro por 17 anos. Só deixou seu time do coração para jogar na Seleção Brasileira - Caju foi o primeiro jogador do Atlético Paranaense a ser convocado para integrar a Seleção.

Durante as duas décadas que serviu o futebol paranaense e brasileiro Caju brilhou. Figurou na seleção Brasileira quando foi campeã do Campeonato Sul-Americano de 1942, quando foi um dos destaques ao lado de Domingos da Guia. Ele teve seis participações com a camisa da Seleção. Sempre fiel ao Clube Atlético Paranaense, Caju rejeitou propostas de grandes clubes cariocas, como Vasco e Botafogo.

Caju começou cedo, jogando pelada no antigo campinho da Praça Rui Barbosa, passando em seguida a defender o quadro de juvenis do Atlético. No profissional, substituiu seu irmão Alberto mostrando segurança,

impulsão e invulgar senso de colocação. Fez ainda duelo com o atacante e artilheiro Neno, quando este defendia o Coritiba.

A verdadeira estréia de Caju no gol atleticano foi em uma partida amistosa em 23 de julho de 1933, contra a Seleção de Paranaguá (placar de 2 a 2). O primeiro Atlético de que participou foi em 30 de julho de 1933 na baixada - O Coritiba venceu por 2 a 1.

Caju foi chamado de Majestade do Arco, iniciou no profissionalismo e encerrou sua carreira em 1950. Fez também parte da comissão técnica do Atlético no campeonato de 1958, ganhando o campeonato estadual. O verdadeiro amor pelo Atlético transformou o ex-atleta em um operário a serviço de seu Clube - Caju ainda auxiliou o irmão Alberto na construção do alambrado do Estádio Joaquim Américo e no muro ao redor do campo.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor André Antônio Maggi, que ocorreu no último dia 22 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência à esposa senhora Lúcia Borges Maggi e aos filhos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nadir Maggi, s/nº, CEP 85877-000, São Miguel do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do ilustríssimo senhor Deni Lineu Schwartz, as manifestações de profundo pesar desta Assembléia Legislativa pelo falecimento, ocorrido no dia 22 de abril, de sua filha Indira Vivace Schwartz.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar a última homenagem, a uma pessoa de grande valor e muitas qualidades, a uma mulher que sempre colocou os interesses da comunidade acima de preocupações pessoais.

Os muitos exemplos deixados por Indira Vivace Schwartz, tanto na vida privada quanto em seu relacionamento com a família e com os inúmeros amigos que conquistou em todos os lugares onde esteve, temos certeza, nortearão os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais pares, no sentido de aprovar o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado aos familiares do empresário André Antônio Maggi, voto de pesar, pelo seu falecimento, ocorrido ontem (dia 23), na cidade de São Paulo.

Empresário pioneiro da cidade de São Miguel do Iguaçu, a qual ajudou a projetar nacionalmente, Maggi já foi alvo de homenagens desta Casa, que concedeu-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná, em função de suas diversas iniciativas sociais.

Casado com Lúcia Borges Maggi, com quem teve 5 filhos e muitos netos, Maggi, que era gaúcho de nascimento, há muito havia adotado o Paraná como seu lar.

Sua passagem entristece a todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ele nos seus 74 anos de honrada existência.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, transmitir aos familiares enlutados o pesar de toda sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja concedido voto de congratulações à Tetra Pak pelos dois anos de funcionamento em Ponta Grossa.

Com a produção na sua capacidade total, a unidade industrial da Tetra Pak em Ponta Grossa produziu, 3,5 bilhões de embalagens em 2000. A partir deste resultado, a integração é concretizar o projeto visualizando desde a construção da fábrica: a duplicação da estrutura da unidade até 2002.

A performance adquirida com o sistema de produção da unidade já está garantindo uma posição de destaque na rede, que possui 75 fábricas no mundo, sendo 66 de embalagens e 09 de máquinas e equipamentos.

A fábrica conta com 180 funcionários diretos e outros 120 prestadores de serviço que trabalham na unidade. A facilidade de encontrar mão-de-obra qualificada também foi ponto positivo para a empresa, além da disponibilidade do gás natural como combustível para as máquinas.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos funcionários, técnicos e diretores, em nome do gerente de negócios da unidade industrial da Tetra Pak

em Ponta Grossa, senhor Alberto Tureikis, na Rodovia BR-376 - Km 499 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda, pela apresentação do relatório de suas atividades no Ano 2000, 30º ano de sua fundação, firmando-se cada vez mais como uma das maiores e melhores empresas privadas do Paraná.

Requer, ainda, que da aprovação desta, seja dada ciência à diretoria, pelo seu presidente engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini (Rua Fioravante João Ferri, 99 - Jardim Alvorada - Caixa Postal 460 - CEP 87308-445 - Campo Mourão - PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O ano 2000 marcou os 30 anos da Coamo.

Uma trajetória de sucesso, que ajudou a consolidar o cooperativismo como um dos movimentos de organização mais importantes da economia nacional. A estratégia de produzir, comercializar e industrializar a produção agrícola está associada ao crescimento contínuo da cooperativa, respaldada no apoio a participação efetiva do seu quadro social. A avaliação do desempenho da Coamo no ano 2000 permite afirmar que o exercício apresentou um saldo bastante positivo refletindo em números e realizações, mesmo diante de circunstâncias nem sempre favoráveis ao setor.

O aprofundamento da política administrativa, voltada para a otimização dos resultados da agricultura, foi decisivo para aperfeiçoar e dinamizar o suporte que permite ao cooperado ter acesso ao desenvolvimento tecnológico e gerenciar com mais eficácia suas atividades. No plano geral, evidencia-se a estabilização econômica da cooperativa, ao mesmo tempo em que promovem significativos investimentos na ampliação do potencial produtivo, principalmente na verticalização das atividades, buscando agregar mais valor à produção dos cooperados.

São dados que, associados a uma história de 30 anos de evolução, impulsionada pelo profícuo trabalho do homem do campo, inspiram a plena confiança de que a Coamo ingressa no 3º milênio plenamente habilitada a superar novos desafios.

Ao longo de três décadas, o cooperativismo autêntico mostrou seu enorme potencial de transformação através da Coamo. Sucessivas conquistas contribuíram para que ela assumisse, no ano 2000, a 2ª posição entre as maiores e melhores empresas privadas do Paraná e 86ª em nível nacional.

A agroindustrialização surgiu na Coamo como opção para agregar mais valor à produção dos

cooperados. Foram criadas as indústrias de beneficiamento de algodão, beneficiamento de café, moinho de trigo, indústria de óleo de soja, fiação de algodão, refinaria de óleo de soja, destilaria de álcool, fábrica de gordura hidrogenada e margarina. A modernização do Terminal Portuário da Coamo, em Paranaguá, foi decisiva para a consolidação no mercado externo.

AGROINDÚSTRIAS

Indústria de Esmagamento de Soja - em Campo Mourão, com capacidade para 1000 ton./dia; e em Paranaguá, com capacidade para 2000 ton./dia.

Fiação de Algodão - com capacidade de produção de 20 ton./dia;

Refinaria de óleo de soja - que produz 250 toneladas de óleo refinado/dia;

Moinho de trigo - com capacidade de 10.000 ton./ano de farinha;

Fabrica de margarina - para 60 ton./dia;

Destilaria de álcool - com capacidade de produção de 150.000 litros de álcool/dia.

DADOS GERAIS

17.019 cooperados

3.631 funcionários

3,7 milhões de hectares de área de atuação

78 unidades de recebimento de produtos

2,40 milhões de toneladas de capacidade de armazenamento

4,6% da produção da soja brasileira e 20,6% da produção paranaense

2,3% da produção de milho brasileira e 11% da produção paranaense

6,5% da produção de trigo brasileira e 18,5% da produção paranaense

2,2% da produção de algodão brasileira e 34,1% da produção paranaense

687,25 mil toneladas de farelo de soja

166,47 mil toneladas de óleo bruto de soja

74,80 mil toneladas de óleo refinado de soja

5,46 mil toneladas de fio de algodão

14,26 milhões de litros de álcool

16,79 mil toneladas de farinha de trigo

UR\$171,01 milhões de exportação

Patrimônio Líquido de R\$385,76 milhões

Ativo Total de R\$759,23 milhões

Receita Global: R\$1,20 bilhão

Sobras líquidas do exercício R\$40,05 milhões

Principais Índices Econômicos:

Liquidez corrente: 1,68

Liquidez geral: 1,56

Margem de garantia: 203,29%

Grau de endividamento líquido: 34,59%

REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao tenista brasileiro Gustavo Kuerten, conquistando na manhã de ontem o título do Master Séries de Monte Carlo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao atleta Gustavo Kuerten (Guga), à sua excelência o senhor governador de Santa Catarina, doutor Esperidião Amin, ao excelentíssimo senhor deputado Onofre Santo Agostini, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A vitória alcançada pelo brasileiro Gustavo Kuerten (Guga), nada mais representa que o fruto da disciplina consciente a que se submeteu em toda a sua trajetória, virando líder na corrida dos campeões.

O esporte é uma escola. Nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos.

Hoje em dia, em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte é por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer consciência.

Eis a razão por que em todos os Países civilizados do mundo, o esporte é hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível do seu programa. Nem poderia ser de outra forma se quisermos atingir o aforismo latino: "mens sana in corpore sano". Sim, um espírito sadio num corpo sadio é o escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre as demais Nações do globo.

Saudamos, pois, "Guga", que colocou à prova sua resistência, mostrando destarte que compreendeu a necessidade da autodisciplina, dando um exemplo digno de ser seguido pelas gerações vindouras.

REQUERIMENTO Nº 1064

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulação a ampliação e reestruturação do Coren, que acontece no dia 27.04.2001. Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, senhor Jurandy Kern Barbosa, a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 279 - 7º andar - CEP 80030-921 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa,

REQUER à Mesa, sejam enviados votos de congratulações ao secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Antonio Leonel Poloni, bem como ao chefe do Núcleo Regional daquela Pasta na cidade de Londrina, Juarez Moreira da Silva e equipe, em razão do projeto de levantamento das áreas agrícolas do Estado pelo sistema de geoprocessamento por satélite - GPS, permitindo ao Estado fazer previsão mais condizente das safras agrícolas.

O projeto piloto do levantamento de áreas agrícolas por GPS está sendo desenvolvido no Núcleo da Secretaria de Agricultura em Londrina e, posteriormente, será implantado em todo o Estado do Paraná.

Anteriormente, esse levantamento era feito por fotografias aéreas, sistema que ensejava alguns desvios na previsão das safras, prejudicando atividades de planejamento.

Graças ao competente trabalho da equipe do Núcleo de Londrina, o projeto é uma realidade que em breve estará sendo utilizado em todas as regiões agrícolas do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Sebastião Breve dos Santos e Tereza Milagre Santos, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de louvor à doutora Denise Margareth Oldenburg Basgal, diretora-presidente da Fundepar - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, pelo destacado trabalho que vem desenvolvendo na direção daquela autarquia estadual.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Fundepar, cujas atribuições é do conhecimento dos senhores deputados, cumprindo as metas traçadas pela sua presidência, vem executando importantes obras em todo o Estado do Paraná, proporcionando a necessária infra-estrutura, tanto na construção de novos estabelecimentos oficiais de ensino, quanto na reforma e aparelhamento das escolas estaduais já existentes, melhorando as condições de conforto, segurança, e visando o bom desenvolvimento das atividades escolares.

Tem a Fundepar, na pessoa de sua diretora-presidente, a doutora Denise Margareth Oldenburg Basgal, uma das mais destacadas administrações já realizadas naquele órgão, e os resultados obtidos colocam a referida autarquia entre as mais eficientes do Estado.

Nosso requerimento para o envio de voto de louvor à doutora Denise Margareth Oldenburg Basgal, em reconhecimento à sua dedicação e ao seu profissionalismo, busca valorizar o trabalho de quem coloca toda a sua potencialidade e competência a serviço do Estado do Paraná e de sua valorosa população.

REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, encaminhe ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, doutor José Tavares da Silva Neto, solicitação de urgente remoção de presos da cadeia pública do município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente é preciso ressaltar que Sarandi é um município com população próxima a 80 mil habitantes, integrante da região metropolitana de Maringá, portanto conurbado num contexto populacional superior a 500 mil habitantes, no qual são acentuadas as ocorrências criminais, tanto maiores quanto maiores as população e nível de urbanização.

Depois, Sarandi vive cronicamente o problema de superlotação em sua cadeia pública, já em melhores condições físicas nos dias atuais, o que tem provocado insegurança permanente em seu corpo funcional e na população. A cadeia pública de Sarandi tem capacidade para abrigar no máximo 40 detentos, mas chegou a ter em suas celas exatos 100 detentos até há cinco dias, a maior já verificada em sua história. Esta situação foi levemente amenizada com a autorização judicial que culminou com algumas transferências e solturas, baixando a população carcerária da referida cadeia pública para 86 detentos, ainda assim superior ao dobro da capacidade máxima.

Esta situação de superlotação tem efeitos colaterais que podem agravar a situação. Há poucos dias, por exemplo, houve uma tentativa de fuga, que não foi a primeira nem será a última a persistir o atual quadro. Uma fuga de presos em Sarandi é mais grave do que parece, visto que

a cadeia pública está situada no centro da cidade, exatamente na região de maior fluxo de pessoas, visto estarem aí concentrados os maiores estabelecimentos comerciais, todas as agências bancárias, os maiores supermercados, quase todos os estabelecimentos prestadores de serviços e a esmagadora maioria dos órgãos públicos estaduais e municipais, inclusive o Paço Municipal, a Câmara de Vereadores e o Fórum.

Em vista deste quadro permanente de superlotação não cessam as medidas de segurança, como novas grades no solário, mais câmeras, entre outros procedimentos onerosos.

Ademais, precisamos ressaltar que o sistema carcerário deve cumprir os termos legais que lhe impõem a recuperação e ressocialização do preso, o que, aliás, a sociedade vem exigindo cada vez mais.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, as providências do secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares, para que dê segurança total, 24h (vinte e quatro horas), aos senhores Luiz Antônio Jordão, cabo da Polícia Militar; Afrânio de Sá, soldado da Polícia Militar e Peter Amaro de Souza, advogado, que estão sendo ameaçados de morte através de telefonemas anônimos, em função de declarações feitas pelos mesmos sobre o episódio dos grampos telefônicos imputados à Casa Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(aa) NEREU MOURA, ÂNGELO VANHONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA e ADEMIR BIER.

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Edelair de Oliveira, residente à Rua Café Filho, nº 250 - vila Amélia - município de Pinhais, que pede que as correspondências sejam entregues em sua residência com regularidade. Ela reclama que ultimamente as mesmas quase não são mais entregues e, quando isso ocorre, chegam com muito atraso. Muitos transtornos são causados, principalmente quando se trata de contas a pagar, acarretando inclusive, prejuízos financeiros. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 669-7318.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1033

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Carmém Silva, residente a Rua Rio Iguaçu nº 153 - Vila São Domingos - Bairro Cajuru, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências na rua em que reside. Atualmente os moradores pagam uma taxa para utilização da caixa comunitária. Com o atendimento do presente, muitos moradores serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na região dos Conjuntos Moradias Iguaçu e Mercúrio - Bairro Cajuru, principalmente na passagem pela linha do trem, onde ocorrem muitos assaltos às crianças, idosos e muitas moças já sofreram assédios e até estupros. Os moradores das proximidades fazem tal reivindicação, pois vários deles necessitam atravessar a linha do trem para apanhar o ônibus, e o local não oferece segurança nenhuma. Com a intensificação de policiamento, certamente será inibida a ação dos assaltantes e esturpadores. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Josimary Wânia Paes, residente a Rua Timoneira nº 382 - Jardim Alto Pinheiro, que pede reparos urgentes na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável. É necessário passar a máquina e colocar saibro. A rua está praticamente fechada, dificultando o acesso dos moradores às suas residências. Pede também iluminação pública nessa rua, sendo que a taxa é cobrada no talão do IPTU, porém os moradores não dispõem do benefício. Se necessário, recomendamos contato com requerente pelo telefone 362-7378 (comercial).

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Alice Agner, residente à Rua Mateus Leme nº 6623 - Bairro Abranches, que pede a implantação de um aparelho telefônico público em frente à Panificadora Sonho Meu, sita em seu endereço citado acima. Será de grande valia para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 255-2120.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Tinguí, mais especificamente na Rua Joaquim Nabuco, proximidades do nº 769. Ocorre que a senhora Nair Bernardino Delgado, residente nessa rua, no nº 729, já teve sua residência arrombada por 02 (duas) vezes, no período da tarde. Ela pede urgência no atendimento do pedido e se necessário informações complementares, seus telefones são 356-0462 (residencial) e 266-8910 (comercial).

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1053

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar, ao setor competente, estudos para a pavimentação com pedras irregulares com extensão de 2.255m (dois mil duzentos e cinquenta e cinco metros), da sede do Distrito Administrativo - Secção Jacaré, até a indústria Alcast do Brasil Ltda., no município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A firma Alcast do Brasil Ltda., no município de Francisco Beltrão, com fábrica de alumínio, encontra-se com sérias dificuldades para escoar sua produção, pois, a estrada existente não comporta mais o trânsito de veículos pesados.

A empresa Alcast do Brasil Ltda, produtora de alumínio, iniciou suas atividades naquele local, que contou com a presença de Sua Excelência, o senhor governador

do Estado no ato de sua inauguração, com a esperança da pavimentação do trecho que dá acesso à indústria, com pedras irregulares, o que infelizmente não aconteceu até hoje, em virtude da firma vencedora da licitação ter abandonado os serviços.

“Governar é abrir estradas”.

Como ligar as unidades de que se compõe esta vasta Pátria, a não ser por meio de estradas que permitam a circulação de mercadorias?

Que seria de um país sem estradas? Como se transportariam as riquezas?

Felizmente temos no nosso secretário de Transportes, que vem dando o máximo de sua atenção a tão relevante programa, qual de dotar o nosso Estado com melhores estradas.

Estas as razões do nosso apelo, para atender ao angustiante pedido da firma Alcast do Brasil Ltda., de Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a excelentíssima senhora Mônica Rischbieter - digníssima secretária de Estado da Cultura, com cópia para excelentíssimo senhor Jaime Lerner digníssimo governador do Estado do Paraná, solicitando que a Biblioteca Pública do Paraná, retorne ao seu horário antigo de funcionamento que compreendia das 8h às 20horas.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Conforme abaixo assinado em anexo, funcionários de empresas privadas e públicas, profissionais liberais, estudantes, etc, solicitam o retorno do antigo horário de funcionamento da Biblioteca Pública, pois o atual horário está prejudicando todos que dela necessitam para elaborar seus trabalhos estudantis ou realizar pesquisas para conhecimentos gerais ou para ser aplicadas na área profissional.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres pares, visando encaminhar através de expediente, o presente a senhora Mônica Rischbieter - digníssima secretária de Estado da Cultura.

REQUERIMENTO Nº 1058

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda, solicitando a cópia do contrato de abertura de crédito, compra e venda de títulos sob condição, celebrado entre a União e o Estado do Paraná, em 30.06.1998, com a intervenção do Banco do Estado do

Paraná e do Banco do Brasil, e qual a data de publicação do referido contrato.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do governo para privatização da Copel é a necessidade de angariar fundos para capitalizar o Paranaaprevidência.

No entanto, sabe-se que, de acordo com aditivo assinado em dezembro/2000, o Banco Itaú prorrogou o resgate de ações da Copel - que estão como garantia da compra dos títulos públicos emitidos por Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos - para 31.03.2002, e um dos itens autoriza o Estado a usar parte do dinheiro da Copel para pagamento desta dívida.

Por se tratar de prática comum, neste governo, a venda de bens público para pagamento de dívidas contraídas, revertendo todo um plano de aplicação inicial, dilapidando cada vez mais nosso patrimônio sem que benefícios sejam contraídos destas vendas, venho solicitar cópia do contrato de Abertura de Crédito, Compra e Venda de Títulos, celebrado entre a União e o Paraná, e data da publicação do mesmo.

Para tanto, e espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a presidente da Fundepar senhora Denize Oldenburg Bascal, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo quanto a construção de um laboratório e uma biblioteca na Escola Estadual Pedro Américo, no município de Serranópolis do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a construção de um laboratório e de uma biblioteca na Escola Estadual Pedro Américo, no município de Serranópolis do Iguaçu - PR.

Esta solicitação é mediante ao fato de que a escola necessita destas obras para que seja reconhecido o ensino médio (2º grau).

REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao secretário de Estado dos Transportes senhor Nelson Justus, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo no sentido de promover parceria entre esta Secretaria e Prefeitura Municipal de Maripá, para pavimentar a estrada rural MR-100, no município de Maripá-PR.

Requer ainda que do presente se de ciência ao vereador da Câmara Municipal de Maripá senhor Joel Vieira Lima, através de correspondência oficial desta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação trata-se de um pedido feito pelo vereador Joel Vieira Lima do município de Maripá - PR.

O presente requerimento tem por objetivo executar a pavimentação com pedras irregulares, para facilitar a locomoção dos moradores das imediações da Estrada Rural MR-100 até a sede do município, e dar condições indispensáveis para os agricultores que possuem propriedades na extensão da referida estrada.

REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de vossa excelência e aos demais pares desta egrégia casa para, REQUERER, que seja enviada correspondência ao ilustríssimo senhor João Alberto Sautchuk, chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, e ao excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, digníssimo secretário de Estado dos Transportes solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de recuperar as faixas chamadas de acostamento da BR-487 no trecho: Trevo de entrada à Campo Mourão ao Parque de Indústrias da Coamo.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

É de extrema necessidade que medidas urgentes sejam tomadas no sentido de recuperar, limpar, roçar e sinalizar as margens da BR 487, principalmente no trecho acima mencionado, pois por ele transitam ciclistas e pedestres que se deslocam às indústrias da Coamo disputando espaço perigosamente como os chamados "Trimi-nhões Canavieiros", além do fluxo enorme de veículos que normalmente por esta rodovia trafegam.

Vários acidentes ali já aconteceram, tirando vidas ou deixando graves seqüelas em pessoas e marcas irreparáveis nas famílias. É portanto absolutamente mister que as medidas aqui pedidas sejam tomadas para, se não por fim, pelo menos oferecer o mínimo de segurança necessária aos trabalhadores que diuturnamente usam aquele perigoso trecho.

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aécio Neves, e ao presidente do Senado, senador Jader Barbalho, bem como aos senhores e deputados eleitos pelo Paraná, soli-

citando alterações na legislação tributária para por fim à chamada guerra fiscal.

Os problemas ocasionados pela atitude do estado de São Paulo, no campo econômico, criaram a situação denominada “guerra fiscal” entre Paraná e São Paulo.

Não se trata de animosidade entre os dois estados membros, mas da irracionalidade do sistema tributário nacional.

Para colocar fim a esse problema, tramita no Senado Federal proposta de emenda constitucional conferindo ao Senado competência para regulamentar a concessão de incentivos fiscais pelos Estados, definido para cada região do País os critérios de estímulo à atração de investimentos.

Merece crítica o papel exercido atualmente na regulamentação de incentivos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), configurando resquício indesejável do período autoritário.

A atual legislação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS não permite qualquer tentativa de redução dos desequilíbrios regionais.

Diante desses graves fatos, é imperiosa a participação mais ágil do Congresso Nacional, legislando para que os Estados-membros possam garantir o desenvolvimento das diversas atividades econômicas que os caracterizam.

Com o julgamento da ADIN proposta pelo Estado de São Paulo no STF, a agroindústria paranaense está passando por sérias dificuldades, perdendo competitividade, principalmente em se relevando que os Estados de São Paulo tem uma legislação muito mais protecionista do que a nossa.

O julgamento dessa ADIN provocou novas ações junto ao STF, agora impetradas pelo Estado do Paraná. O objetivo dessas ADIN's é restabelecer a igualdade de tratamento tributário entre os estados, atacando o regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, que concede benefícios fiscais a empresas instaladas naquela unidade da federação.

O decreto paulista que regulamenta o ICMS estabelece uma série de benefícios fiscais às empresas, colocando São Paulo em vantagem sobre os demais estados brasileiros, reduzindo a base de cálculo do ICMS, concedendo regime especial para pagamento do imposto, crédito presumido, diferimento de alíquotas e isenções, entre outros benefícios. Os incentivos beneficiam empresas de software, comércio de aves, abate de gado bovino e suínos, fabricantes de autopeças, componentes eletrônicos, bebidas alcoólicas, refrigerantes, máquinas e implementos agrícolas.

O Paraná também contesta o decreto nos artigos onde é reduzida a carga tributária interna, por meio do regime de estimativas, redução de base de cálculo, mecanismo de crédito presumido, entre outros, beneficiando diversos produtos alimentícios, cerâmicos, eletrônicos e obras de arte. Também são impugnados os benefícios fiscais que foram concedidos sem a autorização do Confaz e

também a concessão de anistia parcial de multas pelo não-pagamento do ICMS, que oscila entre 20% e 50%.

Essa situação só demonstra a premente necessidade de revisão do sistema tributário nacional.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº1051

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aécio Neves, e ao presidente do Senado, senador Jader Barbalho, bem como aos senadores e deputados eleitos pelo Paraná, solicitando a urgente aprovação da proposta de Emenda Constitucional nº 338/2001, de autoria do deputado federal Gustavo Fruet e outros, revogando a alínea “b” do inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.

Trata-se de incidência do Imposto Sobre a Circulação e Mercadorias de Serviços - ICMS - sobre a produção da energia elétrica, com o seguinte teor: O ICMS não incidirá: “b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica”.

É grave a distorção gerada em função dessa disposição constitucional, penalizando sobremaneira o Estado do Paraná, um dos maiores produtores de energia elétrica do País, em função da localização da hidrelétrica de Itaipú. O Estado teve terras alagadas, recebe royalties, mas não teve a compensação devida do ICMS.

Essa disposição fere o princípio da igualdade entre os membros da federação e deve ser suprimida do texto constitucional.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1061

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo “Não dá mais para segurar”, de Carlos Chagas, publicado no jornal Gazeta do Povo do dia 18 de abril de 2001, à página 18.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente do jornal Gazeta do Povo, bem como ao jornalista Carlos Chagas.

Sala das Sessões, em, 24.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Realmente, não dá mais para segurar. Concordamos plenamente com o jornalista Carlos Chagas. Diante dos fatos que a imprensa noticia diariamente, tem razão de sobra o jornalista, sentindo-se no dever de alertar o Poder Público e a sociedade para o entendimento de que

sejam claramente separadas as questões relativas a má utilização de recursos que devem ser rigorosamente apuradas em todos os setores.

Tendo em vista a elevada missão da imprensa, deve ela, continuar, como instrumento de informação, alertando e acusando os desníveis no sentido de serem fortalecidos os meios de ação, os mecanismos de fiscalização e controle de seus objetivos maiores.

Esta a razão do nosso pedido para constar, para a posteridade, nos Anais desta Casa Legislativa do artigo “Não dá mais para segurar” do jornalista Carlos Chagas.

Documento de Plenário:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS SUPERMERCADOS RELATÓRIO FINAL

1. INSTALAÇÃO DA CPI

O requerimento de constituição da CPI foi apresentado no Plenário da Assembléia Legislativa e aprovado em data de 03 de abril de 2000, com o objetivo de apurar fatores pertinentes ao setor dos supermercados. A CPI constituiu-se pelo ato 03/2000 de 12 de abril de 2000, data em que sob a presidência do deputado Nelson Justus a comissão foi instalada, sendo eleito o deputado Geraldo Cartário e Plauto Miró Guimarães, respectivamente presidente e vice-presidente. Na mesma ocasião o presidente Geraldo Cartário convidou o deputado Ademar Traiano para ocupar o cargo de relator. Foram indicados membros os deputados Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri, Cesar Seleme, Antônio Carlos Baratter, Albanor Gomes, Durval Amaral, Ricardo Maia e Divanir Braz Palma.

Durante o período de funcionamento a CPI realizou 17 reuniões plenárias tomando o depoimento e declarações de inúmeras pessoas. Foi recolhido grande e variada documentação, além de material probatório que compõe, os anexos deste relatório.

A decisão da Assembléia Legislativa de determinar o encerramento de todas as CPI's, impediu que fossem tomados os depoimentos dos proprietários e representantes das grandes redes de Supermercados, última etapa dos trabalhos, quando então se poderia questionar e submeter ao contraditório a infinidade de denúncias recebidas contra o comportamento daquelas grandes redes. Com isso ficaram prejudicados em parte os trabalhos. Ressalte-se, porém, que durante seu funcionamento a Comissão permitiu que pudessem os representantes e advogados das grandes redes assistirem e acompanharem par e passo os trabalhos de investigação.

DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA CPI

Preliminarmente deve ser destacado que estão logo a CPI começou a funcionar trazendo a público e fazendo percutir as denúncias dos produtores e fornecedores paranaenses quanto à discriminação e boicote que vinham sofrendo com a entrada das grandes redes de supermerca-

dos no Paraná, principalmente por parte do Grupo Sonae - uma das principais causas da criação da CPI - notou-se uma repentina e acentuada mudança na forma de tratamento com os produtores e fornecedores paranaenses.

Sem exceção, tanto os representantes dos produtores como dos fornecedores, testemunharam perante a CPI que após esta ser instalada e iniciar os trabalhos com relevantes destaque pela imprensa local, o tratamento das grandes redes passou por uma imediata mudança em relação a forma como vinham sendo tratados os locais. Neste sentido foram incisivas as afirmações e declarações dos representantes das entidades dos produtores e fornecedores em atribuírem à existência e atuação da CPI a melhora deste relacionamento das grandes redes para com produtores e fornecedores paranaenses.

Esta mudança de comportamento, porém, não foi suficiente para eliminar as práticas nefastas que marcam uma nova linha de atuação deste setor do comércio varejista. A linha de atuação destas grandes redes se caracteriza pela imposição incondicional de sujeição e submissão dos pequenos e médios produtores ante às exigências das grandes redes. Tais práticas dizem respeito a uma imposição e uma exploração do poder de barganha com que tais redes monopolizaram o setor para imporem cláusulas leoninas de total sujeição aqueles que desejam ver seus produtos serem comercializados pela rede de supermercados. Esta mudança, como se constata, retirou margem de lucratividade do setor produtivo transferindo-se ao setor comercial pela acentuada concentração que se opera a partir do processo de globalização da economia. O lucro dos supermercados aumenta mas as vantagens para os consumidores ainda não puderam ser clareadas, se é que elas existem.

CONCENTRAÇÃO E MONOPÓLIO

A comunidade paranaense e os consumidores assistem a um processo de concentração do capital no setor dos supermercados como nunca visto e cujos resultados, pelo que foi dado observar, tem sido maléficis e desastrosos para a existência da salutar e livre concorrência. Ocorre que os tradicionais grupos familiares e outros grupos surgidos no Paraná, que se destacavam no setor supermercadista, foram açambarcados e concentrados pelo grande capital notadamente de origem estrangeira que aqui aportou. Das dezenas de redes do setor que o Estado do Paraná apresentava, com a chegada do grande capital, a maioria passou, na última década, para o controle e domínio de três grupos financeiros. Os que ainda resistem a esta tendência mundial à concentração, já não dispõem pois segundo o consultor de empresas Antonio Carlos Ascar, da Ascar & Associados, “São esses cinco grupos que ditam as regras no varejo de alimentos, no Brasil, papel que antigamente era da indústria” referindo-se aos grupos Carrefour, Pão de Açúcar, Sonae, Bom Preço e Sendas, dos quais os três primeiros atuam fortemente no território paranaense.

Coincidentemente à medida em que a concentração se avolumou começaram a surgir práticas monopolistas cuja tendência leva à ausência da livre concorrência e à uma ameaçadora falta de opção ao consumidor quanto pela crescente ausência de produtos paranaenses.

O representante da Associação Paranaense de Fornecedores de Supermercados, senhor Celso Gusso, discorrendo na CPI, sobre o impacto da entrada da rede Sonae no Estado do Paraná, assim ocorreu: “O que nos chocou muito foi a questão das micro, pequenas empresas, que são as panificadoras, as peixarias, açougues, feiras-livres, enfim, esse pequeno negócio - eu digo sempre, que um casal pode mandar para a faculdade um casal de filhos, tendo a sua panificadora, o seu negócio próprio. E quando chega um monstro desse, ele é liquidado sumariamente, de uma maneira que, dificilmente, vai conseguir, inclusive, emprego dentro desse supermercado. Essa também foi uma grande preocupação e, infelizmente, a verdade está aí e nós estamos vendo, destruindo toda essa parte de pequenos negócios. A defesa do consumidor, que no nosso ponto de vista, em determinadas organizações, vai acabar se transformando em refém dos supermercados e dos hipermercados, porque entendendo que a soberania do varejo no Brasil está ameaçada. A partir do momento que nós ultrapassarmos 55, 60% em mãos de multinacionais, de grandes empresas, teremos algumas dificuldades de risco de abastecimento e as próprias indústrias de fornecimento. É um problema que nos preocupa. Estou falando em nome de uma diretoria - discutimos semanalmente este tipo de problema. Ficamos muito preocupados com isso e são coisas que colocamos para os próprios supermercados. O início das negociações com o Grupo Sonae foi uma coisa muito traumatizante, para todos os produtores paranaenses, porque começamos a receber informações, que daqui para a frente vai ser assim, ou você não fornece mais. Aquelas coisas de contratos leoninos etc, chegamos à conclusão que o importante seria esgotar todas as possibilidades de diálogo com essa gente. E partiríamos para outras ações, onde as autoridades deveriam tomar alguma iniciativa”.

O processo de concentração capitalista também gerou a concentração e monopólio de marcas e produção. Hoje as quatro grandes redes que operam no Paraná, em detrimento das mais de vinte que atuavam na última década, comercializam uma extensa relação de produtos que levam suas próprias marcas. A concentração está ameaçando levar o setor a uma total dominação destes grupos pois que o seu descomunal poder retira do mercado a livre concorrência. No Paraná é voz corrente que nossos produtores estão perdendo terreno no fornecimento às grandes redes que preferem adquirir mercadorias em outras praças em detrimento dos interesses paranaenses.

Basta visitar um supermercado, por exemplo da Rede Sonae, para comprovar que nas suas gôndolas estão expostas à venda mais de uma centena de produtos e mer-

cadorias com a marca Mercadorama e o Carrefour estimava chegar neste ano em mais de 600 itens assinados pela rede.

A CPI não poderia deixar de denunciar esta perigosa concentração e uma prática atentatória ao livre mercado, pois a maioria destes produtos postos a venda com a marca “Mercadorama” na verdade não passam de produtos produzidos por pequenos e médios produtores, que são forçados pela necessidade da comercialização a entregarem ao Grupo Sonae para que este apenas rotule e assine como produção própria a produção de pequenos e médios que não conseguem resistir o monopólio destes grupos como se sabe nos quais o capital predominantemente estrangeiro predomina. Até novembro de 2000, o Grupo Sonae já tinha 29 (vinte e nove) lojas em Curitiba, das 40 (quarenta) que adquiriu no território paranaense.

A continuar esta tendência será difícil que novas marcas se estabeleçam e o abastecimento corra risco de passar a ser um mero exercício de explícito monopólio de marcas e preços.

Outro aspecto nocivo e livre de concorrência trazido pelo capital estrangeiro foram os métodos que a concentração capitalista passou a impor aos fornecedores nacionais. Tais grupos econômicos, pelo potencial de venda que possuem e pelo sempre crescente a massivo poder de fogo da sua propaganda, muitas vezes enganosa, sujeita os fornecedores a um tipo de contrato de fornecimento de produtos e mercadorias com cláusulas leoninas e unilaterais. Com exceção da gigante Coca-Cola, única que declarou vender a vista e não sofrer nenhuma imposição, todos os demais fornecedores declararam estarem sujeitos às regras impostas pelas grandes redes.

É sabido, por exemplo, que estes grupos quando inauguram uma nova loja, sem exceção, costumam entrar apenas com as instalações pois as mercadorias postas à venda, na sua quase totalidade, são ofertas dos fornecedores, vale dizer verdadeiras doações conseguidas e coagidos pelas leoninas cláusulas contratuais que os obrigam a doar mercadorias para o chamado “enxoval” - doação do primeiro fornecimento para a inauguração de uma loja e começo de contrato. Segundo as denúncias recebidas pela CPI, o primeiro mês de vendas tem custo zero para os Supermercados pois são os fornecedores que são obrigados a fazer a entrega das mercadorias sem faturamento.

Além dessa doação o fornecedor ainda estará sujeito a outras imposições como por ocasião do aniversário da loja ou das campanhas promocionais. Também está submetido a dar descontos compulsórios a título de fidelidade, de rateio das despesas publicitárias, ou desconto de ágio e juros para receber alguma antecipação, pois que é norma destes grupos sempre compram a prazo. Pelo relato dos fornecedores os prazos alongados permitem que estes grupos consigam vender as mercadorias antes de efetuarem o pagamento aos fornecedores. Como bem destacou a revista Amanhã, nº 154, maio de 2000, página 51, e ampla reportagem sobre a concentração no setor dos supermercados, ponto em relevo a afirmação do

presidente da Assosuper, Celso Gusso, que enfatizou: “A guerra de preços entre as grandes redes é ilusória, pois a margem de lucro delas é enorme”.

Boa parte deste lucro, como destacou o próprio Celson Gusso, naquela reportagem, surge porque “Os novos papéis são revelados nas práticas comerciais do dia-a-dia, com a transferência de encargos para a indústria. As margens de lucratividade de quem produz tendem a reduzir, por causa de imposições quanto a condições de entrega, armazenagem, colocação nas gôndolas e obrigatoriedade de participação em campanhas publicitárias. Existe até uma prática conhecida como enxoval, em que a grande rede, quando vai inaugurar uma loja, exige dos fornecedores que o primeiro lote de produtos que vai preencher as gôndolas seja gratuito. O enxoval é um entre inúmeros “favores” que a indústria pode ser obrigada a conceder. O valor de cada um deles varia entre 5% e 25% dos volumes negociados”.

Não é de admirar-se pois que em recente reportagem a revista *Veja*, Edição 1690, de 07 de março corrente, página 102 a 109, tenha apresentado o empresário Abílio Diniz, presidente do Grupo Pão de Açúcar, como um dos executivos brasileiros que mais faturou e lucrou nos últimos anos. “O faturamento do Pão de Açúcar no ano 2000 bateu a casa dos 9 bilhões de reais e o lucro da companhia alcançou a cifra de 332 milhões de reais. Na comparação com os dados referentes a 1999, a empresa faturou um terço a mais e o lucro deu um salto de 435%.”

HORTIFRUTIGRANJEIROS

Este setor produtivo foi o mais afetado pela concentração monopolista que passou a dominar o mercado paranaense. A CPI coletou denúncias, documentalmente comprovadas de quebra imposta aos fornecedores de hortifrutigranjeiros. Uma constante denúncia deste setor produtivo diz respeito a prática de alegadas devoluções de produtos que mesmo sendo recebidos pelas lojas sem qualquer reclamação contra a qualidade ou vencimentos da mercadoria, no ato de recebimento e conferência, mais tarde os fornecedores de hortifrutigranjeiros são surpreendidos pelo acerto de contas, quando descontos a título de devolução de mercadorias vencidas ou sem qualidade, reduzem o crédito dos produtores e fornecedores, sem que estes tenham qualquer possibilidade de certificarem-se da alegada falta de qualidade das mercadorias não comercializadas. Os fornecedores ficam assim sem ter certeza do destino dado a tais mercadorias que se alega terem sido doadas a instituições de caridade ou simplesmente jogadas no lixo.

Conveniente, para mera exemplificação do tratamento dispensado aos fornecedores, as declarações de dois fornecedores que acionaram a justiça contra a Rede Extra, o conhecido Grupo Pão de Açúcar.

Em depoimento prestado a CPI, Oseas Roncaglio, um dos fornecedores que atua a mais de 27 anos no ramo e que alega ter quebrado em função da exploração a que foi submetido pela Rede Extra (Grupo Pão de Açúcar)

afirmou o seguinte: “...Ele nos faz um pedido, nos passa um fax do que ele quer, o valor. Aí, na prestação de contas, você recebe aqueles bloquetões, como apareceu aqui nos descontos, devolve o que quer, faz notas de devoluções, sem a gente tomar conhecimento, mas aquilo tudo vem abatido dos créditos”...” Quando efetuamos a venda, nos damos pronto ao supermercado. Lá existe uma estrutura de conferência fantástica. São dois, três conferentes que conferem tudo. Eles dão um documento chamado bônus. É um bônus de recebimento, onde tem duas assinaturas, certificando que o produto está em perfeitas condições, com canhoto de nota fiscal. Posterior a isto, o problema passa a ser de quem vai manusear o produto”...”Nós éramos pressionados, os nossos funcionários pressionados a retirar ou assinar notas sem ter o produto. Pressionados pelos seguranças da empresa, pelos elementos que faziam a tal devolução, porque o Extra é uma empresa assim, ele tem um grupo de seguranças que eles impõem, o nosso pessoal que ia fazer entrega muitas vezes ficavam retidos lá por horas e horas até assinar uma nota. Então é terrível, terrível”. Questionado pela afirmação que receberia o preço dos produtos fornecidos com descontos na ordem de 35% e manteve o contrato de fornecimento nesta situação durante 11 (onze) meses, assim explicou o senhor Oseas Roncaglio: “Vou tentar explicar bem o que acontece. Nós estamos aí atuando há tempo e vem uma situação dessa aí. Nós não imaginamos que pudesse acontecer, nós montamos uma estrutura, aumentamos os funcionários, contratamos caminhões para o transporte, manusear o produto, enfim, são quase 20 funcionários, e você está deparando com estes problemas. Quando você está entregando vê que tem uma dor de cabeça, de repente você é obrigado aceitar 8.000 quilos de chuchu, vamos tentar, no longo do tempo e cobrindo isso aí. A estrutura já está montada. produção vindo de todo lado. Não tem como interromper e falar chega. Para desmanchar tudo aquilo vai custar caríssimo. É mais fácil tentar aceitar o que houve e fazer um ajuste. Só que esse ajuste não vem. É uma ilusão. Você não quer dar decepção e não quer ser decepcionado. Mas chegou uma hora que teve que parar, porque é abismo na certa”...”Eu diria o seguinte: como os produtos hortifrutigranjeiros são produtos frescos e a compra é diária, muitas vezes é praticamente diária, até duas vezes por dia, se é folhosa a produtora entrega pela manhã e à tarde. Não é possível ter problemas aí. No caso das leguminosas, que fornecemos também. Eu conhecia o Parati, que hoje não fornecer porque caiu, infelizmente, nas mãos desta empresa, mas eu fornecia. Lá não tinha este tipo de problema. Não existia esta tal de devolução. Coisas que não dá nem para falar. Agora, isto é realmente grotesco e absurdo.”

Waldemar Andrigueti, fornecedor a mais de 10 anos, assim denunciou, sobre a impossibilidade de receber as devoluções fictícias que aparecem quando do ajuste de contas: “O que ocorreu que eu era fornecedor a 10 anos, nunca tive problema, só que em 10/88, começou a surgir os primeiros problemas. Vendia e recebia a mer-

cadoria e depois eles não deixavam fazer duplicata e depositava o dinheiro na conta bancária. Só que quando uma nota promissória era de 5 mil reais, depositava lá 211 reais e o resto morria por aí. Daí ligava para São Paulo, porque a cobrança erra em São Paulo. Não, porque a nota fiscal era de 5 mil reais e só veio 211 reais. Porque toma-se a nota de devolução. Mas onde está a nota de devolução? Para quem devolveu a mercadoria? Isso você tem que resolver com a loja. Na loja, o que aconteceu? Não é a nota de devolução. Mas devolveu a mercadoria para quem? Não, é nota de mercadoria que estragou. Enfim, foi assim nem uma nem duas vezes.” Comentando uma reunião que teve com os representantes do Extra para um confronto de contas, assim é o relato do fornecedor: “Aí achava nota fiscal com canhoto e tudo junto de devolução. Aí nós estávamos lá naquela reunião, aí ele levantou assim e deu uns murros em cima da mesa, voou caneta e aquela coisarada. Eu e o doutor Juarez junto, né. Ele falou assim: ‘Chega do Extra de bancar correspondência sozinho, o fornecedor também tem que perder junto... a gente paga caro e vende barato e chega do Extra perder sozinho. A loja está com problema e nós vamos ter que resolver o problema’. Ele disse que o fornecedor tinha que perder junto e o Extra parar de levar prejuízo. ‘A gente tem que chamar o cliente para dentro da loja porque é loja nova e temos que fazer a clientela vim prá loja. E o doutor Juarez achou melhor a gente se retirar. Aí fomos para São Paulo, ficamos um dia lá e o rapaz que nos atendeu em São Paulo disse que era problema da loja, que tinha que resolver com a loja. A gente vinha na loja e não tinha como. Como é que a gente vai resolver algum troço... O cara foi bruto mesmo. Aí fomos montando os processos, trabalhamos uns 90 dias eu e o doutor Juarez para montar o processo e entramos na Justiça.”

CEASA

A CPI também se preocupou em tomar o depoimento dos atuais e ex-dirigentes da Ceasa, obtendo deles uma preocupante realidade. Tanto o atual dirigente José Lupion Neto, como o ex-deputado Gernote Kirinus, traçaram um quadro de preocupações com relação ao destino das Centrais de Abastecimento. Para Kirinus, que atribui à estadualização das Ceasa's, ocorrido em 1988, o Brasil perdeu um instrumento de política de abastecimento e na sua visão o País corre sérios riscos de desabastecimento pela falta de estrutura e de política nacional de abastecimento. Importante destacar este depoimento: “Na verdade, os Países europeus que passaram pela segunda guerra mundial e tiveram a dura lição da fome, aprenderam a lição. Hoje, na Europa, qualquer eventualidade de corte no fornecimento de alimentos de fora, eles têm condição de ficar mais de ano alimentando a sua população porque têm estoque, têm reserva, se preparam. No Brasil basta uma semana de greve de caminhoneiros que já se observa o desabastecimento em vários pontos do País, não temos uma política de abastecimento, não

existe uma política nacional de abastecimento”... “Existe a Conab que também trata de abastecimento na área de cereais mais unicamente faz a regulação de estoque, não para alimentar a população, mas para manter o plano real, manter o nível dos preços. O abastecimento importa em segurança nacional, talvez por isso que os militares foram os primeiros a se preocupar com isso, importa em saúde pública, importa em qualidade de vida, importa em distribuição de renda, importa na fundamental valorização do homem do campo que é a fonte básica de todo o abastecimento.”

RELAÇÕES DE TRABALHO

Grave denúncia que atenta as relações de trabalho é a exigência das grandes redes imposta aos fornecedores para que estes mantenham dentro das lojas daqueles funcionários assalariados pelo próprios produtores ou fornecedores para a reposição das mercadorias. Não foi possível à CPI estabelecer o percentual destes funcionários assalariados pelos produtores fornecedores que diuturna e permanentemente trabalham nas lojas das grandes redes, mas sabe-se que é expressivo.

O Disque-Denúncia da CPI bate com as informações oficiais do número de reclamações trabalhistas, aproximadamente mil, no último ano, só em Curitiba, pois as denúncias em sua maioria se referem desde a falta de carteira assinada diretamente com o supermercado, o não pagamento de horas extras e férias ao cometimento de maus tratos e também a indigna sujeição à revista.

A disputa sindical entre duas entidades que pretendem representar os trabalhadores do setor, lamentavelmente tem propiciado que os trabalhadores do setor se ressentam de uma assistência e representação mais autêntica e efetiva.

Constata-se uma ausência total de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho. O mais grave disso também é a denúncia de que as visitas não são incertas, mas antecipadamente agendadas, o que por si só demonstra a sua ineficácia para detectar possíveis ilegalidades.

Em audiência pública realizada em Londrina, a própria CPI teve a oportunidade de constatar o constrangimento imposto aos próprios gerentes de lojas da rede Sonae, quando foram questionados sobre as relações de trabalho, sendo gritante as contradições em seus depoimentos, inclusive com os níveis de salário que declaram perceber para o mesmo nível de loja.

Apurou-se que muitas contratações são terceirizadas por empresas que se mostram desprovidas de idoneidade financeira e tradição no setor, inclusive sediadas no Estado de São Paulo. Caso denunciado em Londrina de vítima de acidente de trabalho, na justiça o Extra nega a existência de vínculo empregatício, atribuindo este à terceirizada como encarregada da seleção e recrutamento dos seus funcionários. Imperioso, portanto, a presença e a fiscalização do Ministério do Trabalho para coibir estas irregularidades e abusos contra as relações de trabalho.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Os ex-funcionários e familiares de atuais funcionários que foram ouvidos foram claros em denunciar a falta de higiene e vigilância sanitária adequada, bem como a ausência de fiscalização pública, além da denúncia de que as mercadorias postas em oferta, via de regra estão com prazos de validade vencido ou por vencer, inclusive de alimentos.

PESOS E MEDIDAS

De igual modo vieram denúncias de falta de controle sistemático e permanente sobre a exatidão dos pesos e medidas quanto as mercadorias comercializadas.

PROPAGANDA ENGANOSA

Depondo à CPI, o ex-gerente João Dalberto Franco, pessoa que exerceu atividade nas Lojas Mercado-rama durante 23 anos, foi enfático em esclarecer que se operou grande mudança naquela rede depois do controle pertencer ao Sonae. Entre estas mudanças a prática costumeira de propaganda enganosa ou seja anunciar um elevado número de produtos em oferta e na verdade dispor de apenas alguns itens em estoque para serem comercializados. Também esclareceu que passou a ser freqüente a falta do preço exato do produto pela existência apenas do código de barras.

Chegou o ex-gerente a orientar que se a CPI empreendesse uma vistoria nas lojas deveriam os deputados se preocuparem com a validade das mercadorias e os preços declarados, bem, como de que a margem de faturamento em relação ao preço de custo da mercadoria subiu de 15% a 16% que era praticado pelo Grupo Deme-terco, para 28% a 29% para Grupo Sonae.

SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

Grave suspeita da prática de sonegação de impostos deve merecer atenção especial da fiscalização fazendária. Denúncias de que mercadorias doadas são entregues com notas fiscais que não correspondem a tais doações, mas sim como se constituíssem vendas normais, foram uma constante. Do mesmo modo não se teve notícia da presença da fiscalização tributária nestas grandes redes.

GRANDES LOJAS E O IMPACTO NO MEIO URBANO

O repentino surgimento de uma grande loja de supermercado no meio urbano causa impacto considerável, afetando não apenas a concorrência com os estabelecimentos comerciais de tradição na região, como padarias, açougues, mercearias, pequena quitandas que simplesmente deixam de existir, mas principalmente na questão viária e no próprio meio ambiente pela descomunal movimentação de pessoas, cargas e intensidade de trânsito que se desloca em função do novo estabelecimento. Neste sentido a CPI recebeu sugestão para que se criasse legislação que limitasse o tamanho destas lojas e que a implantação das mesmas fosse precedido de um rima de impacto ambiental e social. Muitos países já

limitaram o tamanho destas lojas para preservar o comércio existente no local.

CONCLUSÃO

A CPI dos Supermercados, tendo em vista a interrupção de seus trabalhos pela decisão de encerramento dos trabalhos na fase que se encontram recomenda:

1 - Oportunamente seja constituída uma nova CPI com a precípua finalidade de investigar os itens de proteção ao consumidor, quer quanto a qualidade, higiene e sanidade das mercadorias vendidas, quer quanto a exatidão de pesos e medidas, bem como à prática de propaganda enganosa e dumping para atrair clientela.

2 - Propor à Assembléia Legislativa a convocação da Comec e Associação dos Municípios Paranaenses para elaborar de comum acordo projeto de lei que passe a exigir um prévio relatório de Impacto Ambiental e Social antes de autorizar a instalação e funcionamento de lojas de grande porte, bem como fixar limites para o tamanho das áreas a serem ocupadas por referidas lojas.

3 - Determinar a remessa ao Ministério Público Estadual, à Promotoria Pública do Ministério do Trabalho, às Coordenadorias da Receita Federal e Estadual, de cópia das denúncias obtidas pelo Disque-Denúncia, e das provas documentais constante dos anexos, tendo a existência em tese de crimes contra a ordem tributária pela sonegação fiscal a existência de fraudes, desvios e abusos nas relações de trabalho.

4 - Remeter para conhecimento e informação cópia deste relatório à Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná e Federação da Indústria do Paraná.

5 - Remeter ao Cade cópia do presente relatório para ser juntado ao processo que aquele Conselho examina pela fusão dos grupos econômicos absorvidos pelo Grupo Sonae.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Vice-presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Membros da Comissão:

Duílio Genari, Durval Amaral, Divanir Braz Palma, Antônio Baratter.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam alterados todos os dispositivos da Resolução nº 159/90 que instituiu o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, onde consta a expressão "votação secreta" para que passe a constar votação simbólica ou nominal.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No atual contexto político é inegável o descrédito dedicado pela população à classe política, inclusive aos integrantes do Poder Legislativo. As críticas, muitas vezes, devem-se à falta de conhecimento pela população dos atos praticados pelos parlamentares que ajudaram a eleger.

A alteração ora proposta visa proporcionar a maior transparência dos atos dos parlamentares dentro do Poder Legislativo, que, diante da votação aberta (denominada simbólica) poderá demonstrar sua ideologia. A matéria derruba este entrave democrático que é a votação secreta, indo de encontro à transparência, à ética e à democracia.

Atualmente, plenários legislativos têm sido palco, infelizmente de denúncias envolvendo parlamentares e votações, como é o caso do Distrito Federal. Diante destes casos e observando uma necessidade de modernização democrática, diversos outros Parlamentos já adotaram com sucesso esse procedimento - o Estado pioneiro foi o Estado de São Paulo. Vamos dar um exemplo de transparência e democracia, abolindo a votação secreta nesta Casa de Leis.

Diante do exposto, num esforço para democratizar ainda mais o nosso Poder Legislativo, solicitamos a aprovação do presente projeto de resolução pelos nobres pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 141/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a incluir na grade curricular do 1º e 2º graus de todas as instituições de ensino público e privado do Estado, a disciplina de ensino religioso.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva transmitir ensinamento religioso aos nossos jovens e adolescentes, muitas vezes hoje, carentes de valores espirituais e morais.

Atualmente, é público e notório a ausência de valores éticos e morais, na formação da personalidade e caráter de grande parte da juventude brasileira.

O despertar desse sentimento nos estudantes, da busca de Deus, do amor ao próximo, é o objetivo deste projeto de lei, uma vez que a relação religiosa propicia paz ao espírito, diminui a ansiedade pelo confronto, minimiza a violência, traz equilíbrio nas ações de cada um, ações essa que devem sempre estarem voltadas para a prática do bem e da solidariedade.

PROJETO DE LEI Nº 142/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As agências e os postos bancários estabelecidos no Estado ficam obrigados a emitir documentos em braile e a instalar equipamentos de informática adequados ao atendimento dos portadores de deficiência visual.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por objetivo instituir atendimento especial ao deficiente visual em instituição bancárias. Trata-se de processo de inclusão social.

Não é suficiente que o deficiente visual tenha atendimento em instituição bancária, é essencial que tenha autonomia para manter com o banco um relacionamento comercial, independentemente da presença de um procurador.

O contrato de abertura de conta deve ser impresso em braile, bem como adotar o programa "Virtual Vision", lançado pela Global Telecom, ou programa de informática similar, permitindo ao deficiente visual o pleno exercício da cidadania.

A Constituição da República, ao dispor sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso, obriga o Estado, em seu artigo 227, a promover programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e aos serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Embora exista legislação específica que prevê diversos mecanismos para a integração do deficiente na sociedade, o que se observa, por parte das instituições bancárias, é um verdadeiro atentado discriminatório, pois elas não proporcionam aos deficientes a possibilidade de

movimentar livremente suas contas bancárias, contrariando até mesmo disposições constantes no artigo 5º da Constituição Federal, no qual se encontram insculpidos os direitos e as garantias fundamentais do cidadão.

Em época remotas, entendia-se que o disciplinamento da atividade bancária era privativo da União, que formula a sua política por meio do Banco Central do Brasil.

No entanto, o próprio Superior Tribunal de Justiça, em decisão recente, revela a prerrogativa até mesmo do município para dispor sobre matérias que digam respeito à segurança e aos direitos do consumidor de serviços bancários.

Com efeito, não apenas a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência, como também a defesa do consumidor, inserem-se no rol de competência comuns à União, aos Estados e ao Distrito Federal, por força do preceito constante no artigo 24, VIII e XIV, da Constituição da República.

Trata-se de providência de fundamental importância para a população economicamente ativa, com deficiência visual.

PROJETO DE LEI Nº 143/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Candói imóvel com benfeitorias com a denominação de "Estância Hidromineral Santa Clara", na localidade de Candói, constituído de uma área de 121 (cento e vinte e um) hectares, sendo 50 (cinquenta) alqueires de terras, constituídos pelo quinhões nºs 6-A e &, e ainda parte do quinhão nº 06, da subdivisão judicial do imóvel "Candói", dentre de cuja área se acha localizada a fonte de água mineral Santa Clara, sendo que a área em causa está circunscrita nos limites descrito registrados no Cartário de 2º Ofício Imobiliário da Comarca de Guarapuava, conforme matrícula nº 12.725, fls. 01 e 02.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo será utilizado pela Prefeitura Municipal de Candói para fins turísticos. A referida Prefeitura Municipal não poderá dar outra destinação, sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda, agravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI
BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A medida em questão visa sancionar a situação caótica em que se encontra a Estância Hidromineral

Santa Clara no Município de Candói. A referida estância de propriedade do Governo do Estado está em lastimável estado de abandono. Em 1994 houve um Termo de Comodato entre essas duas entidades, contudo, a transferência deste para o Município nunca ocorreu devido a atrasos do complicado processo burocrático. O prazo do Comodato já se expirou e devido a impossibilidade jurídica apontada pelo Governo do Estado não é possível a renovação do mesmo termo.

Contudo, o imóvel não recebe qualquer cuidado do Estado, estando em verdadeiro estado de abandono com pessoas lá morando sem qualquer autorização ou conhecimento do fato pelo próprio Estado.

Assim sendo, a Prefeitura Municipal de Candói preocupada com a situação pejorativa em que se encontra tão valorativo imóvel demonstra interesse que este passe para seu patrimônio, pois obterá vantagens como geração de empregos, arrecadação de impostos e a projeção do município com a otimização do complexo, além de preservar e proteger o imóvel, função esta que infelizmente o Governo do Estado demonstrou com o passar dos anos não ter interesse.

Isto posto, pela proteção ao meio ambiente que acalenta este projeto esperamos poder contar com a aprovação do mesmo pelos pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 144/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Estudantes de Sertanópolis com sede e foro no município de Sertanópolis no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Estudantes de Sertanópolis constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos, sendo a entidade máxima de representação, defesa e coordenação dos direitos e interesses da Comunidade Universitária Estudantil de Sertanópolis.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, reunindo demais instituições representativas do segmento, promovendo o desenvolvimento e aperfeiçoamento intelectual da comunidade estudantil.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reco-

nhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 145/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Canoagem, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Canoagem, entidade que dirige e incentiva o esporte da canoagem no Estado do Paraná.

A Federação Paranaense de Canoagem é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 03 de novembro de 1997, que realiza, com sucesso, trabalhos inerentes as finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 146/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - Amena, imóvel de propriedade do Estado, situado na Avenida República Argentina, 2.430, bairro Portão, medindo 600m², com inscrição imobiliária 27.3048.0212, indicação fiscal 63.096.0.38.000, parte do imóvel registrado no livro 3º -E, sob nº 9.128, do Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será, exclusivamente, utilizado para instalação de uma escola alternativa, destinada ao atendimentos psicopedagógico adequado para crianças e adolescentes que apresentem distúrbios severos emocionais e de aprendizagem, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogada por mais quatro anos, mediante consenso entre as partes, tornando-se, automaticamente, sem efeito caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas, ficando a cessionária responsável pela guarda e conservação de tais bens, sem direitos a ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem a iniciativa de doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, entidade declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 9.138, de 27/11/98, e que se vem prestando maravilhoso serviço à comunidade da Região Metropolitana de Curitiba, imóvel de propriedade do Estado, para que ali se instale uma escola destinada ao atendimento psicopedagógico, adequado para crianças e adolescentes que apresentem distúrbios severos emocionais e de aprendizagem.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 147/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Estadual nº 10331 de junho de 1993, passa a ter a seguinte redação:

A remuneração mensal do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos poderes do Estado, terá como limite máximo os valores recebidos como remuneração, no mesmo período, em espécie, por secretário de Estado.

Parágrafo Único - Ficam excluídos do disposto no *caput* deste artigo os servidores inativos portadores de moléstias tais como:

Neoplasia Malignas, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, Cardiopatia Grave, Tuberculose Ativa, Alienação Mental, Cegueira, Hanseníase, Doença de Parkinson, Nefropatia Grave, Paralisia Irreversível e Incapacitante, Espondilartrose Anquilosante, Osteíte Deformante e Doenças Neurológicas Progressivas”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo principal a correção de distorção representadas pela contraditória aplicação de redutor salarial, incluindo os servidores inativos acometidos de doenças graves.

Apenas algumas categorias profissionais do Estado do Paraná apresentam a isenção de redutor salarial, caracterizando desta forma um tratamento hegemônico e não isonômico aos servidores estaduais.

A aprovação desta proposta visa estender a isenção de redutor salarial somente aos servidores inativos portadores de graves patologias, independente de suas categorias profissionais.

Vale salientar que desde 1994 a Receita Federal, de forma exemplar, isenta do pagamento de imposto de renda o cidadão acometido de moléstia grave, conforme consta no artigo 40 alínea XXVII do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 1041 de 11 de janeiro de 1994 e itens XIV e XXI do artigo 6º da Lei Federal nº 7713/88.

Em função do teor social do presente projeto de lei, solicitando aos nobres pares desta Casa de Leis, a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 148/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ABEFI - Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A ABEFI - Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu, é uma entidade evangélica, de caráter assistencial, sem discriminação, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, organizada para prestação de serviços em especial a pessoas carentes financeiramente.

Têm como objetivo maior “o associativismo”, onde as pessoas se unem em busca do bem estar da coletividade de modo geral.

Com esta finalidade, solicitamos apoio dos nobres pares desta Casa, para aprovação do projeto de lei que ora apresentamos, conforme documentação anexa.

PROJETO DE LEI Nº 149/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir carga horária mínima anual de 665 horas para trabalho escolar em sala de aula no ensino médio do período noturno das escolas públicas estaduais.

Parágrafo Único - As escolas públicas estaduais promoverão, para atingir oitocentas horas, carga máxima de 135 horas de trabalhos escolares em projetos interdisciplinares.

Art. 2º - O ano letivo terá no mínimo 200 dias efetivo de trabalho escolar.

Art. 3º - A carga horária diária mínima será de 3 horas e 30 minutos, incluído o intervalo para recreio.

Parágrafo Único - O intervalo para recreio terá no mínimo dez minutos.

Art. 4º - As aulas do período noturno nas escolas públicas estaduais terão início sempre a partir das 19h10min.

Art. 5º - A Secretaria de Estado da Educação baixará, por resolução, normas complementares para cumprimento da presente lei.

Art. 6º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estender, a todas as escolas públicas estaduais do Paraná que abrigam turmas de ensino médio no período noturno, os termos obtidos com o entendimento tripartite envolvendo professores/diretores de colégios, alunos e Secretaria de Estado da Educação para a região de Maringá para esta modalidade de ensino.

Com as mudanças no horário de início e término das aulas do ensino médio noturno que vigoraram no princípio deste ano letivo, a saber, das 18h45min. às 23h05min., irrompeu uma greve de alunos afetados pela nova situação. No princípio o movimento irrompeu em escolas públicas estaduais do município de Sarandi, conurbado a Maringá, para onde se estendeu o movimento e que seguramente teria se estendido para todo o Estado não fosse resolvida a questão por meio de intensas negociações entre as partes.

As razões que levaram às manifestações em contrário são notórias e insofismáveis, haja vista os claros prejuízos àqueles que trabalham durante o dia e estudam a noite. Estes são a maioria dos que optam pelo ensino noturno como única forma de concluir o ensino formal e seguir adiante, via de regra em busca de curso superior para enfrentar o cada vez mais exigente mercado de trabalho.

Ocorre que para um trabalhador sair do seu serviço, normalmente distante tanto de sua casa quanto da escola em que estuda à noite, às 18 horas e num intervalo de apenas 45 minutos conseguir se deslocar até sua casa para banhar-se e jantar e após isto chegar a tempo de ingressar antes de começar a primeira aula é humanamente impossível. Considere-se ainda que a maioria destes estudantes dependem de transporte coletivo, cujos horários, inclusive, levam em conta o já histórico horário de início das aulas no período noturno vigente até o ano passado, qual seja, 19h15m.

É possível argumentar-se que este é um problema restrito às grandes metrópoles, ou às regiões metropolitanas. Mesmo sendo verdadeira esta suposta restrição, ela na verdade justifica, por si só, a necessidade de extensão dos termos previsto no presente projeto de lei, visto que a

maior parte de nossa população vive hoje nas cidades, especialmente em regiões metropolitanas, com destaque para as de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa que, somadas, concentram mais da metade da população do Estado.

Além disso, as demais cidades pólo do Paraná já vivem processos que sinalizam regiões metropolitanas nascentes. Nestes processos, os trabalhadores superam grandes distâncias para seus trabalhos, repetidas para voltar para casa após o encerramento da jornada laboral, seguidas por novos deslocamentos, às vezes equivalentes, para a escola, que são repetidos após o encerramento das aulas, via de regra ao redor das 23 horas. Como se vê, são deslocamentos já desgastantes nas condições “normais” vigentes até o fim do ano letivo passado, que dirá com os horários que passaram a vigorar no princípio deste ano letivo.

Estas exceções são levadas em consideração em todos os documentos produzidos nos debates que se seguiram à paralisação dos alunos de Sarandi e Maringá, destacando-se, entre eles, o Parecer nº 062/2001, aprovado por unanimidade em 04.04.2001 pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, que refletiu as propostas pedagógicas para o ensino fundamental e médio noturno produzidas pelas diretores de escolas públicas estaduais da região de Maringá em conjunto com a assessoria da Secretaria de Estado da Educação. Digno de citação, também, o documento “O Parecer nº 062/2001 e suas consequências”, produzido pelo professor Heráclito Machado Sandano, assessor político da SEED e responsável pelas negociações em Maringá.

Todos estes documentos enumeram fartas razões em favor do contido no presente projeto de lei, motivo pelo qual, dadas as condicionantes quase que idênticas em todo o Estado, consideramos imperativo estender para todo o território do Paraná os termos elencados e já colocados em prática para o ensino médio noturno nas escolas da região de Maringá.

PROJETO DE LEI Nº 150/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Evangélica Luterana São Lucas do Pinheirinho, com sede e foro no município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Comunidade Evangélica Luterana São Lucas do Pinheirinho, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

Tem como principais atividades celebração de cultos, cerimônias matrimoniais e fúnebres, reuniões dos departamentos de homens, senhoras e jovens, palestras sobre diversos assuntos, confecção de dobraduras pelo departamento de senhoras para o Hospital Evangélico, dentro da área de assistência social, ofertas na área de assistência social ao Instituto Santíssima Trindade (orfãtato) de Gramado - RS, auxílio financeiro mensal, pelo departamento de homens e senhoras, à capelania do Hospital Erasto Gaertner e campanha permanente entre os membros da congregação para doação de sangue a pessoas necessitadas de sangue, quando internadas em hospitais da cidade.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados.

Ponta Grossa, nesta manhã, teve a presença de sua excelência o governador Jaime Lerner. Lá compareceu juntamente com o secretário de Indústria e Comércio para participar da inauguração de uma das maiores indústrias que ali se assentou, indústria essa que é a Cisa, que vai contribuir para o desenvolvimento, não só da minha cidade, da minha região, mas de todo o Estado do Paraná. Com investimento de 140 milhões de dólares, esta indústria vem a somar com o parque industrial da Princesa dos Campos.

E nós, que costumeiramente ocupamos esta tribuna, já o fizemos no passado, estamos fazendo hoje e faremos no futuro, em todas as boas ações voltadas para o interesse do povo do Paraná. Nós, de cabeça erguida cumprimos o esforço do ex-prefeito Jocelito Canto, do ex-secretário de Indústria e Comércio, Herculano Lisboa, o ex-secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Nelson Justus, hoje secretário dos Transportes, e o governador do Estado Jaime Lerner, que numa somatória de esforços e em uma oportunidade de investimento deram a condição pela qual o Paraná ganhasse de outros Estados que estavam, naquela oportunidade, a competir para a instalação desta grande indústria.

Tenho a certeza, senhor presidente e senhores deputados, que não só nós, que representamos parte de Ponta Grossa, mas como também o deputado que aqui se assenta, Plauto Miró Guimarães, também reconhece que esforços do município e do Estado, enfim, da família do Paraná, foram eles investidos para que isso acontecesse.

E lá, quando da inauguração, na palavra do presidente daquela grande indústria, ele mesmo dizia pela condição que Ponta Grossa oferece, pela sua situação geográfica, situada no corredor de exportação do Porto de Paranaguá, sendo a vitrine do Mercosul, realmente dá

condições para que os investimentos, não só desta empresa, mas de todas aquelas que enxergam o futuro, ali seja canalizada a sua implantação.

Faço este registro, senhor presidente e senhores deputados, para cumprimentar a ex-administração da nossa cidade, Governo do Estado e o governo atual do município de Ponta Grossa, que tem dado a seqüência para atração de investimentos na nossa cidade.

Mas também, senhor presidente e senhores deputados, faço outro registro acontecido na última semana, quando ali estive o senhor secretário de Segurança do Paraná, fazendo com que motonetas e veículos fossem entregues à Polícia Militar da nossa cidade, mais precisamente ao 1º Batalhão da PM. Pensávamos nós, como Londrina, como Maringá, como Cascavel, que foram agraciada com veículos novos, zero quilômetro, e reclamamos nesta tribuna e através de requerimentos, a falta de atenção à nossa cidade, pensávamos que o governo do Paraná fosse tratar de igual para igual a nossa cidade, a nossa região.

Pasmem, senhores deputados, que os veículos entregues à Polícia Militar de Ponta Grossa, são veículos que têm uma média de mais de cinquenta mil quilômetros. Enquanto o governador entrega ao Norte, ao Oeste, entrega a outras cidades, veículos zero quilômetro, na nossa cidade de Ponta Grossa, parece-me que desafiando a inteligência do povo da cidade e não reconhecendo o que ele ganhou na última eleição em número de votos, em um percentual que foi um dos maiores do Estado do Paraná, o governador manda à nossa cidade veículos que foram utilizados na Operação Praias e se encontravam lá no Batalhão de Paranaguá, fazendo a sua transparência ao Batalhão de Ponta Grossa. Além de serem veículos usados, um deles já apresentou problema na primeira operação quando dele foram fazer uso.

Acreditamos, senhor presidente e senhores deputados, que o governo está brincando com Ponta Grossa no setor de segurança. Se ele atende bem no setor de industrial no setor de segurança ele está pecando, porque entendemos como o corpo que possuímos, o tronco nosso é sustentado em duas pernas, a segurança é sustentada com a Polícia Militar e a Polícia Civil. Ele dá à Polícia Militar recursos e material quase que miserável, bem utilizado, já, enquanto a Polícia Civil de Ponta Grossa é desassistida em tudo, o Instituto Médico Legal não tem gasolina, não tem veículos, tem um só para atender vinte e poucos municípios, não tem instrumental algum e já denunciemos que os atendimentos a pessoas acidentadas, a pessoas mutiladas são feitas, por falta de luvas, aqueles peritos e servidores do IML, envolvem as suas mãos em sacolas de plásticos de supermercado! É uma vergonha para o Paraná, e quando atende bem um setor, desguarnece outro! A Polícia Civil sem carro, sem gente, sem instrumento algum em suas mãos, faz com que realmente a nossa voz, a nossa presença, através de requerimento se faça sempre, para que ela possa ser atendida e dar mostras à população daquilo que necessita a

nossa família, que é uma segurança. E a nossa PM, que recebe material usado, que não recebe coletes à prova de bala, que há mais de dois anos, já chegando no final do uso que é permitido pela sua fabricação, lá está a PM também a solicitar migalhas ao Governo do Estado do Paraná.

E quando nesta Casa, senhor presidente, o Governo do Estado, ao exigir que funcionários da Polícia Civil se apresentem decentemente, trajado socialmente, parece-me que a segunda piada, não pagando, não dando condições de um salário digno vai exigir ainda, paletó, gravata e calça social para a funcionalidade administrativa da Polícia Civil! É uma brincadeira do governo, o governo parece que não é sério, porque se ele assim o fosse, quando mandou a mensagem da Polícia Civil, que aqui se encontra, deveria, pelo menos, através dos seus assessores, convocar o sindicato da classe da Polícia Civil, ouvir os delegados, fazer com que família, que aqui nós vamos discutir o seu futuro e principalmente o meio pelo qual a sua vivência na segurança do Estado, para as futuras gerações, nós pudéssemos aprovar um projeto que fosse de encontro à Polícia Civil, da família da Polícia Civil do Paraná.

Nós queremos dizer com isso, senhor presidente, e pedimos ao líder do Governo que não coloque em pauta este projeto do senhor governador, só colocasse em pauta depois da Comissão de Segurança, que aqui tem Algaci Tulio, que aqui tem Luiz Carlos Alborghetti, o Ricardo Chab, o Tiago Amorim, que tem inúmeros homens ligados aos noticiários policiais do Estado do Paraná, em todos os cantos, em todas as regiões do nosso Estado, fossem eles junto com aqueles representantes da classe da Polícia Civil, ouvidos para fazermos as emendas, as correções, e principalmente, fazer com que as distorções que se incluem no projeto original do governo sejam deles tirados.

Encerro, senhor presidente e senhores deputados, dizendo mais uma vez que o governo, enquanto acerta de um lado, do outro lado, realmente, ele não tem acerto. Parece que a segurança e que a educação, que é primordial em cada governo desta nação e deste mundo, no Governo do Paraná,...

(Usa do Horário da Liderança do Partido)

...não tem sensibilidade para dotar a Polícia Civil e a Polícia Militar do material e do meio que eles reclamam, através de suas corporações.

Quero dizer também, aos senhores deputados, que nós, nesta inauguração pela manhã, reclamamos da presença junto a quem fez os convites, do ex-prefeito, do ex-secretário, que foi uma falha inadmissível que nós presenciemos nesta inauguração, na cidade de Ponta Grossa. Mas, mesmo assim, o brilho, e principalmente a condição pela qual nós testemunhamos aquela inauguração, mesmo sem a presença física da ex-administração, ali estava presente, na obra inaugurada, a sua atuação dentro da família ponta-grossense.

Obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Presenciamos, na tarde de ontem, uma Sessão Especial, que trouxe para dentro desta Casa a discussão de um problema que afeta o Paraná há muito anos, que vem tirando recursos do nosso Estado em benefício de outros. Mais precisamente, em benefício do vizinho Estado de São Paulo, numa sangria de recursos terrível para o nosso Estado, e num ganho espetacular para São Paulo. É a questão da isenção da energia elétrica gerada pelas turbinas de Itaipu.

Quero louvar, elogiar e parabenizar a atitude do presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, quando traz para dentro da Assembléia a discussão de um problema que aflige o nosso Estado.

E quero ir um pouco longe nessa discussão, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Esta é a Casa do povo, é aqui que nós devemos travar as grandes discussões, que dizem respeito aos interesses do povo do Paraná. Nós temos assistido nos últimos tempos, uma atuação diferente desta Casa, procurando participar da discussão de todos os assuntos que envolvem a coisa pública, e esta é a finalidade desta Casa.

O presidente Hermas Brandão, tem dado uma demonstração ímpar de sua isenção, ao dirigir os trabalhos desta Casa, dando oportunidade a todos de participarem, de discutirem, de trazerem assuntos.

E é nessa linha que quero fazer uma colocação: ontem ainda, quando aqui estive o deputado federal, Gustavo Fruet, eminente deputado, para falar à respeito de uma proposta de emenda da constituição, que altera a parte tributária da energia elétrica gerada por Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa excelência, passa a falar no Horário da Liderança do PPB.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Obrigado, presidente.

Que modifica a forma da cobrança do ICMS, dizia eu, que em 1997, quando era deputado federal, apresentei uma proposta de emenda à Constituição, na mesma linha, e dizia, mas minhas colocações, que isto foi o grande “afano”, a palavra é essa mesma, “afano”, que o atual ministro e senador, na época deputado federal, José Serra, fez contra o Paraná e contra todos paranaenses.

Após a minha intervenção, houve a colocação do nobre ilustre deputado Augustinho Zucchi, que fez uma afirmação corretíssima, como diz, deputado José Serra era deputado federal por São Paulo, e àquela época ele tinha defender os interesses de seu povo, no que concordo, nobre deputado Augustinho Zucchi, em número, gênero e grau, com os senhores.

Agora é a minha pergunta, senhores deputados: onde estavam os nossos representantes? E quero perguntar aqui, em 1998, quem era o governador do Paraná? quem era o verdadeiro guardião dos interesses do nosso povo; que não fez o trabalho que está fazendo o nobre deputado Hermas Brandão, quando traz para dentro desta Casa a discussão da magnitude que é 400 a 600 milhões de reais que o Paraná perde todos os anos?

Estavam dormindo, desacordados, anestesiados? Pergunto: São ativos? São perseverantes?

Dia a dia estão na mídia, mostrando que fizeram isso, que fizeram aquilo. Meus irmãos, nós temos que questionar: onde estavam os representantes do nosso Estado naquele momento? O representante maior do Estado, que é o governador?

Como que consegue ficar calado num momento desse? Um momento de conclamar a sociedade paranaense, para o grande roubo que estava prestes a ser executado?

Hoje nós estamos sofrendo pela ausência, pela omissão daqueles que deveriam defender o Estado naquela época.

Quero aqui, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a partir de hoje, desta terça-feira, travar uma grande discussão com todos os segmentos organizados da sociedade paranaense, para cobrarmos o que fazem os nossos representantes lá em Brasília, principalmente os representantes majoritários. Por que os senhores sabem, nós deputados, somos cobrados pela nossa base. Qual é o trabalho que nós estamos fazendo? Quais foram os recursos que levamos para nossa cidade? Para nossa região? E cada um de nós, corre o tempo todo procurando levar obras, levar serviços, levar ações do governo, para melhorar a vida da população.

Da mesma forma, atuam os deputados federais em Brasília, procurando atender a região, a cidade que os elegeu. A região que eles representam lá, na Câmara Alta.

Quero dizer aos senhores, e quero a resposta, não conheço nenhum ação, nenhum recurso, nenhuma obra, que os representantes da majoritária do Estado, lá em Brasília, porque os senadores do Paraná são aqueles que representam o Estado. Representam o Estado na Federação. São os verdadeiros defensores do Estado, junto à Federação. E eu pergunto: Qual foi o recurso? Qual foi a ação? Qual foi o trabalho efetivo em prol do Paraná? Eu tenho viajado, não viajo muito, viajo aqui pelos Estados vizinhos. Mas se formos a São Paulo, ou por exemplo, nós vamos ver uma ação eficiente dos representantes. Só para dar um exemplo, meus irmãos, a ponte de Guaíra, a ponte de Camargo, está sendo construída com recursos do Tesouro do Estado, meu nobre deputado Basílio Zanusso. Agora, ali em São Paulo, uma ponte rododiferroviária que liga São Paulo ao Mato Grosso, facilitando o escoamento da safra do Mato Grosso ao Porto de Santos, está sendo feita com recursos federais. E pasmem os senhores, se é o momento de passarmos o Brasil a limpo!

Temos que instalar uma CPI, para verificar os gastos na ponte do Rio Paraná daquela região!

Quando estava em Brasília, como membro da Comissão de Planos e Orçamentos Públicos, fui um dos que tentou uma emenda, cancelando os recursos para aquela ponte, mas fui esmagado pelo rolo compressor de São Paulo. Àquela época já havia consumido a ponte que liga São Paulo seiscentos milhões de reais, que na época eram seiscentos milhões de dólares.

Então, digo aos senhores: São Paulo consegue os recursos. Se bem, ou mal aplicados, consegue os recursos.

Se nós formos aqui em Santa Catarina, em Florianópolis, especificamente, vamos analisar o volume de recursos que o Governo Federal aplica nas diversas avenidas, nos contornos, nas ligações, nas estradas. E o que é que nós assistimos no Paraná? Não se consegue terminar o contorno leste, não se consegue terminar o contorno norte. Se formos para o interior, vejam quantas estradas federais, estão em estado péssimo de conservação!

Então a minha colocação.

Quero dizer aos senhores: nós temos que discutir o nosso Estado. Temos que discutir com quem representa o Estado.

Nós, representamos. Temos que travar um grande debate sobre o Estado. Não adianta querermos ficar assistindo em palanques eleitorais. A eleição é ano que vem!

Vamos discutir este ano. Vamos discutir quem é quem. Quem fez, quem não fez. Quem tem, quem não tem condições. Chega de discurso político. Chega do discurso evasivo. Nós queremos ações. O povo quer ver suas necessidades atendidas!

Concedo aparte ao nobre deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Primeiramente, nobre deputado, cumprimentando pelo momento oportuno que Vossa Excelência levanta e traz a pronúncia. Sem dúvida, tem que haver uma reflexão por parte de todos os paranaenses, o porquê de o Paraná ter chegado nessa situação. Um Estado que perde um Bamerindus porque o governo federal esqueceu que o Paraná contribui em primeiríssimo lugar, em todos os aspectos. Em 2º lugar, nós lembramos também que já o Estado de São Paulo há muitos anos atrás, impedia até o plantio da laranja, visto que colocava fiscalização nas barreiras na divisa do Paraná com São Paulo.

Vossa excelência levanta também uma outra questão - aonde estavam os governantes quando o Paraná estava sendo massacrado, inclusive com problemas de ICMS da energia? Vossa excelência há de convir que naquela época o Paraná recebia polpudas verbas, ou seja, o Paraná recebia algumas verbas do Governo Federal. Talvez seja esta a resposta. Só que nos últimos seis anos o governador Jaime Lerner vai ficar na história como o governador que não recebeu absolutamente nada do governo federal, a não ser pressões. Pressão para entregar

o Banco do Estado, pressão para entregar a Copel, pressão para entregar tantas outras coisas e inclusive construindo as suas com a capacidade do povo paranaense, não só as pontes que vossa excelência citou, mas também com a venda das ações da Telepar foi construída esta estrada que liga Garuva, fortalecendo sobremaneira o município e Joinville, do Estado de Santa Catarina.

Realmente vossa excelência levanta uma questão que tem que haver uma reflexão e uma indagação - por quê São Paulo prejudica tanto o Paraná? Por quê o Brasil tanto vem prejudicando o Paraná? E as autoridades constituídas onde ficam, principalmente a representação na área federal?

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. José Maria Ferreira

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Fernando Ribas Carli, vossa excelência coloca a questão da união dos paranaenses em torno dos grandes projetos nossos. Não tenha dúvidas, o homem público não pode ir à praça pública e não ter este espírito na hora do exercício do seu mandato. É extremamente adequado e oportuno que nós nos unamos, governos, governo, os parlamentares na área federal, na área do Senado.

Agora, vossa excelência estava em Brasília quando nos idos de 95 o Paraná fez uma emenda conjunta do Estado, vossa excelência subscreveu e até hoje a emenda não teve aplicação, pelo menos por grande parte da Bancada Federal que assim o desejava.

Ontem, antes da vinda do deputado Gustavo Fruet para este Plenário, almoçávamos no gabinete do presidente da Assembléia Legislativa, inclusive eu e alguns outros deputados que aqui se encontram, e ouvimos do deputado Gustavo Fruet a afirmação de que não tem um projeto sequer do governo do Estado para poder arrancar, obter dinheiro do Governo Federal.

Acho que vossa excelência está repleto de razão, quando cobra a união, a competência, a diligência que têm sobretudo os deputados do Nordeste para trazer e carrear recursos. No entanto, quem comanda, que é o carro chefe, quem planeja, quem realmente materializa essas reivindicações é o Executivo do Estado. Vossa excelência já foi parlamentar na área federal. Se ficarmos apenas no varejo, não faremos nenhuma medida concreta de mudança do perfil, tanto é que a Bancada Federal lá atrás se dispôs, e abrindo mão inclusive do atendimento das suas bases e procurou fazer uma ao Estado do Paraná. E hoje nem esta tem. Esta foi a informação que o deputado Gustavo Fruet trouxe aqui.

E com relação ao deputado Geraldo Cartário quando ele afirma que o Governo Federal não tem encaminhado todos os recursos que a Secretaria do Trabalho e Ação Social desenvolveu no Paraná, foi todo ele com recursos do governo federal, todo o recurso da habitação popular é do Governo Federal, recurso para a segurança,

essa que não conseguiram gastar e que quinze milhões não conseguem retirar do Governo Federal, por falta de aplicação de recursos do próprio recurso, é do Governo Federal. Os investimentos realizados na área de agricultura de financiamento, Pronaf, são do Governo Federal. O que falta ao Governo do Estado é ter um instrumento, tanto de planejamento, como também de fomento, para que pudesse estar investindo nessas áreas.

Estou de acordo com vossa excelência. Entendo que esta Casa tem um momento muito bom. Vivemos hoje uma abertura muito acentuada - abertura que todo Parlamento faz. Vossa excelência começou o seu discurso ressaltando essa abertura. E que nós façamos dessa abertura, no momento da discussão e, inclusive, para contribuir com o governo, para que ele possa encaminhar os projetos que devem ser do interesse do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAR CARLI

Nobre deputado José Maria Ferreira, nobre deputado Geraldo Cartário, agradeço os apartes de vossas excelências que vêm enriquecer o pronunciamento que estou fazendo. Mas quero dizer aos nobres deputados que esses recursos citados são recursos useiros e vezeiros, são recursos que constam de uma pauta do Governo Federal.

Quando o deputado José Maria Ferreira se refere à emenda, que os deputados federais têm direito de apresentar, vejam só, é de um milhão e meio de reais por deputado. E, em um dos anos todos, eles abdicaram em prol do Estado. Isso dá cinquenta e poucos, sessenta milhões.

Estou falando de recursos mais vultosos. Temos dificuldades com o nosso porto, por exemplo. Vou trazer para os senhores os números do que foi investido no Porto de Santos, enfim, em todos os portos do Brasil, por ação direta dos representantes maiores.

Nós, como representantes do povo, somos cobrados. Temos senadores que são da base de apoio do Governo Federal. São do partido do presidente da República.

Para concluir, quero pedir aos senhores nobres pares, para levarmos em frente essa discussão, porque teremos outras oportunidades. É um assunto palpitante. É a nossa função. É o nosso dever. É a nossa obrigação discutir o nosso Estado. Discutir o que o nosso Estado precisa. Discutir e procurar saber o que estão fazendo. O que fazemos, nós sabemos e procuramos levar para o povo. Precisamos saber o que os outros estão fazendo, se é que estão fazendo.

Se o nobre deputado, presidente, Elio Rusch conceder um minuto para o deputado Nelson Tureck...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ilustre deputado Fernando Ribas Carli, sei que o assunto é palpitante, mas temos no Pequeno Expediente todos os oradores inscritos. temos o Grande Expediente e Horário das Lideranças.

Fica para uma próxima oportunidade.

O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Gostaria que vossa excelência tratasse todos os oradores com a mesma concedência, com que tratou o orador que fez uso da palavra, utilizando mais de dez minutos do horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quero lembrar ao deputado Nereu Moura, que quando estávamos na presidência, vossa excelência já usou o Horário do Pequeno Expediente, Horário de Liderança, extrapolando o tempo. Sempre quando o assunto interessa ao Paraná, a presidência, não só nesta pessoa, mas também através do deputado Hermas Brandão, sempre tem sido generoso com os deputados, que usam da palavra.

O SR. NEREU MOURA

O que queremos é que todos os deputados sejam tratados igualmente. Vamos ficar de olho.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esclarecendo, o aparte que o deputado Fernando Ribas Carli cedeu, foi exatamente para um deputado da Oposição.

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo, no Pequeno Expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

O negócio do Brasil, agora, é investigar quebra de sigilo. Aí, é muito importante, quando se trata de quebra de sigilo, por ser um assunto sigiloso, a própria quebra dele, que tenhamos as provas testemunhais que são aquelas que ajudarão a elucidar os fatos, trata das contradições e acaba guiando o caminho, iluminando o caminho das contradições.

O Governo do Paraná, o governador Jaime Lerner, orientou a Casa Militar, diretamente a ele subordinada, para que procedesse as investigações. O Serviço de Inteligência foi, digamos assim, terceirizado, paa a empresa Defense. Os antigos colaboradores do Serviço de Inteligência ficaram subordinados a esta empresa. A pedido do Palácio Iguaçu, um funcionário da GVT, que, fora do horário de expediente, sendo um técnico habilitado em prestar este tipo de serviço e costumeiramente prestava serviço de grampeamento telefônico, foi fazer um grampeamento no telefone da Ocidental Combustível, o telefone é de número 643-2233 e a Defense, que tem funcionários da Brasil Telecom, antiga Telepar, fazia não só o grampeamento, mas a varredura. Na hora que o cara da GVT fez o grampo, o serviço de varredura identificou, foi lá e prendeu o cara da GVT que informou que foi contactado pelo Jordão e outro soldado, e aí, a casa caiu!

Foi para o Cope, não era para ir para o Cope, era, quem sabe, passar para o Águia que aí ia para o interior do Paraná e tal e coisa, mas não teve jeito, a estrutura oficial se contradisse.

Agora, senhores deputados, o governo, que grampeou o telefone de Roberto Requião, de Álvaro Dias e o ano passado, no período do segundo turno, segundo informações que me foram passadas ontem, por um colaborador do Serviço de Inteligência, estas informações estão com o senador Roberto Requião e também com o senador Álvaro Dias, e foi o período, que mais se grampeou e mais relatórios se produziu.

O próprio governo não pode investigar a si próprio, a PIC, POC, PUC, Cope e outras tantas instituições, chapa branca, não podem investigar o próprio governo, porque a Casa Militar está diretamente subordinada ao governo! Obviamente o que é sigiloso não se tem muitos documentos. Se vocês perceberem, no documento que vou distribuir daqui a pouco, segundo as orientações, não tem assinatura, ele só escreve assim: "seu colaborador". Para as providências, seu colaborador.

E conversei com a pessoa, pessoa, carne e osso, nome - obviamente vou preservar esta informação e jamais vou poder revelar - mas temos pelo menos quinze pessoas que podem ser chamadas a testemunhar e a levantar as contradições.

Para isso quero aqui apoiar a tese defendida pelo deputado Nereu Moura, ontem, que a CPI da Telefonia, instalada nesta Assembléia, investigue a Casa Militar, investigue que no Paraná o Artigo 5º da Constituição, que dá direito a todo cidadão paranaense do sigilo telefônico, está sendo quebrado pelo próprio governador. Ou a Casa Militar não é subordinada ao governador do Estado? Por que o coronel Vieira não vem a público, e dá explicações ao Paraná, foge da imprensa? Vamos chamar aqui as pessoas para o contraditório, para as informações, porque o Serviço de Inteligência que é para ser usado para informações do ponto de vista de segurança do Palácio Iguaçu, segurança institucional, era usado para fazer política!

Senhor presidente, passo a fazer uso do Horário do PT e concedo o aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Estou atentamente, ouvindo as suas explanações e confesso que como deputado fico profundamente preocupado com relação a todas essas informações que chegam, não só à Assembléia, a todos nós, à imprensa, de um modo geral.

Então, gostaria de ler aqui, rapidamente, um requerimento que já apresentei à Mesa, nesta sessão, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa.

Vou resumir aqui o requerimento. Estou expedindo a convocação do coronel Luiz Antonio Borges Vieira, chefe da Casa Militar e de outros militares envolvidos no caso da escuta telefônica de órgãos públicos, para que

compareçam numa reunião, na Comissão de Segurança Pública, dia 02 de maio, às 17h. Espero ver esse requerimento aprovado.

Temos profundas dúvidas com relação a tudo isso. Fora as acusações de um subalterno contra um coronel e um comandante, aí, da Casa Militar.

Isso precisa ser devidamente esclarecido.

Vou mais longe.

Essa madrugada, se o senhor não sabe, o advogado do cabo Jordão sofreu um atentado no seu escritório. Foram disparados centenas de tiros de pistola nove milímetros, no escritório, ali na Augusto Stelfeld.

Então, isso é muito sério, é muito grave. O próprio advogado me disse hoje, que o seu cliente, cabo Jordão, está sendo ameaçado de morte. Isso dito pelo advogado dele. Então tudo isso tem que ser visto, no primeiro passo, pela Comissão de Segurança.

Acho que a Comissão de Segurança existe para isso nesta Casa; envolve pessoas da área da segurança, envolve a questão do sigilo, e de repente, essa coisa é quebrada de maneira errônea, absurda, estúpida, de se fazer escuta telefônica clandestina. Isso, se for verdade, tem que ser apurado no primeiro momento, pela Comissão Permanente da Casa.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Ricardo Chab, colaborando com vossa excelência, o cabo Jordão, teve essa informação que o escritório do seu advogado foi alvejado. Ele precisa urgentemente de ter proteção como testemunha. Urgente!

A CPI tem essas condições. A CPI da Telefonia começando a funcionar, o primeiro requerimento que tem que aprovar é com o Estado do Paraná, com as forças públicas ou a Polícia Federal, é o caso que envolve o próprio Governo do Paraná, de proteção à testemunha. Aquele sistema de proteção à testemunha, porque essa é uma questão muito importante. Os telefones que ameaçam são do Palácio Iguaçu.

Por quê ele?

Ele é um caro que trabalhou no Serviço de Inteligência. Ele fazia varredura, para saber se tinha grampo, se ele era grampeado e, fazia o grampo quando interessava, a mando das investigações do Serviço de Inteligência. Então ele sabe como funciona a coisa. Ele tem muito o que falar, é uma testemunha importante. Não é por nada que estão perseguindo e fazendo terror em torno dele, para que suma, realmente. Ele está fora do Paraná. Terá dificuldades em voltar ao Paraná, a imprensa já o contou e ele deve fazer revelações bombásticas nas próximas horas.

Para isso, é importante que esta Casa não se furte à responsabilidade. o Governo é que vai ser investigado. E investigar o Governo não pode ser estrutura governamental, tem que ser esta Assembléia, a própria CPI. Digo mais, para nós do PT, que tivemos uma derrota por pouquíssimos votos e, quem sabe foram esses grampos que trouxeram a derrota ao deputado Ângelo Vanhoni?

Não é uma questão de polícia, não, senhores.

Não é uma questão mais de colocar a culpa no subalterno. É uma questão de política. É uma questão que o Palácio Iguaçu teve o sigilo telefônico de várias pessoas, como o empresário da Ocidental, e diga-se de passagem, nós estávamos no encerramento de uma CPI do Combustível, aqui.

Por que quebraram o sigilo telefônico exatamente numa empresa de combustível? A mando de quem?

As informações estão no relatório, porque era um pedido por inteiro. Qualquer um chegava lá: “olha, quero investigar aqui o deputado Ângelo Vanhoni, vamos ver o que ele está tratando na sua produtora de televisão. Qual a estratégia do debate para o 2º turno? Era um pedido verbal e eles produziam o documento.

Concedo aparte ao deputado Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Agradeço o aparte e acho que há duas coisas. Uma é a questão das consequências que puderam ser ocasionadas por esse grampo, mas há uma coisa fundamental. Estamos diante de problemas já acontecidos aqui, como disse o deputado Ricardo Chab, com uma das pessoas que têm o envolvimento direto com essa questão e que está sendo ameaçada. Acho que nós, já que temos instalada a CPI da Telefonia nesta Casa, podemos requerer, sim, senhor, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, hoje, e vou providenciar o requerimento, deputado Colombo, para que este cidadão que está envolvido com esta questão do grampo e está sendo ameaçado na sua integridade física, seja preservado através de segurança, obviamente, oferecida pelo Estado.

A segunda, e o deputado Ricardo Chab colocou aqui, a Comissão de Segurança vai chamar o capitão ou não sei quem, para apurar, e acho isso uma missão da Comissão Permanente de Segurança Pública da Assembleia, mas a nossa função, a função da CPI da Telefonia, é sim, essa questão. O primeiro assunto que deveremos abordar nesta CPI é essa questão, até porque, a quem é subordinada a Casa Militar do Estado do Paraná? Ao governador do Estado. Quais são as atribuições que tem a Casa Militar? Se esse fato acontece diante do esquema dos telefones, do grampo de telefones, a CPI da telefonia tem, sim, que apurar esta questão, mas antes que haja qualquer problema, me parece que a primeira providência, e essa não é nem da Comissão Permanente e nem de um deputado específico ou da CPI, é uma função da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Está em discussão uma ação de um órgão que está subordinado ao Governo do Estado e, portanto, nós da Assembleia Legislativa podemos, sim, solicitar que haja segurança para esse cidadão que está sendo ameaçado por ter se envolvido na questão dos grampos.

Coloco essa questão, essa afirmação de que vamos fazer o requerimento, para que possamos aprovar. Queria

pedir ao deputado Chab para que nos ajude na aprovação desse requerimento.

Muito obrigado.

O Sr. Moysés Leônidas

Vossa excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Acho importante que vossa excelência traga esse assunto, para que a Assembleia possa discutir a questão do grampo. Entendo até que depois da tortura militar, o mais nefasto no País, é a questão do grampo, porque bem lembrou, que você altera um quadro eleitoral, faz a espionagem industrial, e esta Casa é vulnerável a esse esquema. Nós todos, que às vezes agimos só com a intuição política ou com a vontade política, e somos mal interpretados.

Quero dar um depoimento a vossa excelência.

Numa varredura feita na minha casa, há quatro anos atrás, pude verificar que esses grampeadores, entraram na minha casa e eu não sei por quanto tempo fiquei com o meu telefone doméstico grampeado, em Londrina, durante muito tempo. E a gente cria uma situação de extrema vulnerabilidade, quando acontece uma coisa dessas, porque até as discussões de ordem familiar ou não políticas ou negócios, ficamos sujeitos a esse tipo de malcaratismo existente.

Acho que o coronel Vieira tem que vir a esta Casa, não sei se através da Comissão Permanente ou de uma outra, mas tem que prestar esclarecimentos.

Quero cumprimentar a Folha de Londrina, a Folha do Paraná, por ter levantado essa questão, que é uma questão que não pode ficar sem ser debatida no tema do dia, não só no Paraná, mas nacionalmente.

O Sr. Tony Garcia

Vossa excelência me permite um aparte?

O SR. IRINEU COLOMBO

Não tenho mais tempo.

Muito obrigado.

O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)

Até por ser presidente da CPI da Telefonia, queria fazer uma observação a esta Casa, que neste momento, pela gravidade dos assuntos levantados hoje em relação ao grampo, que amanhã a CPI da Telefonia estará se reunindo para discutir amplamente a questão do grampo. É um assunto de relevância, muito importante e neste momento não pode passar batido no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem, eclodiu em Brasília um crime desenvolvido no Senado Federal, envolvendo pessoas proeminentes da política brasileira: senador José Roberto Arruda - líder do Governo e o senador Antônio Carlos Magalhães, ex-presidente do Senado Federal. Foram literalmente descobertos com a mão no pote, quebrando o sigilo do voto, fraudando o painel de votação do Senado da República para intimidar esse ou aquele senador, ou sei lá por qual outro motivo. Mas o fato é que o “coisa ruim” faz a panela mas esquece de fazer a tampa.

E, nesses devaneios em nossa caminhada, senhor presidente, quis o destino que se descobrisse aquele ato ilícito e imoral de duas personalidades da política brasileira. E o Brasil inteiro, ontem assistiu, atônito, ao choro copioso do senador José Roberto Arruda, que confessou não só a mentira que havia feito há alguns dias no Senado da República, mas também sua participação naquele ato criminoso junto com o senador Antônio Carlos Magalhães.

Espero, como paranaense e brasileiro que sou, que o Senado da República dê uma resposta ao sentimento do povo brasileiro e de uma tacada só, casse o mandato não só do senador José Roberto Arruda, como também do senhor Antônio Carlos Magalhães e que, de lambuja, já casse também o mandato do presidente do Senado, senhor Jader Barbalho.

Senhor presidente, ontem ainda, o PFL se reuniu em São Luís do Maranhão, e lá estava o governador Jaime Lerner, junto com o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra. E olha a declaração que o governador Jaime Lerner concedeu à imprensa brasileira: “estou constrangido. O partido tem que sentir o que o povo quer. E o povo não quer mais corrupção, não quer mais assistir a esse desfile de coisas ruins”.

Esta foi a afirmação do governador Jaime Lerner, lá em São Luís do Maranhão. Olha que hipocrisia, senhor presidente, falar lá numa platéia do PFL, e aqui, no Paraná, ter um governo que vai na outra direção do que ele diz. É uma hipocrisia deslavada, despuddorada, de um personagem que entristece o nosso Estado. Lá no Rio Grande do Norte, no Maranhão, faz uma afirmação que está absolutamente fora de sintonia com o seu governo, aqui no Paraná, porque é um governo marcado por denúncias de corrupção, é um governo distanciado do povo.

E olha, senhor presidente, o senador José Roberto Arruda, uma figura proeminente da política brasileira, o senador Antônio Carlos Magalhães todo-poderoso, “Toninho Malvadeza” conhecido lá na Bahia, estão sendo investigados, com a possibilidade de terem os seus mandatos cassados, porque quebraram o sigilo do voto, porque fraudaram o painel do Senado da República.

E aqui no Paraná, senhor presidente, temos algo parecido, ou até mais grave, porque envolve a política do nosso Estado, envolve o grampo que estamos denunciando, que saiu do 3º andar do Palácio Iguaçu, o mesmo andar onde está instalado o governador Jaime Lerner. O

grampo que o Paraná inteiro discute, e que segundo denúncias que chegaram às nossas mãos, e que a imprensa tem divulgado, tem como autoria pessoas que trabalham ali do lado, na Praça Nossa Senhora da Salette, do lado do governador, exercendo um cargo de confiança. O senhor Gilberto Maria Gonçalves trabalhou na primeira campanha do governador Jaime Lerner, em 94 foi nomeado para um cargo de confiança no Palácio Iguaçu.

Senhor Presidente, segundo declarações do próprio senhor Gilberto Maria Gonçalves, foi exonerado em 98 para trabalhar na campanha da reeleição do governador. Voltou ao Palácio, foi renomeado num cargo de confiança; foi exonerado em 2000 para trabalhar na campanha do senhor Cássio Taniguchi, foi renomeado para trabalhar no Palácio Iguaçu.

Quem era o Gilberto Maria Gonçalves? Era o técnico que fazia os grampos. E por que é que este técnico, perito em grampos, tinha que trabalhar no Palácio Iguaçu, num cargo de confiança, senhor presidente?

Aí está a idéia maligna, senhor presidente, de um governo que a cada dia surpreende pela sua parte negativa, que a cada dia decepçiona o povo, porque a cada dia surge um escândalo. Aparecem notícias, que jamais imaginávamos que pudessem acontecer.

Senhor presidente, o senhor Gilberto Maria Gonçalves teria uma sala de telefonia no quarto andar do Palácio Iguaçu, onde teriam sido encontrados aparelhos de escuta e mapas do sistema de telefonia do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça do Paraná. Na última campanha eleitoral, ele teria sido convidado a se afastar do cargo e trabalhar no comitê da Anita Garibaldi, na campanha de reeleição do prefeito municipal de Curitiba, Cássio Taniguchi. E lá, deputado Ângelo Vanhoni, vossa excelência que foi para aquela campanha com a alma e com o sonho de se transformar num instrumento para mudar Curitiba, não sabia “em que mato estava lenhando”, não sabia que os seus opositores usavam e se utilizavam das manobras mais cruéis para poder se defrontar nas campanhas eleitorais.

Senhor presidente, veja o que fala o advogado dos policiais que trabalham ali no Palácio Iguaçu: “não admito injustiças, o coronel Luiz Antonio Borges Vieira, chefe da Casa Militar, é corrupto, irresponsável e arbitrário. O secretário Gerson Guelmann não irá conseguir dormir esta noite, até segunda-feira”. Isso ele falou na semana passada.

Por isso, senhor presidente, quero dizer a vossa excelência que lá nos Estados Unidos, o presidente Richard Nixon, como disse o senador Requião, foi afastado do cargo por muito menos, quando se envolveu no “watergate”, naquele famoso escândalo da política americana.

Aqui estamos diante de um escândalo rumoroso da vida política do nosso Estado, aonde a “arapongagem”, o ilícito, a covardia imperam soltos, e o governador vai lá no Estado do Maranhão, “gargantear”, senhor presidente, dizer que é preciso fazer isso, fazer aquilo. Olha, gover-

nador Jaime Lerner, o seu governo aqui é marcado por “ratos” que envergonham o nosso Estado.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, vossa excelência quando fala do governador Jaime Lerner se irrita muito, tem que manter um pouco a calma, senão daqui há pouco vai te dar um enfarte, e gostaria de tê-lo aqui por muitos e muitos anos, porque vossa excelência é um excelente parlamentar.

Mas, gostaria de me posicionar quanto a esta questão dos grampos, e se possível, ter a atenção do meu ilustre líder do Governo, deputado Durval Amaral, e gostaria que vossa excelência levasse a posição do deputado Rossoni quanto esta questão.

Acho que é chegada a hora, e acredito que tenho até autoridade para falar isso, é chegada a hora de o governador tomar uma medida, afastar imediatamente o Vieira do seu cargo, proceder às investigações e se culpado for, demiti-lo; se ele não for culpado que retorne ao cargo. Deixaria a Bancada do Governo numa situação confortável. Esta é a minha posição pessoal e acho que esta seria a atitude do governador para ajudar a Bancada do Governo, aqui, a sustentar esta questão, vamos investigar o caso, se não for culpado, que volte ao cargo, se for culpado que vá para casa, porque o lugar dele não é ocupando esse posto no governo.

É essa a minha posição, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço, deputado Rossoni, seu aparte e quero dizer mais, ele não irá para casa, se for culpado, ele tem que pagar. Não vamos querer deixar passar em branco.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado nereu Moura, quando digo para casa, o restante ele deverá responder na Justiça, e quem faz justiça, vossa excelência sabe quem é.

O SR. NEREU MOURA

Mas, então, é isso que eu queria dizer.

Temos que puni-lo com rigor, se efetivamente o coronel, chefe do Serviço de Informação do Palácio Iguaçu, que é exatamente donde estão surgindo as denúncias de que havia um ilícito, a fraude, o crime da quebra do sigilo telefônico, assegurado sagradamente na Constituição da República.

Por isso, senhor presidente, ao concluir meu pronunciamento, agradeço pela condescendência, tratando de forma igual os parlamentares que utilizam estes microfones. Aliás, não era outra coisa o que eu esperava de vossa excelência, que orgulhosamente representa aqui o Oeste do Paraná.

Quero dizer que faço parte da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia, aqui. E este é um instrumento poderoso para nós entrarmos fundo nesta questão,

para investigarmos a fundo o mais novo crime do governo Jaime Lerner, que é o crime do “grampo”, para sabermos os autores do crime, os objetivos do crime e a extensão deste crime.

A CPI da telefonia, que no nosso entendimento era um assunto que não merecia, que não tinha prioridade em relação às demais, pode se transformar num grande instrumento para que possamos passar a limpo, no Paraná, esta questão que tem preocupado a toda a sociedade do nosso Estado.

Agradeço, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Rapidamente eu queria aqui dizer o seguinte: quando o deputado Fernando Ribas Carli, usando da tribuna, quando ele disse “onde é que estavam os parlamentares do Estado do Paraná em 1990/1991?”, eu queria dizer que era prefeito de uma pequena cidade, e naquele momento, em 1990/91, deputado Fernando Ribas Carli, os nossos representantes, os legítimos representantes em Brasília, do povo do Paraná, e também os representantes dos prefeitos das cidades agrícolas, que plantam e sustentam este Brasil, não tivemos ninguém para nos representar em Brasília, quando se apresentou um projeto de lei.

Nós é que produzimos a energia, senhor presidente, aqui no Paraná, através da Itaipu, se apresentou um projeto e a energia foi isenta, saindo do Paraná. O povo do Paraná tem que pagar energia e o pior de tudo: fizeram um projeto de lei prejudicando os municípios que plantam, Zuk, os municípios agrícolas, dando prioridade aos municípios onde tem a industrialização, os municípios aonde tem a refinaria de petróleo e também aonde estavam produzindo a energia, isto é, gerando a energia.

E eu pergunto: e os municípios que produzem o alimento para o povo do Paraná? Para o povo do Brasil se alimentar, não tem valor, deputado Edno Guimarães, o senhor, que foi prefeito! Para vocês terem uma idéia, deputados, o meu município, aonde eu era prefeito, perdeu na sua arrecadação, do coeficiente do “bolão” do ICMS do Estado do Paraná, 39%, porque produz o alimento para o povo comer! E se deu valor na refinaria de petróleo, em Araucária, se deu valor na geração de energia, de distribuição, aonde é a Itaipu e para os grandes municípios que têm a industrialização!

É por isso que é preciso rever isto, para que não aconteça o caos dos pequenos municípios, que já não têm mais condições de administrar, deputado Edno Guimarães. E eu pergunto, ao mesmo tempo o seguinte: com tanta representatividade que temos, a estrada “boiadeira”, deputado Zuk, de Ponta Grossa, e deputado Edno Guimarães, da cidade de Cianorte e o deputado Nelson Garcia, de Umuarama, em Campo Mourão se comemorou um

bolo da “boiadeira”, 45 anos de promessa de uma estrada, com tanta representatividade, que temos uma estrada que até hoje não saiu, trazendo um prejuízo incalculável para nossa região Centro-Oeste do Estado do Paraná, principalmente, da região que represento, Campo Mourão.

Mas, agora, quero dizer o seguinte: falar de coisas boas, senhor presidente.

A cidade que represento, Campo Mourão, na região Centro-Oeste, hoje entrando com um requerimento nesta Casa, e temos aprovação com certeza dos senhores deputados, porque aqui, nós também representamos, empresas, trabalhadores, agricultores, prefeitos, vereadores, diretores, professores e funcionários públicos.

Sou de Campo Mourão, Moysés Leônidas, e com muito orgulho subo nesta tribuna, para aqui pedir o apoio dos nobres deputados, votos de congratulações, há uma das maiores empresas do Paraná, a segunda empresa privada do Paraná, que está estabelecida e situada no município de Campo Mourão, que é a empresa Coamo.

E aqui, neste momento, para relatar os trinta anos desta empresa, senhor presidente, de sucesso com os seus afiliados. O ano 2000 marcou os trinta anos da Coamo, uma trajetória de sucesso, que ajudou a consolidar o cooperativismo como um dos movimentos de organização mais importantes da economia nacional.

A estratégia de produzir, de comercializar e industrializar a produção agrícola, está associada à produção do crescimento contínuo da cooperativa.

Senhor presidente, pediria para concluir, o apoio da liderança, usar o horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No horário da Liderança do PFL, já está inscrito o deputado Durval Amaral; nós damos mais uns minutos para vossa excelência concluir.

O SR. NELSON TURECK

A avaliação do desenvolvimento da Coamo no ano de 2000, permite se afirmar que o exercício apresentou um saldo bastante positivo, repetido em inúmeras realizações. Mesmo diante de circunstâncias nem sempre favoráveis ao setor. O aprofundamento da política administrativa, voltada para otimização dos resultados da agricultura, foi decisivo, para aperfeiçoar e dinamizar o suporte que permita ao cooperado, de ter acesso ao desenvolvimento tecnológico e gerenciar com mais eficácia suas atividades.

No plano geral, evidencia a estabilização econômica da cooperativa, ao mesmo tempo em que promove significativos investimentos na ampliação do potencial produtivo, principalmente na verticalização das atividades, buscando agregar mais valor à produção dos cooperados.

São dados que associados a uma história de 30 anos de evolução, impulsionada pelo profícuo trabalho

do homem do campo, inspira uma plena confiança, que a confiança ingressa no terceiro milênio plenamente habilitada a superar novos desafios.

Ao longo de três décadas, o cooperativismo autêntico mostrou seu enorme potencial de transformação, através da Coamo, sucessivas conquistas, contribuindo para que elas assumissem no ano 2000 a segunda posição entre as maiores e melhores empresas privadas do Paraná, e a 86ª em nível nacional. A agroindustrialização surgiu na Coamo como opção, para agregar maior valor à produção dos cooperados. Foram criadas as indústrias de beneficiamento de algodão, beneficiamento de café, moinho de trigo, indústria de óleo de soja, fiação de algodão, refinaria de óleo de soja, destilaria de álcool, fábrica de gordura hydrogenada e margarina.

A modernização do terminal portuário da Coamo em Paranaguá, foi decisiva para consolidação do mercado externo. Agroindústrias, indústrias de esmagamento de soja em Campo Mourão, com capacidade para mil toneladas/dia; em Paranaguá, com capacidade para dois mil toneladas/dia; fiação de algodão, com capacidade de produção de 20 toneladas/dia; refinaria de óleo de soja, que produz 250 toneladas de óleo refinado/dia; moinho de trigo, com capacidade de dez mil toneladas/ano de farinha; fábrica de gordura hydrogenada, para 100 toneladas, inclusive com a presença, na inauguração deste ano, do governador do Estado, Jaime Lerner.

Fábrica de margarina para 60 toneladas dia.

Destilaria de álcool com capacidade de produção de 150 mil litros de álcool dia.

Dados gerais, senhor presidente, para concluir.

A cooperativa possui hoje 17.019 cooperados, 3631 funcionários; 3,7 milhões de hectares de área de atuação; 78 unidades de recebimento de produção; 2,4 milhões de toneladas de capacidade de armazenamento; 4,6% da produção de soja brasileira; e 20,6% da produção paranaense; 2,3 da produção de milho brasileiro e 11% da produção paranaense; 6,5% da produção de trigo brasileiro, e 18,5% da produção paranaense; 2,2% da produção de algodão brasileiro e 34,1% da produção paranaense. São 687 mil toneladas de farelo de soja ano; 166.047 de óleo bruto de soja, e 74 mil toneladas de óleo refinado de soja, 5046 toneladas de fio de algodão, 14 milhões de litros de álcool, 16 milhões de toneladas de farinha de trigo e 171 milhões em exportações.

O patrimônio líquido da empresa hoje, deputado Edno Guimarães, é de 400 milhões e o ativo total da empresa, 760 milhões e a receita hoje, anual é 1 bilhão e 200 milhões. Portanto, é um orgulho para o Paraná. É um orgulho para Campo Mourão, a segunda empresa do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, pela ordem, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Quero apenas, senhor presidente, registrar aqui com muita satisfação, a presença do meu amigo, prefeito de Três Barras, do Paraná, o nosso companheiro, Valdir Matinaso, que está fazendo um trabalho extraordinário, fazendo uma verdadeira revolução naquele município do Oeste do Paraná, e que com honra prestigia a sessão plenária da tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado.

Deputado Ademar Traiano, no Pequeno Expediente.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Uso a tribuna na tarde de hoje para, definitivamente, apresentar aqui o relatório final da Comissão Parlamentar dos Supermercados.

Vou fazer um relatório sucinto, breve, sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar.

Já é de amplo conhecimento de todos os deputados que compõem esta comissão, e acredito que o trabalho realizado por esta comissão supriu resultados altamente benéficos, eficazes, à sociedade paranaense, aos produtores, empresariado do Estado do Paraná, como um todo.

Durante o andamento da nossa CPI, desenvolvemos, senhores parlamentares, 17 reuniões plenárias. Tomando depoimentos de produtores, de funcionários, de empresários, enfim, funcionários que trabalham nos grupos que vieram para o Paraná, como, Sonae, Carrefour e tantos outros, fruto das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Supermercados.

A decisão da Assembléia Legislativa, da Mesa Executiva da Casa, em encerrar todos os trabalhos e todas as Comissões Parlamentares de Inquérito, inviabilizou a possibilidade da nossa comissão, poder ouvir os representantes maiores, os proprietários, os diretores dos grandes grupos como Sonae, Carrefour, Wall Mart, que aqui estão radicados no Paraná.

Por esta razão encontramos algumas dificuldades no sentido de podermos, na verdade, ouvir, além de termos ouvido a manifestação dos empresários, dos produtores, de funcionários, tivemos dificuldades na conclusão dos nossos trabalhos por não podermos ter ouvido os diretores das empresas que compõem estes grupos econômicos que para o Paraná vieram.

Os resultados obtidos pela CPI foram amplamente divulgados pela imprensa, manifestações expressas, claras de empresários que manifestaram quando da vinda na nossa CPI de produtores, dos resultados que a CPI acabou dando durante o curso das suas investigações.

Nós tínhamos conhecimento e a sociedade do Paraná como um todo, tinha amplo conhecimento das dificuldades que o empresariado do Paraná tinha para poder vender o seu produto nessas grandes redes de

supermercados e que com a abertura da CPI tivemos esta facilidade de, pelo menos, minimizar o sofrimento do empresariado paranaense e tendo eles uma abertura no sentido de que aquelas cláusulas leoninas impostas pelos grandes grupos econômicos que aqui no Paraná se estabeleceram, pudessem, a partir da instalação da CPI, começar a ter um tratamento diferenciado ao empresariado do Paraná.

Portanto, a nossa CPI contribuiu e muito, com certeza, para com a sociedade paranaense. Exploramos durante todo este trabalho diversos aspectos da CPI desde a concentração e monopólio dos grupos aqui vindos para o Paraná, exploramos com certeza no curso da nossa CPI, aspectos que envolviam e prejudicavam setores e segmentos da sociedade produtiva do Paraná como hortifrutigranjeiros, tivemos a oportunidade de ouvir durante a CPI e não vou fazer a leitura porque é muito extensa, de relatos claros, precisos, de diretores do Ceasa que colocaram as dificuldades também no relacionamento com os grupos econômicos, das relações de trabalho entre funcionários nos grupos econômicos, aqui estabelecidos no Paraná que através do disque-denúncia, da vida na própria CPI, colocaram com muita clareza as dificuldades de relacionamento, de comportamento que esses grupos trouxeram para o Paraná com relação ao funcionário que com eles trabalhava.

Abordamos também, tivemos oportunidade, ao longo da CPI, de fazermos uma análise ampla no campo da vigilância sanitária, da propaganda enganosa, senhor presidente...

(Término do Tempo)**(Orador passa a usar o Horário da Liderança do PTB)**

...apresentada por esses grupos econômicos aqui no Estado Paraná, documentos fartos vieram à CPI também, e estão anexados ao nosso relatório que iremos entregar à Mesa Executiva para as providências cabíveis, documentos fartos que apontam para o caminho de sonegação de impostos, tanto na área estadual, como na área federal, exploramos e sentimos de perto o problema do impacto causado pela vinda desses grupos econômicos aqui no Paraná com relação ao impacto econômico, social, no meio urbano das cidades maiores como Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá, onde esses grupos econômicos se instalaram.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, poderíamos ficar aqui nos atendo por muito tempo, fazendo o relato do trabalho da CPI que realmente contribuiu e muito, para com a sociedade paranaense.

O Sr. Geraldo Cartário

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Primeiramente quero enaltecer o brilhantismo do seu trabalho como relator. Vossa excelência nunca se omitiu. Em todos os nossos encontros era um dos primei-

ros a chegar e sempre questionando, com muita propriedade, a todos que chegavam para o seu depoimento.

Lembro inclusive, que o presidente da Associação dos Fornecedores, no primeiro depoimento, vossa excelência foi realmente enérgico, quando indagava dele, passados noventa dias da CPI, por que ele estava elogiando essas redes de supermercados, como o Grupo Sonae e o Carrefour, porque nós, da CPI, não tínhamos interesse algum de agradar os fornecedores, para que eles fizessem média com essas empresas. Vossa excelência indagou por que eles estavam, através de jornal e imprensa, enaltecendo. Ele disse que, após a CPI, eles começaram a ter a porta aberta para conversar e dialogar. E como os fornecedores do Paraná começaram a poder vender de novo para o Grupo Sonae e outros aí. Vossa excelência foi muito importante na CPI.

Não posso dizer que a CPI sai vitoriosa, porque, infelizmente, por problemas regimentais de outras CPI's que estão na espera para poder adentrar, para mostrar também o seu trabalho, acabou prejudicando a CPI dos Supermercados.

Criei uma expectativa à população. Vossa excelência também. A Assembléia, através de todos os deputados, quando cria uma CPI, cria uma expectativa. Vossa excelência sabe que essa nossa expectativa foi frustrada. Não conseguimos realizar o tanto que queríamos mostrar à população do Paraná.

Por exemplo, saber que o Carrefour usa de vigaristagem? Por que o Carrefour é picareta, dentro do Paraná? Por que o Carrefour contrata empresas de São Paulo, para prestar serviços, e quando se busca essas empresas, elas não existem? São "laranjas". Eles, não sei o porquê, talvez, pela sorte divina, conseguiram transformar a nossa CPI igual à imprensa deles: uma CPI "laranja", porque não conseguimos terminar e esta é a minha revolta. Por isso é que não estou assinando esta CPI.

Vou procurar meios, senão dentro do Poder Legislativo, mas particularmente, para incriminar e ajuizar ações criminais contra o Carrefour e contra o Grupo Sonae. Eles chegaram aqui abusando, usurpando de direitos e ainda com a chancela oficial do BNDES.

Como é difícil, nós aqui, empresários, conseguimos dinheiro do BNDES, e como esses grupos chegam, aqui, pegam milhões e milhões de um dia para o outro, com tanta facilidade, para esmagar os pequenos comerciantes e empresários.

Cumprimento vossa excelência uma vez mais. Sei do seu compromisso com o povo do Paraná. Tenha a certeza que vossa excelência vai se associar a nós, ao Plauto e aos outros integrantes companheiros da CPI, para ajuizarmos ações, em nome da Assembléia, em nosso nome particular, para dizermos um basta e um não a esses exploradores que vieram de outros países, com um único propósito: pisar em cima da família paranaense.

Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Deputado Cartário, quero reconhecer, aqui, também dessa tribuna, a ação eficiente, determinada e ousada do nosso presidente, deputados Cartário. Reconheço também esse seu sentimento de revolta, de não podermos darmos aí uma conclusão dentro daquilo que esperávamos, em função de não podermos ouvir os proprietários das redes de supermercados.

Entendo, deputado Cartário, que apesar, da sua revolta, do seu sentimento, esta também é com certeza a nossa vontade, em manifestarmos aqui contra a não vinda dos proprietários das grandes redes. Mas contribuimos em muito com a sociedade do Paraná. Todos os parlamentares que participaram, os deputados Plauto, Cezar, Luiz Carlos Martins, enfim, aqueles que estavam assiduamente na nossa CPI, puderam sentir por parte da sociedade organizada, desse segmento produtivo do Paraná, o quanto foi importante a nossa CPI.

Quero permitir um aparte e gostaria de pedir à presidência que entendesse e nos desse o tempo necessário para mais alguns apartes e a conclusão do nosso relatório.

Concedo o aparte ao deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputado Ademar Traiano, ouço com atenção o relatório que já discutimos e analisamos e, em conjunto, vimos, no decorrer da CPI, que uma série de denúncias que a ela chegaram trazendo irregularidade existentes, principalmente nas grandes redes de supermercados, que no Estado do Paraná, se implantaram, como o grupo Sonae e o grupo Carrefour.

As denúncias foram investigadas, analisadas com muito critério nessa CPI. Estamos vendo um relatório sério, coerente, um relatório que vai levar ao Ministério Público tudo aquilo que aconteceu, passo a passo, ponto a ponto, das investigações que a CPI fez.

Sabemos que por uma ação da Assembléia Legislativa, por uma ação da Mesa que não prorrogou, por mais uma etapa, a CPI dos Supermercados, por questões regimentais, nós não pudemos ter o fecho final de algumas linhas de investigação que a CPI estava fazendo.

Mas, da forma como está o levantamento feito, as investigações feitas, o relatório está trazendo tudo isso e o Ministério Público vai poder, a partir da hora que a Assembléia aprovar este relatório, dar continuidade às investigações e levantamentos que foram feitos por esta CPI.

Parabéns ao relator, deputado Traiano, ao presidente, Geraldo Cartário e a todos os membros que participaram das reuniões e ajudaram nas investigações, para que pudéssemos chegar nesse momento.

Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço o aparte do deputado Plauto, nosso vice-presidente da CPI e também teve uma contribuição deci-

siva para que a CPI tivesse um bom andamento, participou decididamente também do relatório.

De imediato, concedo o aparte do deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputado Traiano, parabéns pelo seu trabalho. Em extensão estou cumprimentando todos os membros da CPI dos Supermercados. Sei que, se fosse pela sua vontade, vossa excelência não estaria aí fazendo esse relato, só está aí para cumprir o regimento, porque não é da sua vontade, porque sabe que o objetivo era ouvir os diretores das grandes redes, o que não aconteceu, infelizmente.

Não posso assinar o relatório, não que eu não esteja em conformidade com vossa excelência, mas não aceito porque nós não ouvimos os diretores dos grandes grupos.

Enalteço o seu trabalho e o seu empenho. Parabéns.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Entendo a sua manifestação, deputado Luiz Carlos, aliás vossa excelência já no curso do tempo em que estávamos trabalhando a idéia do relatório final, sempre colocou esta posição clara e evidente. mas eu devo reconhecer que, em função do Regimento Interno da Casa, como relator, devo apresentar este relatório, mesmo com a sua discordância.

Concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri, membro da Comissão.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Traiano, fico me perguntando, estou nesta Casa há 10 anos e eu acredito que a CPI dos Supermercados criou um impasse. Eu acompanhei o seu trabalho, o seu empenho, sua dedicação em todas as reuniões da CPI, da maneira incisiva que vossa excelência e os demais membros inquiriram a todos aqueles que lá compareceram e vejo que o interesse maior da CPI que era, de uma vez por todas, averiguar as denúncias que lá foram colocadas e para que nós pudéssemos checar aquelas denúncias, havia a necessidade, realmente, da convocação dos dirigentes dos grandes grupos de supermercados que trabalham e agem no Paraná e isso nos foi frustrados.

Agora, deputado Traiano, eu me sinto impossibilitado e assinar e de votar favoravelmente ao seu relatório, até porque, concordo com o presidente da CPI, deputado Geraldo Cartário, porque no momento que o presidente da CPI diz que não assina o relatório, não convoca a Comissão para que nós pudéssemos discutir o relatório.

Como disse, eu estou aqui há 10 anos e vejo que nós estamos aí frente a um buraco-negro. A Comissão Executiva arquiva simplesmente a CPI e eu pediria a vossa excelência, até que fizesse essa sugestão e consultasse a Executiva, senão vossa excelência vai passar por um constrangimento de ver os próprios membros da CPI,

que acompanhou o seu trabalho, com dedicação e com seriedade, votando contra o seu relatório.

Acredito que a melhor saída, inclusive, a única saída que nos cabe nesse momento é pedir o arquivamento, da CPI e no futuro nós propormos uma CPI e uma Comissão Especial para investigar, convocando os dirigentes desse grupos. Porque na verdade o trabalho não foi concluído e nós estamos, na minha avaliação, diante de um buraco-negro. Nós precisamos aí de uma solução que não seria mais da CPI e também do Plenário.

Porque se não, Vossa Excelência vai passar por um constrangimento de colocar um relatório à apreciação do Plenário, e os próprios membros da Comissão que acompanharam o seu trabalho votando contra.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Deputado Cezar Silvestri, entendo a sua preocupação até no sentido de preservar o Relator dessa Comissão deputado Traiano, mas confesso a vossa excelência que tomamos todos os cuidados, apesar da discordância do nosso presidente.

Não tenho como contestá-lo, do próprio deputado Luiz Carlos Martins, nós temos a maioria dos membros da Comissão aprovando o nosso relatório, com assinatura, no próprio relatório.

Portanto, eu vou fazer aqui, a conclusão final, da CPI, já com as assinaturas dos parlamentares e vou entregar à Mesa.

É lógico que a Mesa vai submeter à aprovação do Plenário. O Plenário é soberano, para que possamos tomar na sequência as devidas medidas que o Relatório propõe, com relação à CPI do Supermercado.

Vou fazer a conclusão deputado Cezar e demais parlamentares, daquilo que o relator, com o apoio da maioria dos membros da CPI, propõe para que a Mesa, na sequência, tome como medida.

(Lê):

“Conclusão

A CPI dos Supermercados, tendo em vista a interrupção de seus trabalhos pela decisão de encerramento dos trabalhos na fase que se encontram recomenda:

1 - Oportunamente seja constituída uma nova CPI com a precípua finalidade de investigar os itens de proteção ao consumidor, quer quanto a qualidade, higiene e sanidade das mercadorias vendidas, quer quanto a exatidão de pesos e medidas, bem como à prática de propaganda enganosa de dumping para atrair clientela.

2 - Propor à Assembléia Legislativa a convocação da Comec e Associação dos Municípios Paranaenses para elaborar de comum acordo projeto de lei que passe a exigir um prévio Relatório de Impacto Ambiental e Social antes de autorizar a instalação e funcionamento de lojas de grande porte, bem como fixar limites para o tamanho das áreas a serem ocupadas por referidas lojas.

3 - Determinar a remessa ao Ministério Público Estadual, à Promotoria Pública do Ministério do Trabalho, às coordenadorias da Receita Federal e Estadual, de

cópia das denúncias obtidas pelo Disque-Denúncia, e das provas documentais constantes dos anexos, tendo em vista a existência em tese de crimes contra a ordem tributária pela sonegação fiscal e existência de fraudes, desvios e abusos nas relações de trabalho.

4 - Remeter para conhecimento e informação cópia deste relatório à Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná e Federação das Indústrias do Paraná.

5 - Remeter ao Cade cópia do presente relatório para ser juntado ao processo que aquele Conselho examine pela fusão dos grupos econômicos absorvidos pelo Grupo Sonae.

Curitiba, 15.03.2001.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Vice-presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator
Durval Amaral, Duílio Genari, Divanir Braz
Palma, Antonio Baratter.”

Era isso, senhor presidente.

Se a Presidência nos permitir, concedo ainda apartes, caso contrário, encerro o meu relatório.

Agradeço a todos os parlamentares que contribuíram com esta nossa Comissão Parlamentar de Inquérito e entrego à Mesa para as providências cabíveis para que submeta à apreciação do Plenário.

Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Quero cumprimentar o deputado Traiano pelo trabalho que fez junto à comissão, e com os outros membros, mas senhor presidente, pergunto o seguinte - e é pela ordem: tivemos a capacidade e a paciência de ouvir o relatório que o presidente publicamente se recusa a assinar, então vossa excelência também pode ouvir a questão de ordem que estou encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O relatório ainda não está em discussão. O relator ainda tem que encaminhar à Mesa, para que a Mesa possa encaminhar, para que sejam tomadas as devidas providências.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI (**Pela Ordem**)

Mas estou colocando uma questão de ordem justamente com relação ao encaminhamento do relatório à Mesa.

Não sei como é que vamos fazer com esse relatório. Veja bem, se o deputado Cartário discordasse do relatório, simplesmente, dentro da comissão, é uma coisa, mas no dia em que foi discutido aqui ele claramente deixou a sua posição registrada que não assinaria relatório. Logo depois, o deputado Luiz Carlos Martins, depois o deputado Cezar Silvestri. Todos eles fazendo parte da comissão. Como é que vamos encaminhar isso, presidente, para o Ministério Público, no momento em que é

público que o presidente da comissão se recusou a assinar o relatório!

Que validade tem esse trabalho? Acho o seguinte: na minha opinião, vossa excelência deveria não receber o relatório, determinar o arquivamento da CPI, sob pena de desmoralizar a Casa em qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito que vier a ser instalada!

Não nos cabe aqui nem votar, até em consideração ao trabalho do deputado Plauto, deputado Traiano. Não nos cabe votar um relatório desses, porque eu, particularmente, não voto porque o presidente não assina.

Acho que é de bom senso, é de bom alvitre, e faz parte do nosso entendimento, o Plenário é soberano. Vossa excelência, como presidente, determine o arquivamento dessa CPI, não receba o relatório, para que não fiquemos desmoralizados, numa CPI que foi instalada por esta Casa.

Era essa a questão de ordem que encaminho a vossa excelência.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Presidente, da mesma forma solicitei um aparte ao deputado Traiano e acompanho a opinião do deputado Zucchi, que não é possível, de forma nenhuma, nos pronunciarmos, discutirmos e votarmos um relatório que o presidente e vários membros sequer, logicamente, assinaram e com justificativa real, já que, claramente, temos aí exposto que aqueles que deveriam ser ouvidos não compareceram.

Da mesma forma, acho que para não expor esta Casa ao ridículo perante o Ministério Público, já que a questão de fiscalização trabalhista cabe ao tribunal trabalhista e eles farão isso mediante uma denúncia pública, não necessitaria de uma CPI, para investigar ou fiscalizar a questão do Estado, perante esses grupos econômicos, logicamente, bastaria o encaminhamento de um requerimento ou de uma denúncia à Receita Estadual.

Portanto, não cabe a nós, deputados, votarmos um relatório que nada mais diz do que o que todo mundo sabe e que nos colocaria, perante o Ministério Público, no ridículo e acompanho o pronunciamento do deputado Zucchi, pelo arquivamento do relatório da CPI sem a discussão desse Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Queria só chamar a atenção, após a leitura, pelo deputado Traiano, do relatório dessa comissão, chamar a atenção dessa Assembléia Legislativa para o que estamos fazendo: criando comissões única e exclusivamente para, regimentalmente, manter cinco comissões funcionando.

Vou dar um exemplo: vamos cair na mesma questão que desmoraliza a Assembléia. Nas cinco comissões que foram instaladas agora, na semana passada, têm, seguramente, duas que nos fogem à competência. Por exemplo: aplicação de recursos do MST. Vamos ficar com esta CPI o tempo necessário e não vamos conseguir absolutamente nada, porque são recursos federais que

não nos cabe chegar a lugar nenhum. Vai chegar ao final da CPI, com a mesma coisa: sem argumento suficiente para poder fazer uma conclusão final porque não vamos conseguir quebra de sigilo bancário, não vamos conseguir quebra de sigilo telefônico, não vamos conseguir na Receita Federal nada e vamos acabar fechando a CPI, já sabendo, antecipadamente, que ele não era de competência da Assembléia Legislativa.

Chamo a atenção disso e que fique registrado para que não brinquemos com assuntos dessa natureza, porque CPI é um instrumento da maior valia para o Legislativo, mas não para ser encarada desta forma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje, efetivamente, a Casa está movimentada e com assuntos que dizem respeito ao Parlamento. Mas trago para a tribuna, neste horário, uma entrevista do senhor governador no último final de semana, transcrita no jornal Gazeta do Povo, na parte de Economia, em que faz todos nós pensarmos por onde está caminhando nosso Estado.

O senhor governador começa a entrevista, sob o título: “Por mim não venderia a Copel”. Para o governador, “seria muito difícil competir com o setor elétrico privado”. E aí vai. Quando perguntado, assim responde: “Se tivesse escolha, não venderia a Copel”, da qual tem orgulho e esperar manter a qualidade após a venda, como teria acontecido com o Banco do Estado do Paraná.

Ora, o governador ou está fora da realidade ou ainda não voltou do exterior, porque a realidade do Banco do Estado do Paraná é muito triste e é só olhar o que estão fazendo com os funcionários públicos do Estado do Paraná, que no último dia 30, senhor presidente, teve funcionário com débito de 42 reais e 70 centavos por cheque devolvido no dia do pagamento. Esta é a realidade. Porque o pagamento só é lançado depois da zero hora do dia 30 e os cheques foram emitidos no decorrer do dia e foram compensado antes da zero hora do dia 30.

E os funcionários públicos do Estado do Paraná pagaram, alguns, mais de 5% da sua renda mensal em multa pela devolução de cheques do Banco do Estado do Paraná, Banco Itaú. Se o governador está pensando que com a venda da Copel ela vai ficar tão boa quanto está o Banco do Estado do Paraná, Banco Itaú, senhor presidente, o senhor governador não está no Estado do Paraná e nem vive a realidade dos paranaenses, porque a nossa realidade em relação ao Banco do Estado/Itaú, é muito negra.

E ele continua a dizer: o governo também falou sobre a guerra fiscal, qualificada por ele como uma guerra de competitividade e do crescimento do Estado

nos últimos 5 anos. Lerner, que cumpre o segundo mandato diz pretender deixar o Paraná em condições excepcionais de crescimento.

Ora, o crescimento que nós estamos vendo e publicou recentemente o IBGE é só procurar os dados de qualidade de vida, é só procurar e tabular os dados sócio-econômicos que vamos observar que o Paraná perdeu a partida entre o Estado de Santa Catarina e o Estado do Rio Grande do Sul.

A despeito do próprio governador ter afirmado: “O Paraná vive o melhor tempo de sua história. O PIB triplicou os últimos 6 anos. Passou de 21 bilhões para 70 bilhões. Em 2002 a previsão é de que atinja 84 bilhões de reais. “As incongruências, os fatos cotejados e diz que o Paraná vive o melhor tempo do seu aspecto econômico, não condiz com a realidade de um Estado quebrado. Não condiz com a realidade de um Estado que mesmo subindo em 94, de bilhões e 400 milhões de arrecadação de ICMS para 4 bilhões e 200, neste ano observamos um Estado que precisa vender a Copel para tampar o buraco da administração. E hoje está o próprio governo a dizer, senhor presidente e senhores deputados, que precisa vender a Copel para poder pagar o salário dos professores, dos funcionários públicos, especialmente da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Ora, um Estado que triplica seu Produto Interno Bruto em 6 anos, que sai de 21 bilhões para 70 bilhões, com previsão para o próximo ano de 84 bilhões, deveria ter problema de equilíbrio econômico-financeiro? Ou o senhor governador também não conhece a realidade do nosso Estado? Diz ainda: Isto é o resultado de um processo de criação de riqueza em nosso Estado, com 700 mil empregos - somos uma das taxas mais altas do Sudeste e do Sul, em nível de desemprego. “Onde estão os 700 mil empregos gerados pela ação do atual governo? Deputado Nelson Tureck, acho que são os mesmos 10 mil quilômetros de estradas no caminho da educação que propagandeou no primeiro período de governo e que não realizou, porque, se tiver, gostaria de conhecer os 10 mil quilômetros de estradas que propagandeou o governo, lá atrás.

Diz ainda: “O senhor em várias ocasiões afirmou que não venderia a Copel. Porque mudou de opinião? Não pretendia vender, é verdade, mas as circunstâncias próprias do País, me levaram a isso. Quando afirmei que não ia privatizar, se fosse opção minha, não iria mesmo. Depois que todos privatizaram não sobrou alternativa, como foi com o Banestado, que tentamos ao máximo. Acredito que este é o momento ideal para vender; quando temos nossos ativos em valor máximo, a tendência é de desvalorização.

“Ora, como é que o governo já prevê que a Copel vai ser uma empresa desqualificada, vai ser uma empresa estrangulada pela nova postura de mercado e não teve a sapiência, não teve qualidade de planejamento para poder evitar que o Paraná caísse na catástrofe que está, na situação financeira em que se encontra? Ora, é impossível que

este governo possa fazer uma afirmação e que nós, esta Casa, possa lhe dar crédito com tais declarações.

Deputado Silvestri, só para completar e em seguida lhe darei o aparte. Aí, senhores deputados quando ele foi questionado sobre as afirmações do presidente da República, que nega que impõe ao governo do Paraná a privatização da Copel, ele faz a seguinte afirmação: Claro que a decisão é nossa”.

Ora, como é que foi veiculado institucional que diz que impunha o governo federal ao governo do Paraná a privatização da Copel?

Ele fez um institucional, veiculou com dinheiro público, dinheiro dos cofres públicos. E ele próprio vem à imprensa numa entrevista de capa dos jornais, dos mais respeitados do nosso Estado, e diz que não, que a decisão é dele.

Ora, no mínimo esta Casa tem que responsabilizar o governador que tem atos irresponsáveis, porque mentir ao povo do Paraná, pagando dos cofres públicos, é algo que não esperávamos dentro do Poder Público.

Aí, perguntado por que usar dos recursos da Copel para capitalizar o Paraná Previdência, olha só a afirmação que faz no início o secretário Alcení Guerra, no município de Ponta Grossa, no jornal O Diário dos Campos, ele afirmou há mais de um mês e meio que os recursos arrecadados com a venda da Copel, seriam, sim, para tampar o buraco, para permitir a governabilidade. O secretário Ingo tinha um outro discurso, dizendo que com a desregulamentação do mercado era impossível a Copel continuar a sobreviver com a competência e com a eficiência.

Aí fizeram uma reunião para ajustar o discurso.

Deputado Zuk, ajustar o discurso é como levar para a sala de aula um grupo de adolescentes e dizer: Vão perguntar isso e vocês vão responder desta forma. E foi isso que fizeram com esta Casa, com a bancada da situação.

Aí, o governador disse que o dinheiro não vai capitalizar o Fundo Previdenciário. Ora, nós conhecemos a afirmação de que o dinheiro é para capitalizar o Fundo Previdenciário, deputado Algaci. E agora o governador diz que não vai. A própria lei diz isso, a Lei nº 2.355. Vai aumentar a capacidade de investimento do governo. Que eufemismo. Vai precisar de tampar é o buraco das finanças públicas do nosso Estado.

E ele continua dizendo: esse dinheiro vai liberar o déficit existente, e permitir cada vez mais investimentos em educação, saúde, segurança. Até parece o secretário de Comunicação Rafael Greca de Macedo, fazendo essas afirmações.

“O governo só vai investir os recursos da Copel em área social. Todo dinheiro vai ser transformado em energia social no Paraná”.

Ora, a energia social seria a boa aplicação dos recursos públicos, impedindo que o Estado chegasse onde chegou. Em seguida o jornal fez a seguinte indagação: “O senhor começou a dizer que o Estado deixou de ser uma economia chorosa. O que isso significa para o senhor? Aí ele

diz do crescimento, aí ele diz das matrículas, aí ele diz dos empregos, aí ele diz das afirmações, que o Paraná precisa ter auto-estima, o Paraná é exemplo do que o País pode ser. Tinha uma economia dependente, chorosa e hoje, define o seu destino, dá a volta por cima, hoje o Estado empurra a economia nacional. Não é à-toa que todas as grandes indústrias querem vir para cá!

Estou sabendo que uma das indústrias trazidas e bancadas com o dinheiro público, está saindo do Paraná, a Crhysler. Onde o dinheiro público foi investido pensando inclusive com alguns problemas da compra do terreno, e hoje vem o governo e faz uma afirmação nesses níveis e nesses quilates.

E a auto-estima, como é que poderia ter a auto-estima, senhores deputados, senhoras deputadas, quando nós, a despeito de tantas outras mazelas administrativas, começamos a olhar “cabo denuncia espionagem no governo” e responsabiliza representante do primeiro escalão do governo Jaime Lerner de abortarem um esquema interno de espionagem, que pode ter tido ramificações nas campanhas eleitorais de adversários. Ele diz, Gilberto Gonçalves, começou a ser investigado pela própria Polícia Militar; ele tinha uma sala de telefonia no quarto andar, bem próximo à secretaria do senhor Gerson Guelmann e de lá ele monitorava todos os telefones do Palácio Iguazu. Se isto está acontecendo, monitorando todos os telefonemas de dentro do Palácio Iguazu, façam a idéia do que é fizeram com os adversários das últimas eleições.

Vejam até onde o Estado, tendo este governo como representante, afundou na marginalidade, fazendo escutas fora da lei, fazendo escutas de seus adversários, para buscar benefícios para as suas campanhas eleitorais. Isto em nenhum Estado democrático, em nenhum Estado sério pode ser admitido, pode ser aceito, pode receber deste Parlamentar um tratamento de silêncio! Ainda bem que a imprensa colocou isto ao nível da sociedade paranaense.

E esperamos que esta Casa, senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, possa responder convocando a Comissão de Segurança desta Casa, na pessoa do presidente, deputado Ricardo Chab, convoque aqui o coronel Vieira, que há muito deve explicações, porque tem este procedimento afirmado pelo cabo Luiz Antonio Jordão, que vem fazendo há muito tempo e não só nos órgãos do Governo, mas também em empresas privadas, que tem tido este comportamento, o Estado do Paraná não pode, através da sua sociedade, ver subjulgado por um governo que tem este tipo de comportamento ético e responsabilidade social. E depois que fez a denúncia, o cidadão corre risco de vida, depois que fez a denúncia, o seu advogado, o escritório do seu advogado, que pela Constituição é inviolável, o advogado Peter Amaro de Souza, recebeu a saraivada de doze tiros.

Ora! Aonde é que nós estamos?

Em seguida, pela ordem de preferência, o deputado Cezar Silvestri, depois o deputado Nereu Moura e depois vossa excelência.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado José Maria, eu acompanho atentamente o seu pronunciamento, e há alguns minutos atrás, vossa excelência tratava da entrevista que o governador Jaime Lerner havia dado à Gazeta do Povo, quando falava da privatização da Copel. Acho que o importante desta entrevista foi o reconhecimento público, mais uma vez, porque muitos que defendem a privatização, através dos meios de comunicação, principalmente do Governo do Estado, estavam afirmando que jamais o governador Jaime Lerner teria dito que era contra a privatização.

E ele reconheceu, agora, por isso acho importante, ele reafirmou que realmente havia dito que era contra a privatização da Copel. Em todas as reuniões que participamos, ele sempre disse que realmente, era contra a privatização. Chegou ao ponto de usar um termo, vossa excelência, o deputado Tony Garcia se não me engano, no seu pronunciamento nesta Casa reviveu as palavras do governador, ele disse: “não seria louco”, ele era um social democrata e “não seria louco de privatizar a Copel”, que era a melhor empresa de energia elétrica do País.

Mas, pouco a pouco, os argumentos do Estado em favor da privatização da Copel acabam sendo desmentidos um a um. Primeiro, a questão da competitividade, onde o senhor Ingo, quando aqui esteve, e já havia afirmado isto em 98, disse que a Copel dentro de três anos não seria competitiva e que ela não teria as menores condições em função da lei que regulamenta as empresas estatais, principalmente com relação às licitações, que ela não teria condições de competir com a iniciativa privada, por ser um empresa atrofiada. isto em 98. Nós estamos em 2001, os três anos se passaram e a Copel apresentou um dos maiores lucros da sua história.

Depois, a questão da governabilidade, que muitos querem se apegar a este argumento para defender a privatização, o senhor Ingo aqui diz que não é uma questão de caixa, o problema da privatização é porque a Copel deixará de ser competitiva.

Depois, argumenta que é uma determinação do governo federal, que obriga os Estados a privatizarem suas companhias de energia. Veio o presidente Fernando Henrique, numa entrevista ao nosso nobre colega Luiz Carlos Martins, dizendo: “não, de forma nenhuma; esta é uma prerrogativa do governador, do governo do Estado”. E o próprio governador reafirma, nesta entrevista, que realmente, é sua prerrogativa.

Agora, deputado José Maria, ontem, infelizmente, não pude fazer a pergunta ao secretário Miguel Salomão, porque eu tinha uma entrevista marcada às 17h15 e precisei me retirar do plenário. Mas, eu fiquei imaginando o que passa na cabeça do secretário Miguel Salomão. Ele veio aqui, começou suas palavras, não sei se vossa excelência se recorda, dizendo que ele iria contar três historinhas, A primeira, a do otário. Que o Paraná era o otário da federação. E eu até concordo com ele, que na questão tributária, realmente nós fomos passados para trás. Acho que esta causa, do ICMS e da energia elétrica, é uma

causa de todos nós. Não tem partido político, e tenho certeza que ele contará com o apoio de todos nós. Mas, queria justificar a privatização da Copel, dizendo que a Copel é dona da energia que gera, dizer que foi um péssimo investimento dos governantes paranaense, dos governadores paranaenses que investiram em energia. Ele esqueceu... eu fiquei aqui imaginando que ele só faltou chamar de irresponsáveis os governadores, porque se investe bilhões para gerar energia e você não é dono da energia? Porque a Aneel determina que o Governo do Estado tem que vender energia para o Mato Grosso a este preço, enfim, o Governo do Estado não manda nada! Chamado o ex-governador Parigot e todos os outros governadores que investiram milhões e milhões, agora, na construção de Salto Caxias, de irresponsável. Segundo, querer falar para nós deputados, que quem tem ação não é dono, é a mesma coisa que dizer, que o dono da Sulamericana, não é dono, porque ela é uma concessionária do serviço público. Dizer que o dono da Tam, não é dono, não manda na Tam, porque se chegar ao Ministério da Aeronáutica, vai dizer: “olha, você não vai poder operar no eixo Rio-São Paulo, você não faz mais nada, você não tem preço”. Quer dizer, não é bem assim, existe um contrato de concessão.

E é importante que todos os deputados saibam que a concessão, o contrato de concessão, feito entre a Copel e o Ministério das Minas de Energia, foi renovado por mais vinte e cinco anos, e ali tem cláusulas específicas que a Copel tem que cumprir, e o que o Governo Federal, o Ministério tem que cumprir com a Copel. Porque senão a Copel inversa não é dona de si, isso é conversa para boi dormir.

Então, quero aqui, deputado José Maria, usando as próprias palavras do Miguel Salomão, se aquela conversa de otário, que com certeza ele veio aqui falar conosco, deve ter pensado que aqui tem 54 otários, e não posso aceitar isso calado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o seu pronunciamento, e não há argumento do governo que sustente a tese da venda da Copel. Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Deputado José Maria, vossa excelência, é um brilhante deputado, sempre lhe admirei, tenho na verdade uma honra enorme de ser seu colega, de termos juntos criado as mesmas idéias, o mesmo comportamento aqui nesta Casa, ao longo dos nossos mandatos.

Vossa excelência, vem reforçar a nossa posição em relação à questão, à situação, que o Paraná vive hoje. E bordou no início do seu pronunciamento, a questão da entrevista do governador, concedida à Gazeta do Povo, domingo.

Quero lhe dizer que li atentamente a entrevista, domingo à noite quando regressei de viagem do interior. Um dos pontos que me chamou a atenção, deputado José

Maria, e que me deixou profundamente preocupado, foi uma resposta que o governador deu à entrevista dizendo que: “os recursos não serão aplicados no Fundo de Previdência”.

Ora, isso é um absurdo. Com essa afirmação, na verdade, mostra claramente, que esse governo é irresponsável, mentiroso.

Acho, deputado José Maria, que essa entrevista foi previamente organizada, foi com respostas ditadas. Pelo desenvolvimento das respostas e tal, creio que essa entrevista foi com perguntas formuladas previamente.

E o governador diz textualmente, que o dinheiro não vai para o Fundo de Previdência. Esta é a parte mais grave dessa entrevista. Assustadora.

Nós estamos diante de um grande dilema, se não vai para o Fundo Previdência, mais uma vez o Governo do Paraná, o governador Jaime Lerner, infelizmente, está traindo nosso povo, todos nós, está passando uma grande mentira, não só na Assembléia, mas nas população do Paraná.

Dessa forma, quero mais uma vez, realçar o seu pronunciamento, e espero ter colocado com o desenvolvimento do seu raciocínio.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado, deputado Nereu Moura!

Com aparte do deputado Ricardo Chab, e depois, deputado Beraldin.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado, gostaria só de apartear-lo para dizer que já falei nesta sessão, mas gostaria de deixar claro, que a Comissão de Segurança Pública, vai ouvir essas pessoas e nós temos que ouvir, é obrigação. Nós temos que ouvir o coronel Vieira, o cabo e o soldado. Temos que tirar, pelo menos, uma noção disso tudo, para saber até onde é verdade tudo isso. Porque fica muito mal, de repente, nós sabermos através da imprensa: tenho recebido denúncias, inclusive. É claro que não vieram assinadas, mas estão em minhas mãos, dizendo que existe realmente o grampo, que o governador Requião, então senador Requião, candidato a governo, teve o seu telefone do comitê grampeado. Isso tem denúncia. Denúncia que ninguém assinou, mas tenho a denúncia.

E hoje, conversando com o advogado, do qual o senhor fez referência, que tiros foram disparados no seu escritório, inclusive de pistola calibre 9mm. Ele garantiu, que tem furta, para aprovar que houve o grampo telefônico do comitê de deputado Vanhoni, quando era candidato a prefeito, e isto dito pelo advogado.

Então, acho que a Comissão de Segurança, no primeiro passo deve apurar. Até disse à imprensa, e falo aqui para o senhor nesse meu aparte, o seguinte: de repente, só Comissão é pouco; quem sabe tem que desaguar numa CPI, por quê não? Acho que esse é um papel nosso, da Assembléia, sob pena de termos passado aqui por esse

Parlamento, e termos feito uma figura ridícula; e não é esse o meu objetivo.

Meu objetivo, de repente, em que pese votar algumas questões com o governo, outras me posicionar contrário, em que pese a minha posição, até procuro ter aqui uma posição de independência no Plenário, mas queria deixar claro aqui, o seguinte: que isso é uma questão, hoje, eu diria assim de governabilidade.

Por quê imaginemos nós, a população lá em baixo observando tudo isso! Ora, um poder, dentro do Poder! Ou seja: o que estou entendendo, deputado José Maria, é o seguinte: que o coronel Vieira, me permite, até estou aqui tirando conclusões precipitadas, mas em cima daquilo que tenho, porque até agora, não ouvi o coronel Vieira.

O coronel Vieira, até onde tenho a informação, montou o poder dentro do Poder, ou seja, ele obtendo as informações, tinha muito mais força, do que você pensa. E quem sabe, com essas informações grampeadas, ele poderia controlar o Estado.

Nós não podemos permitir isso; falei para a imprensa, a denúncia, inclusive que tenho, é o seguinte: um homem do Palácio do Governo, que não vou revelar agora, mas são indagações que temos que fazer no futuro, teria passado para um assessor técnico de telefonia, toda a estrutura telefônica do Palácio da Justiça.

Ora, para quê isso? Por que alguém que trabalha com informações, teria que ter o mapa da engenharia, ou seja: a planta dos ramais telefônicos do Palácio do Governo? Do Palácio Iguazu? Do Palácio da Justiça? E mais, do Tribunal de Contas?

São documentos que tenho agora, e não vejo assinados.

Então por isso, quero ouvir o coronel Vieira.

Precisamos ouvir. E quero mais ainda, como deputado que vota aqui na bancada do governo, dizer o seguinte: nesse momento, deputado José Maria, se eu fosse o governador Jaime Lerner, teria afastado, até se apurar toda a verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vossa excelência passa a falar no horário da Liderança do PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Gostaria de acrescentar a este convite, e vir para cá, depor, quando se diz que se tem conhecimento das plantas, a Celepar. Porque a Celepar é um outro órgão que tem conhecimento da informação de toda infra-estrutura de comunicação do Estado do Paraná.

Daí, a necessidade de conhecer também o seu posicionamento em relação a este episódio, que com certeza, não queremos que se transforme numa revelação de um “mar de lamas”, que posa estar acontecendo no Palácio Iguazu.

Concedo aparte do deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Muito obrigado pelo aparte, deputado José Maria.

Vou fazer um aparte o mais breve possível, abordando assuntos que são pertinentes.

Primeiro, em relação ao Senado Federal.

Acho que o Senado Federal, na minha avaliação, deveria cassar o senador Arruda, o senador Antonio Carlos Magalhães, e o presidente do Senado!

Limpar de uma vez por todas, porque a população trabalhadora do Estado, não pode mais ouvir notícias como aquelas do Senado da República. E notícias como estas, do “grampo do Palácio Iguaçu”, que envergonham e demonstram o tamanho grau de ingovernabilidade que está o Estado do Paraná.

Aliás, em 1995, quando o Álvaro Dias perdeu o Governo do Estado, ele perdeu e viajou para descansar. Eu tive um telefonema, uma pessoa importante a bem do Estado, trocamos idéia sobre a derrota do senador Álvaro Dias, o que significa, essa fita foi parar na mão de um, hoje homem público, conhecido nacionalmente, numa chácara.

Foi motivo de uma festa o nosso diálogo, do telefone celular. Isso em 1995!

Quero me reportar agora, a vossa excelência sobre a questão da Copel. É pública a nossa posição, de que não podemos vender a Copel. Por quê? A Copel tem 17 usinas hidrelétricas, portanto produz energia mais barata do que a termoeletrica e amanhã se privatizar, talvez o balizador do custo da energia na casa do cidadão ou na indústria, possa ser a termoeletrica e não a hidrelétrica.

No entanto, deputado José Maria, estou assistindo esta onda do governo e estou vendo a pressão forte do governo. Nós vamos esgotar evidentemente, todas as iniciativas através de um projeto de lei de iniciativa popular. Vamos depois, se não formos ainda atendidos, insistir no projeto de prebliscito, que é um projeto de vossa excelência, o plebiscito popular, se deve ou não o governo vender a Copel, mas ainda assim, para tentar contribuir, eu estou trazendo hoje a público um estudo, estou elaborando junto com a minha equipe e aí quero trazer ao conhecimento do Plenário, que nos ajudem, talvez, em conjunto, estudarmos um projeto para disciplinar a privatização de todos os órgãos públicos que este governo vai querer privatizar. Vai querer privatizar a Copel, a Sanepar, o Paraná Educação, o Paraná Cidade, o Aeroporto de Maringá e outros ativos do Estado.

Então, que a gente possa estudar em conjunto uma lei para que o povo do Paraná tenha prioridade na compra daquilo que já é seu, para que o povo do Paraná possa recomprar aquilo que é seu, para que o povo do Paraná possa comprar aquilo que foi construído no governo Lupion, no governo Lerner, no governo Álvaro, no governo Requião, Richa e outros. Aí o governo do Estado concluiu que a Copel vale “x”, ele que coloque à venda na Bolsa de Valores do Estado para que o povo possa comprar ações, nunca mais do que um limite que não seja além de dois por cento, para dar oportunidade para os

industriais, oportunidade ao industrial médio, grande e pequeno e o cidadão comum que queira comprar ou recomprar a Copel, aí sim, estaremos caminhando o mesmo caminho que fez a Inglaterra quando a Margareth Thatcher deu a oportunidade ao seu povo para que comprasse as empresas que pertenciam ao governo.

Esta é mais uma iniciativa para poder contribuir no sentido de prevenir que o governo do Estado não entregue a Copel para um grupo alemão, tendo em vista que o secretário Ingo tem ido frequentemente para a Alemanha. Ele vai por outro caminho e de lá se desloca para a Alemanha. Então, há fortes indícios que será um grupo alemão ou americano ou francês, com certeza, pela vontade do secretário da Fazenda e do governo do Estado com certeza é o grupo que deve ter alguma ligação.

Então, aí nossa sugestão, que se coloque na Bolsa e o bravo trabalhador do Estado vai recomprar a Copel por que a Copel é lucrativa, porque a Copel tem um superávit e naturalmente quem comprar vai fazer um grande negócio.

Muito obrigado.

O Sr. Edson Strapasson

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado José Maria, só gostaríamos de recordar - ontem esteve nesta Casa o secretário Salomão e que dizia que a Copel produz energia a custo médio de 41 ponto alguma coisa reais o megawatts/hora vende em média a 99 ou seja 100 reais o megawatts/hora.

Evidentemente qualquer empresa que tenha um produto escasso no mercado e que tende a faltar e atualmente já tem uma margem de lucro altíssimo, com certeza não iria vender a galinha dos ovos, não é nem de ouro, é de diamante, certo, onde com certeza se coloca a venda hoje, principalmente vender uma empresa como a Copel para cedê-la provavelmente ao capital estrangeiro, que acima de tudo está preocupado no lucro altíssimo e nós teremos aí, se hoje temos um lucro alto para a Copel, com certeza em breve, dentro de dois anos, este lucro certamente vai triplicar. Não vejo o que será acrescido o custo da chuva. A chuva é de graça. A estrutura está montada. Não é possível que nós, nessa Casa, tenhamos convencimentos capazes de entregar a Copel ao interesse especulativo estrangeiro e que vem, com certeza, ser nocivo ao Estado do Paraná, como um todo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, encerrando, gostaria de dizer que fizemos a ligação Copel à auto-estima do Paraná, porque nenhum Estado, nenhum povo pode ter auto-estima vendendo o que possui e ainda com problemas sérios de ordem moral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças.

PL; PSDB; PSC; PST; PSL; PPS; PFL.

Concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

A Constituição Federal do Brasil, no artigo 5º, inciso 10, assegura ao cidadão um direito fundamental, que é o direito à privacidade. Tanto é que afirma textualmente: “que são invioláveis, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral, decorrente de sua violação”.

Claro está pela interpretação da Constituição Federal, que é sagrado o direito à privacidade dos meios de comunicação.

É inadmissível que as escutas telefônicas sejam permitidas, exceto aquelas devidamente autorizadas, pelo Poder Judiciário. É inadmissível que haja na iniciativa privada, tanto a espionagem empresarial, quanto a espionagem industrial, quanto a nível do setor público a espionagem nos meios públicos.

Indiscutivelmente, o caso tão debatido, tão discutido, hoje, durante todo o dia, e muito especialmente nessa tarde, na Assembléia Legislativa, porque esta, sim, é uma Casa que não se furta, que não se ausenta, que discute e debate a todo momento, é o caso da espionagem. Mas qual espionagem, senão aquela que teve origem em uma espionagem empresarial, feita em uma empresa de combustíveis, que é a Ocidental, que fica, salvo engano, na cidade de Araucária, e que, efetivamente, foi denunciada essa espionagem empresarial? As pessoas diretamente envolvidas foram presas. A pessoa presa denunciou um policial militar. Esse inquérito policial core no 3º Distrito Policial, desta Capital.

Quer me parecer que se trata de um problema de espionagem empresarial, onde a polícia toma todas as providências.

Não poderíamos, em hipótese alguma, compactuar ou aceitarmos que, novamente o advogado de defesa de uma posição de astúcia jurídica, tente atenuar a pena de seu cliente, que será réu e é réu nesse processo, tentando dizer que ele cumpria ordens superiores.

Senhores deputados, nós temos que respeitar a reputação do homem público, nós não podemos a todo momento e a todo instante, tentar transformar um episódio policial em um fato político, por mais apaixonada que seja a causa pública ou as nossas diferenças políticas.

Porque, se a todo momento um réu, que responde a um processo, tentar criar ilações políticas, tentar criar a guarida dos nobres deputados, para agirem em sua própria defesa nós estaremos prestando, isso sim, um desserviço à sociedade.

O governo está absolutamente tranquilo. Não aceita em hipótese alguma as ilações que tentam se passar, não aceita em hipótese alguma a questão que se tenta passar, que a Casa Militar estaria envolvida.

Sim, a Casa Militar tem um serviço de segurança, mas é de segurança das suas comunicações. Efetivamente, a segurança da Casa Militar é para dar segurança às comunicações internas na sede do governo. Ela terceiriza inclusive os serviços de inspeções periódicas, através das Brasil Telepar Telecom, justamente acompanhado de policiais militares para ter segurança nessas varreduras que são usuais.

Como a todo o momento e a todo o tempo, não só no governo Jaime Lerner, se fazia varreduras em gabinetes de nós, parlamentares.

Nós mesmos muitas vezes providenciamos esse tipo de expediente. Eu mesmo, já fiz varreduras, inclusive, em telefones da minha própria residência, porque desconfiava de grampos telefônicos.

Então, esse é um mecanismo para preservar a imagem do homem público.

Nós não podemos em hipótese alguma inverter as situações, nós não podemos tentar acorbertar a ação criminosa e delituosa de um cidadão, dando respaldo político a esse cidadão que começa a entrar em desespero.

Por isso, senhores deputados, o Governo do Estado, o governador Jaime Lerner, a Liderança do Governo, neste episódio não tem sequer o mínimo de preocupação. Encara-o como um caso estritamente policial, investigado pelo 3º Distrito Policial. Todas as pessoas que tinham qualquer vínculo, lotação, foram literalmente afastadas, porque não é possível se admitir que um funcionário público, seja ele qual for e aonde ele esteja lotado, possa participar de qualquer atividade delituosa, de qualquer atividade criminal.

Por isso, foram todos afastados.

Se os advogados entendem que os seus contribuintes, os seus clientes, correm qualquer tipo de risco, poderão se valer de uma estrutura, de um artifício judicial e buscar segurança para esses seus clientes.

Mas, não vamos, senhor presidente, transformar um caso puramente policial, de alguém que praticou ilícitos penais que poderiam estar grampeando parlamentares, empresas privadas, dar guarida a esses cidadãos nesta Casa. É inadmissível! É um caso de polícia, a ser tratado pelo rigor que o caso requer, pelo 3º Distrito Policial e ao final do inquérito, encaminhado ao Poder Judiciário, para que essas pessoas possam ser processadas, possam ser condenadas e quem for servidor público deve ter na sentença, a perda da função pública porque é inadmissível que essas pessoas possam estar abrigadas no poder público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança das Oposições, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Não iria fazer uso da palavra, mas escutei, atentamente as palavras do líder do Governo, deputado Durval Amaral.

O deputado Durval Amaral acho que não está com todas as informações a respeito do caso dos grampos. Parece-me, deputado Durval Amaral, que as coisas não sejam assim tão simples, como vossa excelência está pensando. Há uma informação de um advogado, advogado do cabo Jordão, e segundo a própria entrevista e informações que o cabo Jordão tem prestado e que era assessor, trabalhava na Casa Militar.

Não sei se o senhor sabe, mas a Casa Militar faz parte do gabinete do governador do Estado do Paraná. O governador Jaime Lerner é o homem que em nosso nome, em meu nome, em seu nome, em nome de todos os paranaenses, tem que ser o guardião dos nossos direitos, dos direitos dos indivíduos, dos cidadãos, aqui no Estado do Paraná. Ele é o representante maior, ele é eleito pelo povo porque foi eleito pelo povo, pela segunda vez.

Então, veja bem, se o gabinete do governador do Estado do Paraná, através da sua Casa Militar, que tem suspeitas que o mando de grampo, seja na iniciativa privada, ou seja fora da iniciativa privada, teve a origem no gabinete do governador do Estado, não estou querendo dizer que ele esteja envolvido nisso.

Na estrutura de governo de Estado, quer dizer, no aparelho do Estado, que deve ser aquele que deve garantir os direitos, a garantia para todos nós, ele que deve ser o maior preservador dos direitos do cidadão do Estado do Paraná, se partiu dali a fonte, quer dizer, a natureza do mando, da orientação de promover o grampo, seja de quem for, é grave! É grave a suspeita e pode ser grave o resultado da investigação. Por si só já é grave!

O caso não é meramente policial.

Por essas razões, acho que a Assembléia Legislativa do Paraná tem o dever e a obrigação de investigar todo o episódio do grampo que está sendo discutido, hoje, na sociedade paranaense.

Diria mais um fato que o deputado Durval Amaral esquece, eu sou um deputado estadual, concorri às eleições para prefeito na nossa cidade. Imaginem a gravidade do caso, se for verdade que há fitas gravadas do meu comitê de campanha, do meu partido e da minha casa, durante o período das eleições que ocorreu agora, no semestre que passou. E a fonte aponta, os indícios apontam que são pessoas ligadas ao gabinete do governador do Estado do Paraná, ao chefe do Gabinete Militar, da Assessoria Militar! Mais ainda, de um homem também de estrita confiança do governador, que todos nós que conhecemos o senhor Jaime Lerner sabemos quanto o secretário, não sei se é secretário de governo, qual é o cargo que ocupa, ou se é chefe de gabinete, o quanto o senhor Gerson Guellman é amigo íntimo do governador do Estado do Paraná. Não sei o porquê o Gerson Guellman está envolvido, jamais esperava que ele pudesse ser capaz de estar à frente de um processo desses. Espero que não, espero que o processo findo destas investigações,

não levem a estas conclusões, porque é uma decepção, do ponto de vista pessoal. Porque, em que pesem todas as brigas e as disputas, não gostaria de acreditar que o Gerson Guellman esteja envolvido com este tipo de atividade.

Mas imaginem a fita de gravação da casa do deputado Vanhoni, durante o período eleitoral, do comitê do deputado Vanhoni e do nosso partido, porque o comitê foi na sede do nosso partido, durante um bom tempo. Imaginem que o grampo teve origem e mando do terceiro andar do Palácio Iguazu.

Não é apenas um crime como vossa excelência descreveu...

(Retirado o som)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa excelência tem um minuto para concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não, eu não quero um minuto para concluir.

O senhor deu vinte minutos para o senhor Fernando Ribas Carli e isso é do interesse do Estado do Paraná. Vou cobrar um pouco do mesmo procedimento. Vossa excelência, por favor, me dê o tempo necessário para discorrer.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa excelência tem três minutos para concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Ou se tem uma regra para todos, ou vamos parar de ser deputado, aqui na Assembléia Legislativa. Me desculpe deputado presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós demos cinco minutos, além do tempo, para o deputado Nereu Moura, demos cinco minutos além do tempo para o deputado...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Então vossa excelência vai me dar cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Por favor, conclua o seu pronunciamento...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vossa excelência vai me dar cinco minutos? Sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência tem três minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero cinco minutos, senhor presidente, igual ao que o senhor deu aos outros.

Ou eu tenho o mesmo tratamento ou o senhor não pode me discriminar aqui. Sou deputado, igual ao Nereu

Moura e igual ao Ribas Carli. Vossa excelência não me permitiu falar outro dia sobre a questão da educação e permitiu todos os outros deputados e excederam o tempo; eu estava fazendo um relato da vinda da secretária da Educação na Assembléia Legislativa. Eu exijo respeito! Estou com a palavra! Eu exijo respeito pelo meu mandato! Vossa excelência disse que ia me tratar em igualdade; acabou de afirmar que deu cinco minutos para o deputado Nereu Moura. Por quê para mim três?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Porque demos cinco minutos para ele a mais, porque o deputado Fernando Ribas Carli usou cinco minutos a mais...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vossa excelência me inscreva amanhã no Horário do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, infelizmente, já está inscrito o deputado Ricardo Chab. Vossa excelência pode requerer para quinta-feira.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Essa é uma coisa constrangedora na Assembléia. Não quero polemizar com a Mesa. Agora, ou há o Regimento de que terminou o horário, terminou o horário para todos, ou se tem complacência para permitir que as pessoas terminem o raciocínio, ou não se age desta forma, porque olhem, não estou aqui tomando as dores do deputado Ângelo Vanhoni. É uma situação constrangedora o deputado desistir do plenário, não terminar o seu raciocínio, quando vossa excelência foi de uma infelicidade, aliás, disse que deu cinco minutos para um e desafiado a quando tempo dá para outro, diz que dá dois, três, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Caíto Quintana, enquanto...

O SR. CAÍTO QUINTANA

Vossa excelência tem o direito de não dar. Até este meu aparte tem o direito de não dar.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Caíto Quintana, enquanto nós, na função de presidente e sendo presidente da sessão, sempre fomos maleáveis com o prazo e com o tempo com todos os deputados, inclusive com todos os deputados de Oposição. Não discriminamos ninguém.

Hoje, quando o deputado Fernando Ribas Carli - e fique bem claro - ultrapassou cinco minutos em seu tempo, e o deputado Nereu Moura, questionou que o deputado Fernando Ribas Carli tinha ultrapassado o seu tempo, o deputado Fernando Ribas Carli pediu à Presidência se poderia ceder um aparte ao deputado José

Maria Ferreira, que prontamente cedeu, em seguida o deputado José Maria Ferreira usou cinco minutos além do tempo que já estava usando e depois o deputado Nereu Moura também usou cinco minutos e o deputado Colombo também.

Temos ainda, uma Sessão Extraordinária.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Mas vossa excelência poderia dar cinco minutos para o Vanhoni também.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, acho o seguinte: o Regimento Interno está aí, no entanto, é preciso haver bom senso. O deputado Vanhoni estava fazendo um relato que envolveu a sua situação pessoal. Ele estava relatando que foi grampeado na casa, no comitê. Acho que cabe à Mesa, nessas horas, ter um pouco de paciência e ponderação, no sentido de comunicar para que ele conclua, de uma maneira que não pode ser de 100% Regimento. Há horas em que tem que ter um pouquinho de...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Beraldin, só quero lembrar a todos os deputados que quando estivermos na Presidência, vamos cumprir rigorosamente o horário, independente de que deputado seja, seja da Situação ou da Oposição.

Peço a colaboração de todos para que não cheguemos a esse impasse que chegamos neste momento.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Para tentar até, acertar um pouco o ambiente na Casa, haveremos de ter a compreensão de que o deputado Ângelo Vanhoni passa por um momento bastante delicado, na medida em que as informações que ele tinha referente ao grampo, estão se confirmando mediante relatos na polícia, mediante declarações na imprensa. E é um momento especial, assim como foi alegado ao deputado Fernando Ribas Carli um momento especial pelo Paraná, e tudo mais.

Há que considerar que aqui há um envolvimento pessoal tanto do ponto de vista emocional do deputado Ângelo Vanhoni. Talvez seja esta a consideração que vossa excelência deve para com...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Como já havia cedido três minutos a mais, e com toda certeza não iríamos cortar a palavra do deputado Vanhoni, vossa excelência bem sabe disso, já decidimos sobre esta questão e vamos passar para a Ordem do Dia.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

O Plenário é soberano, é claro que existe o Regimento, mas o Plenário é soberano. O Plenário poderia

decidir aqui, se ouvimos o deputado Vanhoni ou não. Coloque em decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Luiz Carlos Martins, infelizmente o Plenário não é soberano sobre o Regimento Interno. Temos um Regimento Interno e ele estabelece o horário para cada deputado e cabe à Presidência disciplinar o horário, o tempo além daquele que é previsto no Regimento.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Pela Ordem**)

Mas o deputado Vanhoni pode se inscrever em Explicações Pessoais. E qual vai ser o tempo que ele vai ter?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quinze minutos.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, outro dia já me irritei com esta questão de tempo. E quero aqui, não tomar as dores, mas ficar solidário ao deputado Vanhoni, porque esta matéria interessa a todos nós. É uma questão de bom senso; já faz onze minutos que estamos discutindo pela ordem, se foi certa ou não a atitude de vossa excelência.

Então, acho que bom senso não faz mal, deixa o deputado falar! Essa Casa aqui é um Parlamento, tem que falar Situação, Oposição, quem está no meio, quem está em cima do muro. Tem que falar!

Senhor presidente, só queria ponderar com vossa excelência, que democrata é, que às vezes o Regimento, como diria o Getúlio Vargas: "Ora, a lei!"

Deixa falar, hoje é terça-feira!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Ângelo Vanhoni sabe que muitas vezes deixamos falar além do tempo. Nós decidimos sobre esta questão.

Antes de passar à Ordem do Dia, só queremos comunicar ao Plenário, que foi instalada no dia de hoje, a Comissão Parlamentar de Inquérito das Telecomunicações, tendo como presidente o deputado Tony Garcia; vice-presidente, Plauto Miró Guimarães; relator Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, só queria comunicar a todos os membros da Comissão de Telefonia, que está marcado para amanhã, 10h na sala das comissões, a primeira reunião desta comissão.

Já posso antecipar aos senhores que estaremos decidindo a convocação do coronel Antônio Borges Vieira, do cabo Luiz Antônio Jordão, do soldado Gilberto

Maria Gonçalves e do advogado Peter Amaro de Souza. Serão convocados amanhã, quando decidirmos isso na reunião, para já em seguida passarem a serem ouvidos pela CPI da Telefonia.

Faço este comunicado em nome do presidente da CPI, deputado Tony Garcia, e na condição de relator desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 013/2001 subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva a revogação da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela de nº 12.954, de 28 de setembro do mesmo ano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Cezar Silvestri, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem a CPI da telefonia desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem as CPI's que serão instaladas nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk - Líder do PDT, Serafina Carrilho - Líder do PL, Ricardo Maia - Líder do PSB, Divanir Braz Palma - Líder do PST e Cezar Silvestri - Líder do PPS, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem a Comissão Especial sobre a América Latina Logística, como Titular e Suplente respectivamente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de Líder do PSL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados como representantes do partido, para participar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da telefonia. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Relatório Final da CPI dos Supermercados, subscrito pelos senhores Plauto Miró Guimarães - vice-presidente; Ademar Traiano - Relator e demais membros da Comissão: Durval Amaral, Duílio Genari, Divanir Braz Palma e Antonio Baratter, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/99 de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas à todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EMENDA da C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO PROPOSTA AO PROJETO DE LEI Nº 134/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, recebeu substitutivo geral proposto em Plenário pelo líder do Governo, deputado Durval Amaral.

Pretende o substitutivo tornar autorizatório o Projeto de Lei nº 134/99.

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à apreciação da emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 134/99.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Moysés Leônidas, Carlos Simões e Caíto Quintana.

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, esse projeto de lei tem como escopo tornar a Administração Pública Municipal transparente, porque o nosso objetivo é no sentido de fazer com que os municípios, os munícipes de cada unidade do Paraná, conheçam os recursos que o Governo do Estado, através do ICMS, e o Governo Federal através do FPM repassam àquela comunidade. Supomos que lá na minha terra, em São João, senhor presidente, o cidadão do município de São João, ao receber a conta de água, vai ver ali impresso quanto que o município de São João recebeu de FPM, de ICMS em determinado mês do ano.

Então, não tem nenhuma malícia, nenhum propósito escuso, obscuro apenas fazer com que haja transparência para que os Prefeitos governem os municípios, mas que a população saiba quanto que cada município está recebendo. Agora, a Emenda do meu amigo, deputado Durval Amaral, de certa forma mutila o nosso Projeto, porque estamos prevendo aqui que o Governo do Estado é obrigado a repassar à Copel e à Sanepar os dados do ICMS, do FPM e do IPVA. E também, damos um prazo para que o projeto seja regulamentado. O substitutivo primeiro, feito na CCJ, pelo deputado Antonio Carlos Belinati, apenas adequou a matéria, adequou, na verdade, a transcrição do Projeto. Agora, a emenda substitutiva do deputado Durval Amaral mutila o meu projeto de lei. Desta forma, quero encaminhar, senhor presidente, pela aprovação do projeto e pela rejeição ao substitutivo geral, apresentado pelo deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Há, sobre a Mesa, um requerimento subscrito pelo deputado Durval Amaral que requer destaque à votação ao substitutivo geral de Plenário do Projeto de Lei nº 134, de autoria do deputado Nereu Moura.

Está em votação o requerimento do deputado Durval Amaral.

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar o requerimento, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Para manter a coerência, é evidente que encaminho contra o requerimento do deputado Durval Amaral, porque como eu disse, ele mutila o substitutivo do deputado, não sei por que, mutila o meu projeto de lei, a nossa idéia. Aliás, senhor presidente, essa idéia, a bem da verdade, não é minha, é uma idéia que, visitando o Estado de Minas Gerais, no município que fui, peguei lá e vi essas informações.

Quer dizer, estamos copiando uma idéia que já existe e não vai criar nenhum problema para o Governo do Estado e que vai dar transparência no dinheiro público que os município recebem.

Por isso, encaminho contra o requerimento do deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação o requerimento.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o projeto do deputado Nereu Moura nada mais visa do que esclarecer a toda população do Estado, e nada melhor do que talão de luz, de água, a fim de que possa receber as informações do que recebe o município de ICMS, de FPM, de IPVA.

Evidentemente, acho que isto não é difícil. Vinha para a Assembléia hoje à tarde e ouvia, no rádio, a Copel pagando a mídia para dizer que está, hoje, aberta para poder cobrar contas através do talão da Copel, poderá fazer anúncios. E uma questão de extrema utilidade pública como esta, na verdade deve ser prioridade para uma empresa estatal e para a opinião pública.

Vejo o requerimento do deputado Nereu Moura como possível. É muito fácil ter resultado do valor de repasse aos municípios, que têm uma programação mensal e anual, da mesma forma do ICMS, FPM e IPVA. Não vejo o porquê desta Casa rejeitar o projeto, até aprovando uma emenda que aborta, praticamente, todo o projeto do deputado Nereu Moura.

Então, encaminho para derrubar a emenda e aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, com palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu apelaria ao deputado Durval Amaral, porque na essência, o que pretende o projeto do deputado Nereu Moura é tornar conhecida a arrecadação do valor que o prefeito tem para administrar. Ora, informação a respeito de receita, de despesa, é um direito da sociedade, é um direito do cidadão, deputado Durval Amaral. Não vamos nós, aqui, depois de uma oportunidade dessas, castrar este direito. Em outras comunidades, isto já vem sendo feito, em comunidades em que há um respeito pela informação, pelo gasto público. Isto não tem nenhum problema. Estou vendo um “cavalo de batalhas”, aqui, por um direito que a sociedade tem de conhecer. Agora, quer impedir que amanhã tenhamos condições de informar?

Ora, uma sociedade que se preza, que se respeita, que não quer ser violentada, depois de conhecer as maracutaia que são feitas, não pode permitir isto. E é o que pedimos ao deputado Durval Amaral, que encaminhe no sentido de abrir mão do projeto de destaque e que vote o projeto do deputado Nereu Moura, que não traz despesa, não traz nada. E outra coisa: o substitutivo do deputado Durval Amaral é autorizatório. O do deputado Nereu Moura é imperativo. É a vontade desta Casa, que se faz, no sentido de prestar as informações.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Em primeiro lugar, na essência do projeto, nós não discordamos. Se discordássemos do projeto, encaminhá-riamos, de uma maneira muito tranqüila, pela rejeição deste projeto em plenário. E efetivamente ele seria derrubado. Não é esta a nossa preocupação. Até por que não se quer sonegar informação ao cidadão do Estado do Paraná, estas informações são públicas, são publicadas no Diário Oficial do Estado, da União. Elas são públicas. Estão disponíveis através da Internet.

Mas, por entendermos que a idéia do deputado Nereu Moura, em síntese, é uma boa idéia, o que buscamos? Apresentar uma emenda saneadora, porque, tenho certeza que o que o deputado Nereu busca é a sanção do projeto. E não conseguiríamos alcançar a sanção do projeto se não fizéssemos as correções necessárias, sanando as inconstitucionalidades. Veja só, nos artigos 2º e 3º do projeto, que suprimimos no nosso substitutivo, não tivemos intenção de ferir mortalmente o projeto, muito pelo contrário, de salvar o projeto. Porque esses dois dispositivos são flagrantemente inconstitucionais. Temos aqui o artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, inciso 4º, que diz que é vedada a criação, a estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Então, vou ler o *caput*, para que fique mais compreensível: “ressalvado o disposto nesta constituição, são de iniciativa privada do governador do Estado, as leis que dispõem sobre”. E aí o inciso 4º: “criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da administração pública”.

Pois bem, nos artigos 3º e no 4º, está se atribuindo à administração indireta do Estado funções que flagrantemente seriam vetadas.

O que queremos, é a sanção do projeto, queremos sanear o projeto. Quando o projeto torna obrigatório, até para dar uma possibilidade maior a que o deputado Nereu alcance o seu objetivo que é transformar este projeto em lei. Nós facultamos, deixamos autorizatório, porque se fosse obrigado, encontraria restrições muito maiores, por parte do Governo do Estado para sanção!

Por isso, estamos apresentando este substitutivo. É saneador. Queremos efetivamente a aprovação do projeto na sua essência, mas da maneira e do modo do substitutivo apresentado. Razão pela qual, encareço ao deputado Nereu, para que vote conosco com este substitutivo, para que o seu projeto possa se transformar em lei. Caso contrário, não teremos outra alternativa, ao final do projeto, seria certamente o veto, que não é de interesse nem da Liderança do Governo, nem tenho certeza das Lideranças das Oposições.

O SR. SÉRGIO SPADA

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, acho demais esta Casa viver legislando e aprovando permanentemente projetos autorizatórios que em síntese não impõem coisa nenhuma ao Poder Executivo.

Deputado Waldyr Pugliesi foi deputado federal comigo, lá não tínhamos a figura do projeto de lei autorizatório, autorizativo, porque na verdade, não impõem coisa nenhuma ao Governo Federal.

Transformar um projeto constitucional, bem intencionado, que vai trazer a transparência à sociedade, que não prejudica o governo do Estado, em hipótese alguma, em momento algum, pelo contrário favorece as administrações municipais sérias, favorece o contribuinte, a sociedade.

De projeto impositivo e autorizativo, cá para nós, é um pouco demais, é abrir mão das poucas oportunidades que temos de apresentar um projeto de lei, que imponha ao governo do Estado, a fazer o mínimo que é prestar informações à sociedade, a respeito da arrecadação e do repasse desses recursos para os municípios.

É simplesmente não querer ceder, porque o parlamentar que apresentou o projeto, é um parlamentar da Oposição. Não dá para concordar com esse tipo de arti-

manha, que só diminui a importância e o trabalho desta Casa. É por isso que a Bancada do PSDB, vota contra o requerimento apresentado pelo deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação.

Os deputados que rejeitam, favor levantar-se.

18 (dezoito) deputados aprovam o requerimento.

Está aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o substitutivo de Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente. O deputado Nereu Moura, ao apresentar esse projeto de lei, está transmitindo o anseio da população do Paraná, da Prefeitura do Paraná, das entidades paranaenses.

Porque é uma verdadeira “Caixa Preta”.

O município sabe, por exemplo, ele recebe 0,6 ou 0,8 ou 00...do ICMS, do Fundo de Participação e sobre o IPVA.

Mas ele não sabe como, porque, quanto, foi esse montante que arrecadou, deputado Durval Amaral.

O objetivo deste projeto, é que o governo diga, “o montante arrecadado foi X. Sobre esse X, o município tem o percentual, ele sabe de que montante está saindo o percentual dele.

Hoje mesmo, deputado Nereu Moura, diversos prefeitos têm ligado para o meu gabinete, reclamando que o ICMS, as parcelas deste mês despencaram novamente.

O Estado do Paraná, senhores deputados, é o único no País, em que, no mês de janeiro, que reflete as vendas de dezembro, o ICMS dos municípios caiu. E caiu no mês de fevereiro, que reflete as férias do mês de janeiro. E as prefeituras não têm a menor condição de saber, quanto arrecadou o ICMS no Estado.

Porque o seu ICMS está baixando. Ele não sabe o montante, de quanto é que o Estado arrecada.

Este foi o objeto do deputado Nereu Moura, ao determinar que se conhecesse o montante da arrecadação do Estado.

Será que a Assembléia Legislativa é contra? Ela não quer transparência? A Assembléia não quer saber quanto é que o Estado arrecada?

Aí nós vamos para o substitutivo do líder do Governo, que propõe, que fica autorizado o Governo.

Ora, senhores, nesta de que fique autorizado, nós perdemos na Assembléia Legislativa, de fazermos uma campanha no Estado do Paraná, antes do Governo Federal, na questão da análise de hipertensão e de diabetes.

Tem um projeto meu aqui na Assembléia Legislativa, que foi votado uns 4, 5 meses antes do Governo Federal, dizendo que os Postos de Saúde fariam no Paraná, o exame de diabetes do cidadão.

Houve uma emenda na Comissão, dizendo que autorizava o Governo a fazer.

Ora, o governo não precisa de autorização para fazer.

Se ele quiser fazer, faz com autorização ou sem autorização da Assembléia. Está na competência dele.

Então, proponho a seguinte questão, deputado Durval Amaral: ou nós votamos o projeto da forma como o deputado Nereu Moura apresentou, ou então rejeitem o projeto e assumam a responsabilidade de querer tornar a transparência nebulosa para os municípios do Paraná. Vamos deixar de mentir para as pessoas que estão aí fora, pensando que a Assembléia está fazendo uma lei, que diz que o Governo fica autorizado.

O Governo não precisa da nossa autorização para publicar o que a Constituição determina.

Que ele faça a prestação de contas, mês a mês, inclusive no Diário Oficial.

Ora, então votamos a favor, ou votamos contra, não é isto deputado Nereu Moura?

Chega de mascarar a verdade.

Aqueles que são a favor da transparência que se saiba quanto arrecadou de ICMS, quanto arrecadou de Fundo de Participação, quanto arrecadou de IPVA, vota a favor.

Aqueles que não querem que o povo saiba, de quanto arrecadou, vota contra.

No entanto, vamos deixar dessa história de substitutivo autorizatório, que não nos leva a nada, e só denigre, diminui o Parlamentar, na Assembléia legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar o substitutivo, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Na mesma linha de raciocínio do deputado Caíto Quintana, senhor presidente, quero dizer que esses projetos autorizatórios, isso não existe.

Inclusive, as informações que tenho, no Congresso Nacional, é proibido entrar com projetos desse tipo, dessa natureza.

Aqui na Assembléia Legislativa que se tornou de praxe fazer esse tipo de projeto, que como o deputado

Caíto Quintana falou, autorizatório. Ora, o governador faz se quer, ou não faz se não quiser.

Então acho que o deputado Durval Amaral desfigurou meu projeto de lei, e que, se for para mudar, rejeite literalmente o projeto.

Concordo que rejeite o projeto, o ano que vem, vamos apresentar e se Deus quiser com uma nova metodologia de governo, nós poderemos aprová-lo para que a sociedade do Paraná... Ora, o que nós estamos pretendendo é que o povo do Paraná tenha a sua cidadania verdadeiramente. Que o povo lá de Luisiania, da terra do deputado Tureck saiba lá quanto que o município de Luisiania está arrecadando em ICMS, FPM, IPVA, é este o direito que nós estamos propondo aqui nesta Casa e que está se pretendendo barrar o direito do povo do Paraná saber o que é que vai para os municípios do nosso Estado.

Meu Deus do Céu! Não existe cabimento, senhor presidente, que nós deputados impeçamos que o povo dos nossos municípios saibam o quanto que o município está recebendo. Não existe justificativa para isto. Então, se for para mutilar o meu projeto que se rejeite, mas não se faça na verdade um atentado contra a idéia que eu apresentei aqui nesta Casa, porque se nós não aprovarmos neste ano, se Deus quiser, num futuro breve poderemos com uma nova metodologia, uma nova mentalidade de governo no Paraná, nós poderemos apresentar um projeto para que o povo do nosso Estado saiba quanto de dinheiro se arrecada, aonde está se aplicando e por aí afora, senhor presidente. É este o encaminhamento que quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputados que aprovam o substitutivo permaneçam como estão.

Aprovado o substitutivo.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e um (21) deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezoito (18) deputados rejeitam.

Está aprovado o substitutivo.

Em razão da aprovação do substitutivo, está rejeitado o substitutivo da C.C.J.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Este projeto não é o meu. É projeto do deputado Durval Amaral. Ele deixa de ser meu quando é, na verdade, alterado na sua substância como foi alterado, de forma que, gostaria que vossa excelência mudasse o enunciado na pauta do dia de amanhã.

Gostaria também de registrar aqui os deputados que querem que o povo do Paraná, de cada município saiba quanto que os municípios recebem dos impostos

estaduais e federais, deputados Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Sérgio Spada, Luiz Fernando Litro da Silva, Algaci Tulio, Tony Garcia, Renato Gaucho e Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares Fardados. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C. EMENDA DA C.C.J. EMENDA DE PLÊNÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 144/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares fardados.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa das emendas apresentadas em plenário, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO- Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Algaci Tulio Ademar Traiano, Carlos Simões, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de solicitar, esta questão do projeto nº 144/99, se possível fosse que o autor o retirasse por alguns dias, líder do partido ou o líder do partido do pastor, pelo seguinte detalhe, senhor presidente, eu acho que todas as coisas que funcionam com planilha de custo, quando se isenta numa ponta, você está pesando em cima do outro lado que paga. Ser der, por exemplo, isenção para o policial militar, conseqüentemente vai pesar em cima do outro usuário no transporte coletivo, porque a planilha, o custo do transporte coletivo passa a ser dividido com menos gente. Já tivemos, deputado Valdir Rossoni, encarando isso em determinados

momentos, na questão do passe escolar dos idosos, dos estudantes. Porque achamos que o Poder Público, para dispensar, tem que subsidiar, sob pena do trabalhador pagar.

A pessoa que vai para o emprego, acaba pagando. Como esta lei é apenas de transporte intermunicipal - acredito, porque senão seria de competência do município - e uma questão que pode ser analisada com mais profundidade. Gostaria de pedir encarecidamente à liderança do Partido que pertence o deputado Edson, que retirasse por cinco sessões, para sabermos o seguinte: se vamos beneficiar os militares ou se vamos acabar onerando em cima dos demais usuários, já que um militar poderá receber o passe pela própria Secretaria de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Infelizmente, deputado Caíto Quintana, ele está em fase de votação. E o projeto já foi retirado da Ordem do Dia. Ele está em votação e não é mais possível a sua retirada.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Estou encaminhando a votação. Nessa fase podemos retirar, sim. Ele não está em votação

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas infelizmente, ele já saiu uma vez.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Para encaminhar, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Queria que retirasse por cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há mais a possibilidade, deputada Serafina, porque ele já foi retirado da Ordem do Dia.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Deputado, não é a primeira vez. Esse projeto não tem interesse nenhum. É uma questão de termos bom senso na condução dos trabalhos. A líder do Partido está solicitando para tirar. É um projeto que pode acabar onerando.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já que ele foi retirado, solicito ao deputado Caíto Quintana, se ele subscreve - já que o autor do projeto não está presente - o requerimento, para a retirada da Ordem do Dia.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Faço, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Presidência entende que está o requerimento retirado por cinco sessões.

Está em votação o requerimento, apresentado pelo deputado Caíto Quintana, retirando por cinco sessões.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por cinco sessões, do Projeto de Lei nº 144/99.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda: **aprovada.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 317/99**

P A R E C E R :

A presente emenda apresentada pelo nobre deputado Luiz Carlos Zuk ao Projeto de Lei nº 317/99 de autoria do nobre deputado Ângelo Vanhoni, altera apenas a redação do Artigo 5º do projeto em tela, fixando em 120 dias a sua entrada em vigor, após a publicação oficial.

Chamada esta comissão a se manifestar, verificou-se que a referida emenda atende aos dispositivos legais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Caíto Quintana, Ademar Traiano, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Moysés Leônidas.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 052/99, de autoria dos deputados Irineu Colombo, Augustinho Zucchi e Carlos Simões, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar, no Estado do Paraná e adota outras providências. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 052/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroar-

tesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por elaboração de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantêm características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala.

§ 1º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos agroartesanais de origem animal, as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

- a) carnes;
- b) leite;
- c) ovos;
- d) outros produtos de origem animal comestíveis.

§ 2º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos agroartesanais de origem vegetal, as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

- a) frutas;
- b) hortaliças;
- c) cereais;
- d) peixes, crustáceos e moluscos;
- e) outros produtos de origem vegetal comestíveis.

§ 3º - A produção define-se pelos seguintes limites de processamento e embalagem de matéria-prima anuais:

a) até vinte toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de grande porte.

b) Até cinquenta toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de médio porte.

c) Até cento e vinte toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de pequeno porte.

d) Até setenta e dois mil litros para produtor individual, quando a matéria-prima for o leite.

e) Até trinta toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos.

f) Até cinquenta toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de frutas e hortaliças, incluindo a matéria-prima utilizada para elaboração de açúcar mascavo, rapadura.

g) Até cinco toneladas para produtor individual quando a matéria-prima for oriunda da apicultura.

h) Até vinte toneladas de matéria-prima, por produtor individual, para produção de massas, pães, doces e salgados.

i) Até cinquenta e duas mil dúzias por produtor individual, quando a matéria-prima for ovos.

§ 4º - O volume máximo de matéria-prima, a ser processado e embalado anualmente por estabelecimento agroartesanar, que atue de forma coletiva, deverá corresponder à somatória do volume por produtor, desde que não exceda a cinco vezes o limite individual.

§ 5º - Os produtos de que trata este artigo poderão ser comercializados em suas respectivas sub-regiões.

Art. 3º - Compete à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou à Secretaria de Estado da Saúde das sub-regiões, a inspeção e fiscalização dos produtos agroartesanais, bem como a orientação e treinamento de técnicos auxiliares.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde das sub-regiões poderão conveniar-se com os municípios que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como com entidades públicas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade dos produtos processados e embalados nos estabelecimentos abrangidos por esta lei.

§ 1º - Compete à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou à Secretaria de Estado da Saúde, das sub-regiões, o acompanhamento e a fiscalização das atividades inerentes aos convênios firmados com os municípios e entidades públicas, podendo ser cancelados quando não atenderem aos requisitos desta lei.

§ 2º - As prefeituras municipais e entidades públicas que possuam ou tenham acesso às estruturas técnicas e laboratorial, poderão solicitar convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com o *caput* deste artigo.

Art. 5º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanais de produtos de origem animal e vegetal deverá registrar-se junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento, dirigido à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde da sub-região, solicitando registro e serviço de inspeção regional;

II - inscrição de produtor rural na Secretaria de Estado da Fazenda ou Registro de Cadastro de Contribuinte do ICMS para pessoa jurídica (associações, cooperativas, empresas);

III - a apresentação de boletim oficial (emitido por um laboratório credenciado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde para cada sub-região) de exame de água a ser utilizada pelo estabelecimento processador e embalador, cuja característica deve ser enquadrada nos padrões microbiológicos e químicos determinados pelo órgão oficial responsável;

a) quando os resultados das análises da água estiverem fora dos padrões considerados pela legislação,

impõe-se novo exame de confirmação antes de condená-la;

IV - apresentação de análise prévia (emitido por um laboratório credenciado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde para cada sub-região) dos produtos a serem industrializados e comercializados para cada sub-região;

V - apresentação de croqui de localização do estabelecimento, o qual não poderá transgredir o plano diretor do município e que não cause problemas de poluição ambiental de acordo com as normas do órgão de defesa do meio ambiente;

VI - as instalações para estabelecimentos processador e embalador devem estar de acordo com a produção, apresentando construções e equipamentos compatíveis com o volume de produção, respeitando um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, de inspeção e de higienização.

Art. 6º - Os produtores poderão criar uma associação ou cooperativa visando a contratação de um técnico para que o mesmo possa ser o responsável pela inspeção das empresas associadas.

Art. 7º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanais de produtos de origem animal e vegetal manterá livro oficial onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do serviço de inspeção, objetivando o controle de produção.

Parágrafo Único - O serviço de inspeção poderá estabelecer, a seu critério, as análises fiscais para cada produto processado sem ônus para os produtores e/ou proprietários de estabelecimentos processadores e embaladores agroartesanais. As análises de controle de qualidade, devem ser obrigatórias, cumprindo a legislação própria para cada produto bem como limites de processamento e embalagem. O ônus referente ao controle de qualidade será de responsabilidade do produtor e/ou do município.

Art. 8º - O controle sanitário dos rebanhos que geram a matéria-prima para a produção agroartesanais é obrigatório e deverá seguir orientação dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal do Estado do Paraná.

Art. 9º - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua qualidade.

Art. 10 - A embalagem do produto agroartesanais de origem animal ou vegetal deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério da Saúde e o rótulo conter todas as informações preconizadas no código de Defesa do Consumidor, indicando que é produto agroartesanais com a inscrição junto aos órgãos competentes.

Parágrafo Único - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumidor acompanhados de folhetos e cartazes, contendo as informações previstas no *caput* deste artigo, os demais produtos obedecerão à legislação vigente.

Art. 11 - Cada sub-região poderá criar um selo de qualidade regional para os diversos produtos de origem animal e vegetal processados e comercializados naquela sub-região.

Parágrafo Único - A instituição do selo de qualidade regional deverá obedecer os seguintes critérios de adoção e manutenção:

I - treinamento e certificação de pessoal diretamente envolvido no processo de produção agroartesanal, no contexto de Boas Práticas de Fabricação;

II - certificação e monitoramento da qualidade através de análise laboratoriais, estabelecidas com base na legislação e origem de cada produto e, devidamente adequada às condições de processamento e quantidade produzida;

III - as certificações e o monitoramento devem ser realizados por um laboratório credenciado na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde de cada sub-região;

IV - inspeção para certificação e fiscalização de rotina realizada pelo órgão competente para o registro do estabelecimento.

Art. 12 - A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta lei, sujeitará o infrator às sanções previstas em lei.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

TONY GARCIA - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Estado do Paraná, a conceder auxílio às famílias carentes, instituindo o Programa Criança na Escola, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 057/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica através da presente, autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria da Criança e

Assuntos da Família, a instituir o Programa “Criança na Escola”.

§ 1º - O Programa estabelece auxílio às famílias carentes para que mantenham seus filhos e outras crianças sob sua guarda ou proteção na escola, em convênio com as Prefeituras Municipais, Copel e Sanepar, na forma que dispõe.

§ 2º - O auxílio referido se dará com o pagamento das tarifas sociais do consumo de energia elétrica e de água.

§ 3º - O custo das tarifas sociais serão divididas em metade para o Estado do Paraná e metade para o município, na forma em que o convênio entre si estabelecer.

Art. 2º - O Programa atenderá as famílias carentes que preencherem os seguintes requisitos:

a) residir no município no mínimo 3 (três) anos;

b) tenha uma única residência, cuja área construída seja inferior, igual ou inferior a 60 m (sessenta metros quadrados);

c) a renda bruta constituindo na somatória dos rendimentos das pessoas que ali residem, não poderá ser superior a 3 (três) salários mínimos mensais;

d) as crianças menores de 14 anos morando na residência, deverão ser comprovadas a matrícula e a frequência na escola.

§ 1º - As informações e documentos acima descritos, deverão ser apresentados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, no setor competente para realização do cadastro, feito pelos técnicos da área, que deverá ser renovado a cada 6 meses.

§ 2º - O requisito constado na letra “d”, compreende o cadastramento com documentos que comprovam grau de parentesco, ação social como mãe-social, família-temporária ou outra forma de apoio constado no Estatuto da Criança e do Adolescente àqueles em idade escolar e que recebem da família cadastrada apoio, afeto e proteção.

§ 3º - Comprovando-se fraude nas informações ou documentos apresentados, o beneficiário perderá automaticamente os direitos desta lei, fazendo retornar aos cofres públicos os valores dispendidos, acrescidos de correção monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês, além das sanções penais cabíveis.

Art. 3º - Além dos requisitos do artigo anterior, para ter direito ao auxílio, o gasto com energia elétrica não poderá ser superior a 160 (cento e sessenta) quilowatts por mês, e o gasto com água não poderá ser superior a 10 m (dez metros cúbicos) por mês, sendo vedado qualquer tipo de compensação.

Art. 4º - O pagamento de tais benefícios, observando a listagem dos contemplados com o Programa, será feito com o envio das faturas pela Copel e Sanepar, diretamente

à Secretaria Municipal de Assistência Social, ou equivalente, através de convênio a ser assinado entre as partes.

Parágrafo Único - As faturas que ultrapassarem os limites estabelecidos no artigo 3º, voltarão a ser remetidas para as residências dos cadastrados no Programa, sendo que não haverá pagamento da diferença e nem outro tipo de compensação financeira.

Art. 5º - As despesas com esta lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, terá seus efeitos após a assinatura dos convênios descritos no artigo 4º, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
TONY GARCIA - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza ao Governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 216/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar as ações da defensoria Pública, promovendo a orientação jurídica integral e gratuita em todas as instâncias conforme o previsto no artigo 5º, LXXXIV, da Constituição Federal e artigo 127 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 344/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador.

Art. 2º - O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, tem como objetivos fundamentais:

I - Incentivar o esporte amador mediante:

a) concessão de bolsas de estudo para atletas, desde que residentes no Estado do Paraná;

b) concessão de patrocínio permanente para atletas amadores;

c) instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos, destinadas à formação de atletas;

d) realização de campeonatos e competições sem fins lucrativos;

e) cobertura de despesas com transporte para a participação em eventos nacionais;

f) apoio à criação e manutenção de equipes esportivas amadoras, existentes ou que venham a ser criados, nas diversas regiões do Estado do Paraná;

g) apoio à reforma, construção e locação de dependências para a realização de esportes, em convênio com órgãos da administração pública e entidades esportivas;

h) apoio a publicações científicas que tenham por tema o esporte amador.

II - Dar apoio a outras atividades de esporte amador consideradas relevantes pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, desde que previamente ouvido o Conselho Estadual de Esporte Amador.

Parágrafo Único - os candidatos individuais e coletivos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, em qualquer modalidade, deverão ter domicílio no Estado do Paraná há pelo menos dois anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

Art. 3º - O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador contará com recursos provenientes de:

a) dotações orçamentárias do Estado;

b) doações;

c) legados;

d) subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos nacionais e internacionais;

e) percentual decorrente de projetos financiados através do patrocínio ao esporte amador, nos termos desta lei;

f) devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

g) outras rendas, bens e valores.

Art. 4º - Fica instituído o Conselho Estadual de Esporte Amador.

§ 1º - O Conselho Estadual de Esporte Amador será composto pelos seguintes membros:

a) representante das entidades do esporte amador, com existência legal, sediadas no Estado do Paraná, com atuação reconhecida;

b) representante indicado pelos Departamentos de Educação Física das Universidades Estaduais e da Universidade Federal do Paraná;

c) representante indicado pelos Departamentos de Educação Física das Universidades e Faculdades Estaduais e da Universidade Estadual do Paraná;

d) representante indicado pela Secretaria de Estado da Educação;

e) representante indicado pelo Colégio Brasileiro de Educação Física;

f) representantes técnicos designados pelas Secretarias de Estado de Esporte e Turismo e das Finanças;

g) representante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º - O mandato dos membros mencionados no referido *caput* deste artigo será de dois anos.

§ 3º - A indicação dos membros e respectivos suplentes pelas entidades representadas no Conselho, deverá ser acompanhada de cópia de Ata da reunião realizada com esta finalidade.

§ 4º - Os cargos executivos, assim como suas atribuições, periodicidade das reuniões, entre outros, serão regulamentados por Regimento Interno, aprovados pela maioria dos membros deste Conselho.

§ 5º - É vedado, aos membros do Conselho, apresentar projeto com os benefícios da presente lei enquanto estiverem no exercício de seus mandatos.

Art. 5º - O Conselho Estadual de Esporte Amador terá as seguintes atribuições:

a) supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador;

b) avaliar e aprovar os projetos de incentivo ao esporte amador;

c) acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

d) expedir orientações com o objetivo de viabilizar, com agilidade, de forma conjunta ou individualizada, a implementação dos projetos a serem incentivados.

Art. 6º - O Conselho Estadual de Esporte Amador encaminhará à Assembléia Legislativa do Paraná, bimestralmente, a relação e o conteúdo dos projetos recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - Os projetos aprovados ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
TONY GARCIA - Relator

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Beraldin, que orienta a implantação de Dis-

tritos Industriais e Ecológicos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E EMA. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre a publicação nos classificados dos jornais locais, de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 67/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Londrina - Independência, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/97, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Emenda - **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1031 e 1044, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (Questão de Ordem)

Senhor presidente, a propósito, em relação às CPI's, todas foram concluídas porque o presidente Hermas Brandão colocou como prazo derradeiro e improrrogável o dia 20, para que os relatórios fossem apresentados, de forma que se não fossem apresentados, hoje é dia 24, todas as CPI's foram concluídas. Então, gostaríamos que, quanto antes fossem instaladas as novas CPI's que já estão protocoladas na Casa. Hoje foi instalada uma, mas nós gostaríamos que fossem instaladas as outras, imediatamente.

Essa é a questão de ordem que levantamos a vossa excelência e gostaríamos que vossa excelência respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Logo após votado o relatório em plenário, a presidência imediatamente comunica às lideranças partidárias, que indicam os membros de cada partido, para que possam integrar à respectiva CPI e o deputado Hermas Brandão, sempre tem transferido para a vice-presidência a

instalação dessa CPI, a exemplo do que aconteceu na tarde de hoje, a instalação da CPI da Telefonia.

A presidência já determinou à vice-presidência que instalasse até a próxima semana a CPI da Estrada de Ferro, acho que é.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de perguntar a vossa excelência quantas CPI's já foram aprovados os relatórios aqui em plenário e se ainda falta algum relatório a ser apreciado por este Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos mandar fazer um levantamento e daremos a resposta no dia de amanhã.

Requerimento nº 1056, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1058, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Solicitamos para fazer o encaminhamento, a fim de registrar nos Anais desta Casa, quem foi Alfredo Gottardi, o popular "Caju".

Foi o maior mito da história do Clube Atlético Paranaense.

(**Lê**):

"Faleceu em nossa capital, em data de ontem, o senhor Alfredo Gottardi. Mais conhecido como "Caju", faleceu aos 85 anos de um mal súbito que o acometeu no dia de ontem.

"Caju" foi o maior mito da história do Clube Atlético Paranaense - foi goleiro, estreando como titular daquele time em 1933, defendendo o gol rubro-negro por 17 anos. Só deixou seu time do coração para jogar na Seleção Brasileira - "Caju" foi o primeiro jogador do

Atlético Paranaense a ser convocado para integrar a Seleção.

Durante as duas décadas que serviu o futebol paranaense e brasileiro, "Caju" brilhou. Figurou na seleção Brasileira quando foi campeã do Campeonato Sul-Americano de 1942, quando foi um dos destaques ao lado de Domingos da Guia. Ele teve seis participações com a camisa da Seleção. Sempre fiel ao Clube Atlético Paranaense, Caju rejeitou propostas de grandes clubes cariocas, como Vasco e Botafogo.

"Caju" começou cedo, jogando "pelada" no antigo campinho da Praça Rui Barbosa, passando em seguida a defender o quadro de juvenis do Atlético. No profissional, substituiu seu irmão Alberto mostrando segurança, impulsão e invulgar senso de colocação. Fez ainda duelo com o atacante e artilheiro Neno, quando este defendia o Coritiba.

A verdadeira estréia de "Caju" no gol atleticano foi em uma partida amistosa em 23 de julho de 1933, contra a Seleção de Paranaguá (placar de 2 a 2). O primeiro Atletiba de que participou foi em 30 de julho de 1933 na baixada - O Coritiba venceu por 2 a 1.

"Caju" foi chamado de Majestade do Arco, iniciou no profissionalismo e encerrou sua carreira em 1950. Fez também parte da comissão técnica do Atlético no campeonato de 1958, ganhando o campeonato estadual. O verdadeiro amor pelo Atlético transformou o ex-atleta em um operário a serviço de seu Clube - "Caju" ainda auxiliou o irmão Alberto na construção do alambrado do Estádio Joaquim Américo e no muro ao redor do campo.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná".

O Paraná perdeu no dia de ontem, esta extraordinária figura do mundo esportivo que foi Alfredo Gottardi, o popular Caju.

Por isso, acho que esta Casa não poderia deixar de registrar esse fato, lamentando a sua morte, mas rendendo a "Caju" as homenagens que, como jogador de futebol, realmente mereceu.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação o requerimento.

Aprovado.

Requerimentos nºs 1032 a 1038, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1039, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1041, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1042 e 1043, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1045, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1047, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1048 e 1071, de autoria do senhor deputado Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1050, 1051 e 1082, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1052, 1053 e 1060, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1061, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1057, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1054, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1055, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1059, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1063 e 1064, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1070, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1077 a 1079, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1080, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1081, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1083, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1084, de autoria dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafagnin e Nereu Moura, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1085, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1087, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)
(Assentimento)

Apenas queria registrar nos Anais desta Casa a ilustre presença do prefeito municipal Mario Franciele, que participa da nossa Sessão Legislativa. Desta forma só para que fique registrado. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)
(Assentimento)

Senhor presidente, gostaria de chamar a atenção dos senhores parlamentares. No dia 27, final da semana, encerra o prazo já prorrogado de 30 dias para a emenda da revisão Constitucional. Portanto, gostaria de avisar, solicitar, pedir aos senhores parlamentares que tenham emenda à Constituição a ser apresentada, que o façam até o final da semana, para que nós possamos utilizar os 15 dias que têm para parecer sobre estas emendas, e poderemos já iniciar o processo de votação em Plenário.

Então, senhores parlamentares, quem tiver sugestão de Emenda Constitucional para esse processo de revisão... olha, que é um processo único. Só uma vez poderá ser utilizado o dispositivo da Constituição em vigor para um processo de revisão. A diferença da revisão é que ela exige apenas o quórum de maioria absoluta. Enquanto a emenda Constitucional é quórum privilegiado. Portanto, até o final desta semana está aberto o prazo. Nós estamos trabalhando no 3º andar, onde funcionava a 1ª Secretaria da Casa antes da inauguração das novas salas ou então no meu próprio gabinete. Por favor, encaminhem até o final desta semana para podermos ter uma boa contribuição dos deputados na revisão da nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Antes de encerrar a sessão, gostaria só de lembrar aos senhores deputados e em especial ao deputado Ângelo Vanhoni, que eu, como deputado e presidente da sessão de hoje, tenho o maior respeito por vossa excelência. Nós jamais tiramos o tempo de vossa excelência. Se vossa excelência se ofendeu, me desculpe.

Peço desculpas como presidente desta Casa, mas o tempo que tínhamos dado de 5 (cinco) minutos para os outros deputados, nós havíamos compensado o tempo por deputados da Situação.

Tenho maior respeito por vossa excelência como parlamentar, enquanto nós, na presidência, não queremos

fazer discriminação nem de um, e nem de outro deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Deputado Elio, o senhor pessoalmente sabe nesses anos que estou junto com o senhor aqui, que sempre tive um relacionamento absolutamente amistoso com vossa excelência. O carinho que tenho pelo senhor acho que é recíproco. Até entendo que vossa excelência pode não estar muito treinado no uso da presidência, às vezes ultrapassa um pouco. Porque estou há 6 anos, aqui, e não vi nenhuma vez, principalmente quando o debate é uma coisa que - no calor do debate, não vi nenhuma vez que o debate fosse restrito. A não ser que fosse assim um pouco de consenso: O Anibal Khury conduziu desta forma, o deputado Nelson Justus conduziu desta forma.

Acho que de forma geral é a conduta que a gente vem fazendo aqui. Não iria me exceder muito mais no tempo. Mas é que já fui vítima do botãozinho naquele outro momento. E agora estava tratando do grampo e nem eu imaginava que essa discussão sobre o grampo pudesse envolver o meu nome, pudesse envolver a campanha eleitoral que não diz respeito só ao meu partido mas a vários partidos. Era uma explicação.

Vossa excelência fique tranqüilo, jamais iria guardar qualquer sentimento de qualquer problema, porque sei distinguir muito bem os nossos problemas aqui. Vossa excelência tem o meu carinho como sempre teve e vai continuar tendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2001.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 653/99 e 190/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Leis nºs 616/99, 130, 213, 387 e 438/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 134 e 317/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 068 e 106/2001.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2001.

“Não dá mais para segurar”

Carlos Chagas

“Brasília (Alô) - Foram do saudoso Gonzaguinha os versos que terminam com um profundo “não dá mais pra segurar”. Ele falava de amores, mas o desabafo também se aplica a outras realidades. Não dá mais para segurar o festival de corrupção que assola o País, exposto em seus intestinos, em parte graças à ação da imprensa. Antes, identificavam-se apenas nos desvãos da máquina administrativa governamental e à sua volta. De uns anos para cá, a coisa mudou.

Os ladrões tornaram-se ostensivos e ocuparam instituições, órgãos da administração direta e indireta, até programas de vulto. Com a imprescindível contrapartida dos beneficiários que estimulam, corrompem e lucram com a ação dos maus funcionários. Das privatizações às operações financeiras, dos investimentos que deveriam visar ao desenvolvimento de regiões carentes até simples aplicações de verbas orçamentárias, tudo virou palco para a ladroagem desenfreada. Entre corruptos no governo e corruptores esvoaçando ao redor deles, com as exceções de sempre, transformou-se o Brasil no paraíso dos ratos.

Não dá mais para segurar a necessidade de uma limpeza geral, daquelas que não se podem fazer com simples vassouras. A hora é de lembrar das cavalarias do rei Augias, mesmo sem chamar o Hércules. Só dará jeito um caudal de moralidade capaz de varrer as toneladas de sujeira acumuladas em quase tudo o que é público e o que é privado.

Dizia o ex-senador Amaral Peixoto que a democracia tinha dessas coisas: quando vivíamos uma ditadura, eram relativamente poucos os que roubavam, ainda que roubassem muito. Havia um medo generalizado por parte daqueles que não integravam a quadrilha. Caso flagelados, estariam perdidos. Agora generalizou-se o roubo, horizontal e até verticalmente: se o chefe mete a mão, lá em cima, por que seus auxiliares deixarão de locupletar-se também? Se um empresário que paga impostos arrisca-se à falência, como resistir à tentação de tornar-se um vitorioso através da distribuição de propinas cada vez mais vultosas?

A permissividade com a coisa pública ampliou-se desmesuradamente com as privatizações. Se havia interessados na compra de patrimônio estatal a preço de banana, por que não selecionar entre eles os que melhor aquinhoassem os responsáveis pelas vendas? Fechou-se o círculo quando uns perceberam a potencialidade dos outros.

Da noite para o dia, altos funcionários públicos viraram banqueiros, banqueiros se tornaram altos funcionários públicos. Seus bancos eram e continuam sendo singulares, sem correntistas nem agências abertas ao público. As comissões passaram a se constituir na mola mestra de todos os negócios envolvendo dinheiro do governo. Em paralelo, ampliou-se ao máximo a rotina dos projetos que recebem montes de recursos do Tesouro mas não saem do papel. Os que corrompem e os que são corrompidos aprenderam a mudar de lado, multiplicando-se empresas-fantasma, os laranjas e as hoje tradicionais remessas de dinheiro para o exterior.

Fazer o quê, diante de tanta permissividade e descalabro? Deixar que o ladrão investigue a ladroagem?

Há quem suponha ver tudo resolvido através da formação de CPI's no governo, mas o problema é que só elas já não bastam. Se no passado foi possível afastar um presidente da República acusado de corrupção, extirpar da Câmara deputados envolvidos com desvios no orçamento, bem como cassar um senador ostensivamente sócio de um juiz corrupto, agora não dá mais. Pescar de anzol torna-se ingenuidade. Talvez nem com redes. A hora seria de usar dinamite.

Como? Em primeiro lugar extinguindo os sigilos bancários e fiscal, permitindo-se à Receita Federal ampla devassa. Depois, proibindo-se remessas para o exterior, exceção ao lucro comedido de empresas estrangeiras aqui sediadas e ao pagamento de parcelas justas da dívida externa. Um Banco Central saneado teria condições de intervir em todas as instituições financeiras aqui sediadas, nacionais e estrangeiras. A abertura de suas operações forneceria inestimáveis dados sobre as irregularidades. Uma varredura em todos os títulos de propriedade privada revelaria surpresas inconcebíveis, tarefa para ocupar o Ministério Público por muito tempo. Sobrariam os que guardam dinheiro no colchão. Deste, a Polícia Federal poderia encarregar-se, cotejando padrões de vida incompatíveis com rendas declaradamente ínfimas.

Quando essa ação conjunta seria capaz de ser iniciada? Só no dia em que o Sargento Garcia prender o Zorro..."

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro de abril de 2001, reuniu-se na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Orçamento, sob a presidência do senhor deputado Cezar Silvestri, com as presenças dos senhores deputados Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Durval Amaral membros da

comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião para discutir a tramitação do Projeto de Lei nº 135/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, de que trata a Mensagem nº 12/2001, com os reflexos da lei Complementar nº 101/2000 Lei da Responsabilidade Fiscal, e foi estabelecido o prazo para as emendas ao projeto da LDO até o dia 23 de maio de 2001. Na seqüência foi solicitado pelo deputado José Maria junto a Secretaria de Planejamento - COP., as memórias de cálculo que deram base para ajudar os percentuais estabelecidos no Art. 27 do projeto de Lei, como também foi solicitado pelos membros da comissão, Parecer sobre Renúncias Fiscais junto a CATL. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(a)CEZAR SILVESTRE - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO TELEFONIA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e quatro do mês de abril do ano de dois mil e um, na sala de reunião das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder a sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Tony Garcia e Plauto Miró Guimarães para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Tony Garcia agradeceu a especial deferência de seus nobres pares e indicou o nome do deputado Algaci Tulio para responder pela relatoria da CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH, ALGACI TULIO, NEREU MOURA, NELSON GARCIA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EDSON STRAPASSON, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ÂNGELO VANHONI, TONY GARCIA, MARCOS ISFER e EDNO GUIMARÃES.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reunião das Comissões, os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Sérgio Spada, Hermes Fonseca, Divanir Braz Palma, com a intenção de ouvir representantes da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações e Telepar, tendo como representante, doutor Paulo César Barbosa de Oliveira e doutor Luiz Carlos Valle Ramos; para tratar de assuntos relativos à telefonia tais como: Tarifação Única para Curitiba e alguns municípios da região metropolitana; Serviço 102, informações demoradas e tarifas caras; - cobranças indevidas chamadas não realizadas que estão sendo cobradas; - fraude na utilização de nomes e dados de terceiros para abertura de conta e despesas geradas em nome de outros; discriminação de pulsos, tendo em vista as cobranças exageradas alegadas por usuários; - subempregadas na ampliação da rede de telefonia, caso de Cornélio Procópio, aplicação de "calotes" na cidade mencionado pelo deputado Hermes Fonseca; problemas da telefonia na área rural, custo e dificuldades na ampliação do sistema; - aplicação de identificação dos prestadores de serviços, pois anteriormente existia a identidade da Telepar, hoje, como são muitas empresas que prestam serviço, não está acontecendo uma identificação ideal na prestação dos serviços; - problemas de cobrança de serviço não prestado, serviço vendido e não colocado à disposição no tempo previsto; - cobrança de um planejamento para instalações de antenas de celular nas cidades paranaen-

ses; - liminar da Justiça Federal para Curitiba e região metropolitana bloqueando os serviços 145 e 0900; - cobranças de serviços 0900, disque sexo, disque amizade, etc; - dificuldades para mudar de companhia, no caso de celulares; - muitas reclamações após a privatização. Entre as questões abordadas, o presidente da comissão deputado Edson Strapasson mencionou também sua reivindicação apresentada em 1999 que solicitava da Anatel providências para que sejam cobradas tarifas locais para municípios considerados de área conturbada e que até o momento não teve resposta e que inúmeras outras denúncias e reclamações foram registradas, e serão apuradas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Telefonia, que será decidida nos próximos dias pela Assembléia Legislativa. O presidente deu sequência à conversação, dando acesso aos convidados se expressarem sobre o assunto, logo os senhores deputados também fizeram suas considerações conforme notas taquigráficas em anexo. Finda a explanação do tema proposto, o senhor presidente agradeceu as presenças dos convidados, mencionando ainda ter projetos de lei a serem discutidos pelos membros da comissão. Projetos esses: Projeto de Lei nº 527/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator: deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO GERAL. Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Relator Deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão de Obras.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária